



UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
LINHA DE PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS (LIPED)

**História do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA) e os seus
Desafios Educacionais (1968-2019)**

Dissertação apresentada a banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), como exigência parcial para a obtenção do Grau de Mestra em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Bauer.

Dorilene Silva Sales

São Paulo, 2023



UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
LINHA DE PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS (LIPED)

**História do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA) e os seus
Desafios Educacionais (1968-2019)**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Carlos Bauer, Dr. - Dr., UNINOVE

Membro titular: Prof. José Luís Derisso - Dr., UNINOVE

Membro titular: Prof. Antônio Joaquim Severino - Dr., UNINOVE

Membro suplente: Prof. Celso Carvalho - Dr., UNINOVE

Membro suplente: Prof. Rafael Lopes Sousa – Dr., UNINOVE

Sales, Dorilene Silva.

História do sindicato dos funcionários públicos de Diadema (SINDEMA) e os seus desafios educacionais (1968-2019). /

Dorilene Silva Sales. 2023.

117 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Bauer.

1. Diadema (SP). 2. Funcionalismo público. 3. História da educação. 4. SINDEMA.

I. Bauer, Carlos. II. Título.

CDU 37

Agradecimentos

*Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas.
Pessoas transformam o mundo.*

Paulo Freire

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que sempre foi fonte de inspiração e fortaleza nessa árdua caminhada. Obrigada por me sustentar até aqui.

Agradeço aos meus pais Maria Helena e José Alísio e a minha irmã Sayonara que, como dito na epígrafe, me ensinaram que a educação muda pessoas e pessoas transformam o mundo.

Ao meu orientador, Carlos Bauer, agradeço imensamente pela paciência, dedicação e zelo, e por suas orientações tão assertivas para a construção deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), e a todos os professores deste programa que contribuíram para a minha formação ao longo deste processo, grandes mestres, quero citar aqui os professores Antônio Joaquim Severino, José Eustaquio Romão e Marcos Antônio Lorieri que, merecem ser destacados do conjunto dos discentes e tiveram grande contribuição em minha trajetória acadêmica.

Agradeço a Universidade Nove de Julho pela oportunidade e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio em ser bolsista e que tornaram possível esta pesquisa.

À banca examinadora que contribuiu para este trabalho desde a concepção deste projeto até a defesa da dissertação, aos professores Antônio Joaquim Severino, José Luís Derisso, Celso Carvalho e Rafael Lopes Sousa o meu profundo agradecimento.

Às professoras e professores que contribuíram para a realização deste sonho e que me ajudaram a ser um ser humano melhor!

RESUMO

O objetivo deste estudo histórico educacional foi de apresentar o processo de criação, desenvolvimento e consolidação política do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA), mormente, no que tange as premissas e posicionamentos políticos educacionais registrados na esfera deste importante município do chamado ABCD paulista. A metodologia da pesquisa baseou-se em levantamento das fontes bibliográfica, envolvendo a consulta e a sistematização de artigos, monografias, dissertações, teses e livros e capítulos de livros, com a consulta dos dados disponibilizados pelos portais do Brasil Scientific Electronic Library Online (SCIELO), do Google Acadêmico, do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dos acervos das bibliotecas digitais de algumas universidades brasileiras. Também foram realizadas entrevistas e a coleta de depoimentos dos participantes da vida desta entidade, procurando localizar e analisar os seus posicionamentos no que se refere à defesa da escola pública, à consolidação da profissão docente, indagando como contribuíram para a profissionalização, a valorização do professorado e da educação em âmbito local. A pesquisa, realizada nos permitiu conhecer alguns aspectos do surgimento e da história deste sindicato, compreendendo a importância do mesmo para a luta, não só dos servidores públicos de modo geral, mas, de forma específica, das condições enfrentadas pelos trabalhadores da educação na cidade de Diadema (SP). Luta esta reconhecida como muito importante nos dias hodiernos, como também em toda a história do SINDEMA.

Palavras-chave: Diadema (SP); Funcionalismo público; História da educação; SINDEMA; Sindicalismo.

ABSTRACT

The objective of this historical educational study was to present the process of creation, development and political consolidation of the Union of Public Employees of Diadema (SINDEMA), especially in terms of the assumptions and educational political positions registered in the sphere of this important municipality of the so-called ABCD of São Paulo. The research methodology was based on a survey of bibliographic sources, involving the consultation and systematization of articles, monographs, dissertations, theses and books and book chapters, with the consultation of data made available by the portals of the Brasil Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Google Scholar, the Periodical Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the collections of the digital libraries of some Brazilian universities. Interviews were also carried out and testimonies were collected from participants in the life of this entity, seeking to locate and analyze their positions with regard to the defense of public schools, the consolidation of the teaching profession, asking how they contributed to professionalization, the appreciation of teachers and education at the local level. The research carried out allowed us to know some aspects of the emergence and history of this union, understanding its importance for the fight, not only of public servants in general, but, specifically, of the conditions faced by education workers in the city of Diadema (SP). This fight is recognized as very important nowadays, as well as throughout the history of SINDEMA.

KEYWORDS: Diadema (SP); Civil service; History of education; SYNDEMA; Unionism.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette étude pédagogique historique était de présenter le processus de création, de développement et de consolidation politique du Syndicat des Employés Publics de Diadema (SINDEMA), notamment en termes d'hypothèses et de positions politiques éducatives enregistrées dans la sphère de cette importante municipalité de la soi-disant ABCD de São Paulo. La méthodologie de recherche était basée sur une enquête de sources bibliographiques, impliquant la consultation et la systématisation d'articles, de monographies, de thèses, de livres et de chapitres de livres, avec la consultation de données mises à disposition par les portails de la Bibliothèque électronique scientifique du Brésil en ligne (SCIELO), Google Scholar, le Portail périodique de la Coordination pour l'amélioration du personnel de l'enseignement supérieur (CAPES) et les collections des bibliothèques numériques de certaines universités brésiliennes. Des entretiens ont également été réalisés et des témoignages ont été recueillis auprès d'acteurs de la vie de cette entité, cherchant à situer et analyser leurs positions à l'égard de la défense de l'école publique, de la consolidation de la profession enseignante, demandant comment ils ont contribué à la professionnalisation, à la valorisation des enseignants et à l'éducation au niveau local. Les recherches effectuées nous ont permis de connaître certains aspects de l'émergence et de l'histoire de ce syndicat, en comprenant son importance pour la lutte, non seulement des fonctionnaires en général, mais, en particulier, des conditions auxquelles sont confrontés les travailleurs de l'éducation dans la ville de Diadema (SP). Ce combat est reconnu comme très important de nos jours, ainsi que tout au long de l'histoire de SINDEMA.

MOTS-CLES: Diadema (SP); Service civil; Histoire de l'éducation; SYNDEMA; syndicalisme

RESUMEN

El presente trabajo científico tuvo como objetivo presentar el estudio histórico educativo sobre el proceso de creación, desarrollo y consolidación política del Sindicato de Empleados Públicos de Diadema (SINDEMA), principalmente, en lo que se refiere a las premisas y posiciones políticas educativas registradas en el ámbito de este importante municipio del llamado ABCD de São Paulo. La metodología de investigación se basó en un levantamiento de fuentes bibliográficas, involucrando la consulta y sistematización de artículos, monografías, disertaciones, tesis y libros y capítulos de libros, con la consulta de datos disponibles en los portales de Brasil Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Google Scholar, el Portal de Revistas de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES) y los fondos de la biblioteca digital de algunas universidades brasileñas. También se realizaron entrevistas y se recogieron testimonios de participantes en la vida de esta entidad, buscando ubicar y analizar sus posiciones frente a la defensa de las escuelas públicas, la consolidación de la profesión docente, indagando cómo contribuyeron a la profesionalización, la apreciación de la profesión docente y la educación a nivel local. La investigación realizada permitió conocer algunos aspectos del surgimiento e historia de este gremio, comprendiendo su importancia para la lucha, no solo de los servidores públicos en general, sino, específicamente, de las condiciones que enfrentan los trabajadores de la educación en la ciudad de Diadema (SP). Esta lucha es reconocida como muy importante en la actualidad, así como a lo largo de la historia de SINDEMA.

PALABRAS LLAVE: Diadema (SP); Servicio Civil; Historia de la educación; SINDEMA; Unionismo.

Lista de Abreviações e Siglas

ABCD PAULISTA – REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: SANTO ANDRÉ (A), SÃO BERNARDO DO CAMPO (B), SÃO CAETANO DO SUL (C), DIADEMA (D), MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA

AFPD – ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA

APEOESP – ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

APRO-ABC – ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DE SANTO ANDRÉ, SÃO BERNARDO DO CAMPO E SÃO CAETANO DO SUL

AI-5 – ATO INCONSTITUCIONAL Nº. 5

CAE – CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CAIS – CENTRO DE ATENÇÃO A INCLUSÃO SOCIAL

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CEB – CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CEP – CENTRO DE PROFESSORES DO RIO DE JANEIRO

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

CME – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CNTE – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

CONLUTAS - COORDENAÇÃO NACIONAL DE LUTAS

CPPERS – CENTRO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CSC – CORRENTE SINDICAL CLASSISTA

CTB – CENTRAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ETCD – EMPRESA MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO

FGTS – FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

GRUPHIS – GRUPO DE PESQUISA EM HISTÓRIA E TEORIA DA PROFISSÃO
DOCENTE E DO EDUCADOR SOCIAL

GQTM – GRATIFICAÇÃO POR QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO MÉDICO

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ICV – ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA

INTERSINDICAL – INSTRUMENTO DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE
TRABALHADORA

IPRED – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE DIADEMA

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

LSN – LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

MG – MINAS GERAIS

MOVA – MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

PCdoB – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PMD – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA

PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

PSF – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

PROSUP – PROGRAMA DE SUPORTE À PÓS-GRADUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO
PARTICULARES

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

PUC-SP – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

SCIELO – BRASIL SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE

SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

SINDEMA – SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA

SINPRO-ABC – SINDICATO DOS PROFESSORES DE SANTO ANDRÉ, SÃO BERNARDO DO CAMPO E SÃO CAETANO DO SUL

SP – SÃO PAULO

TCLE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TRE – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

UAB – UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNE – UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

UNINOVE – UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

UTE – UNIÃO DOS TRABALHADORES DO ENSINO

Sumário

Seção: 1 Apresentação.....	14
Seção 2: Características gerais da ditadura civil-militar e o surgimento da Associação dos Funcionários Públicos de Diadema (AFPD)	18
2.1 Presença da União Nacional dos Estudantes (UNE) na história da educação	21
2.2 A perspectiva de democratização e a educação.....	25
2.3 Notas sobre o sindicalismo do magistério no Brasil	26
2.4 A Central Única dos Trabalhadores (CUT)	29
2.5 Novos tempos para a educação, a criação do SINPRO-ABC	30
2.6 As lutas dos trabalhadores em educação e os embates travados durante os governos democráticos.....	32
2.7 Os sindicatos em educação e seu relacionamento com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT)	35
Seção 3: Trajetória do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA) em defesa da melhoria das condições laborais e da qualidade da educação	38
3.1 A cidade de Diadema (SP)	39
3.2 A educação em Diadema (SP)	40
3.3 Por que nasceram os sindicatos?	44
3.4 A criação e atuação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA) ..	46
3.5 Reuniões ordinárias e fontes documentais do SINDEMA	56
Seção 4: As vozes e as concepções políticas e sociais dos ativistas do SINDEMA.....	61
Considerações finais	68
Referências bibliográficas	71
Apêndices	77
Apêndice A: Entrevista com Tomaz de Souza	77
Apêndice B: Entrevista com Luís Paiva	88
Apêndice C: Roteiro de Entrevista	99
Anexos.....	113
Anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	113
Anexo B: Ata de Reunião	115
Anexo C: Jornal Tribuna do Servidor	117
Anexo D: Jornal do Sindicato	118

Seção 1

Apresentação

A história da sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes.

Karl Marx

O presente estudo acadêmico educacional que desenvolvemos no âmbito do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (GRUPHIS), da Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais (LIPED), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), procurou localizar alguns aspectos da História do Sindicato dos funcionários públicos de Diadema (SINDEMA) e os seus desafios educacionais.

A pesquisa empreendida trouxe como o seu principal objetivo compreendermos, de forma crítica e contextualizada, o processo histórico que culminou na consolidação, política e social, do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA), chamando a atenção para a defesa dos interesses e as ações perpetradas por essa entidade na esfera educacional.

Estabelecemos como marcos de sua periodização os anos decorridos entre 1968 a 2019, respectivamente, por terem registrado o seu momento de fundação e os episódios que trouxeram sua consolidação política e o reconhecimento de sua importância social.

Com esses balizamentos, procuramos analisar e contextualizar historicamente o processo de criação, desenvolvimento e consolidação política do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA), mormente, no que tange as premissas e posicionamentos políticos educacionais registrados na esfera deste importante município do chamado ABCD paulista¹.

Tendo surgido, com um caráter associativista, em fins da década de 1960, essa entidade classista dos funcionários públicos, todavia, organizou e protagonizou uma série de ações no sentido de respaldar o trabalho do professorado.

O recorte temporal estabelecido corresponde ao período inicial de atuação dessa instituição (1968), em plena vigência da ditadura civil-militar, passando pela sua transformação em sindicato (1988), imediatamente, após a promulgação da Constituição Federal, até a

¹ A sigla vem das três cidades que, originalmente, formavam a região, sendo: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C). e, Diadema (D) também é incluída na sigla.

realização do seu Primeiro Congresso (2019), momentos que estes que nos parecem marcantes em sua consolidação política e social.

A metodologia da pesquisa que realizamos se baseou em revisões bibliográficas, na localização e organização de um acervo de fontes documentais primárias, que se constituem de atas e boletins produzidos pela entidade em questão, além de jornais da chamada grande imprensa que circularam no período por nós estudado.

Também foram realizadas entrevistas e a coleta de depoimentos dos participantes da vida desta entidade, nos oferecendo informações preciosas sobre o percurso histórico do sindicato estudado, como, também, nos ajudando a localizar e analisar os seus posicionamentos no que se refere à defesa da escola pública, à consolidação da profissão docente, indagando como contribuíram para a profissionalização, a valorização do professorado e da educação em âmbito local.

O associativismo e o sindicalismo são bases fundamentais para o entendimento e desenvolvimento do presente estudo, pois, conforme aponta Bauer (2021, p.19) os “(...) organismos sindicais e associativistas servem para aglutinar e defender os interesses da categoria e organizá-la para conquistas coletivas em defesa de seus direitos históricos e necessidades imediatas”.

O recorte histórico a que fazemos referência versa sobre o período do final da década de 1960, imediatamente após o golpe de Estado perpetrado contra o governo de João Goulart, momento este também de grande expansão da industrial e desenvolvimento do capital, como consequência do intenso e acelerado processo de urbanização e dos contínuos fluxos de crescimento econômico que vinham sendo registrados no país, pelo menos, desde a década de 1950.

Sob essa base material houve um significativo crescimento da classe trabalhadora, com uma formidável diversificação de categorias profissionais, inclusive, envolvendo os setores médios da população que procuraram se organizar, em sindicatos e associações de classe, com o intuito de buscar por melhores condições de trabalho e da efetivação de garantias legais para o exercício do seu labor.

Esses acontecimentos históricos influenciaram decididamente o movimento dos funcionários públicos da cidade paulista de Diadema que contou, no início da sua formação, com enfermeiros, garis, professores, motoristas, servidores dos setores administrativos e dos

serviços braçais da prefeitura, entre outros, que estiveram na linha de frente deste processo organizativo.

Conceitualmente, podemos dizer que o

[...] proletariado é a classe dos trabalhadores assalariados que produz mais valia ou cujo trabalho útil possibilita aos capitalistas a apropriação de uma alíquota da mais-valia produzida na sociedade. Portanto, o proletariado abarca os trabalhadores produtivos e trabalhadores improdutivos. Frequentemente se confunde o trabalho produtivo com trabalho manual capaz de produzir mercadorias. Há trabalhadores que produzem mercadorias e não realizam trabalho produtivo, como várias camadas pequeno-burguesas urbanas e o campesinato. Do ponto de vista do capital e, portanto, estamos tratando de trabalhadores na sociedade capitalista, trabalho produtivo é tão somente aquele que produz mais-valia. Há também trabalhadores técnico-intelectuais que participam indiretamente da produção material enquanto seus organizadores e, por receberem salários inferiores, produzem mais-valia. Há finalmente trabalhadores intelectuais que não participam da produção material, como médicos de hospitais e professores de escolas empresariais, e podem produzir mais-valia. (BAUER, 2012, p. 98-9).

Na presente seção, trazemos uma apreciação dos seus aspectos teóricos e metodológicos, a apresentação das fontes utilizadas e a revisão da literatura acadêmica atinente a temática por eu desenvolvida.

Na seção 2 – Características gerais da ditadura civil-militar e o surgimento da Associação dos Funcionários Públicos de Diadema (AFPD) trás um apanhado sucinto deste trágico período da história contemporânea brasileira e das condições sociais e políticas que tornaram possível a criação desta entidade; um breve relato sobre a Lei de Segurança Nacional (LSN) e como os movimentos dos trabalhadores se posicionavam em relação a está legislação; a luta da União Nacional dos Estudantes (UNE), como se comportou em relação ao movimento de resistência social civil a aquele regime arbitrário em 1964; o nascimento do SINPRO ABC, quais foram suas principais lutas e as bandeiras dos profissionais da educação em vários governos a partir do processo de democratização demarcado pela aprovação da Constituição Federal de 1988.

Na seção 3 – Trajetória do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA) em defesa da melhoria da qualidade do trabalho na educação apresentamos algumas características gerais desta cidade e do percurso trilhado pela entidade em busca de sua consolidação e reconhecimento social, para tal, utilizamos fontes documentais constituídas por atas e jornais sindicais.

Na seção 4 – As vozes e as concepções políticas e sociais dos ativistas do SINDEMA, lançando mão das premissas gramscianas, traçamos o perfil dos entrevistados com o objetivo de dimensionarmos e analisarmos a sua importância política e social na construção e na disseminação da cultura, Domingo Tomaz de Souza e Luís Roberto Bezerra de Paiva foram os funcionários escolhidos para relatar o processo de construção do SINDEMA e em seus relatos dizem o que representaram na luta por uma melhor escola em Diadema.

Características gerais da ditadura civil-militar e o surgimento da Associação dos Funcionários Públicos de Diadema (AFPD)

Nesta seção será apresentado como surgiu a Associação dos Funcionários Públicos de Diadema (AFPD), suas finalidades e quais as barreiras que enfrentaram para que esta associação pudesse existir e, como a forma de governo, naquela época, influenciava para que os trabalhadores não tivessem seus direitos trabalhistas concedidos, pois, os governos vigentes tinham um caráter ditatorial e eram avessos ao estabelecimento das mais elementares condições sociais e políticas para o pleno exercício da cidadania.

Desta forma, nos pareceu oportuno discutir a Lei da Segurança Nacional (LSN) e como os movimentos de trabalhadores se posicionaram em relação a esse fatídico arcabouço jurídico que materializou a vigência de um Estado terrorista naquela preocupante quadra da história do país.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) representou um dos mais importantes momentos de resistência da sociedade civil ao regime arbitrário e ditatorial instalado em 1964, razão pela qual teceremos alguns comentários sobre o papel do movimento estudantil naquela perturbadora e conturbada quadra da história nacional.

No que se refere ao período do estabelecimento e a consolidação da democracia no Brasil, traremos algumas informações relativas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao aparecimento do Sinpro-ABC que contaram com o apoio político e material do SINDEMA em sua construção. O surgimento de um novo sindicalismo no Brasil e a forma pela qual se manifestou no seio dos movimentos do magistério, mormente, gestados no âmbito da educação pública e, por fim, apresentaremos algumas considerações das lutas deflagradas e os embates travados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o relacionamento dos sindicatos com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Com a efetivação do golpe de Estado de 31 de março de 1964, teve o início de um período de pouco mais de vinte anos em que o Brasil experimentou a vigência de uma ditadura civil-militar conduzindo os desígnios do país.

No momento em que a Associação dos Funcionários Públicos de Diadema (AFPD) foi fundada, precisamente, em 29 de agosto de 1968, o país vivia sob a égide de uma Constituição imposta pelos golpistas em 1967, restringindo as liberdades civis e impondo os presidentes da

república, assim, nesse mesmo ano, Castelo Branco (1964-1967) foi substituído pelo general Artur da Costa e Silva (1967-1969), que haveria de escancarar o caráter ditatorial do regime com a adoção do Ato Institucional número 5, o famigerado AI-5, pelo qual os direitos que favorecem o pleno exercício da cidadania foram amplamente restringidos.

Valendo ressaltar que associação é uma iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou jurídicas para superar dificuldades e gerar benefícios a seus associados, tendo como vantagem poder agir legalmente em nome dela, movimentando recursos e firmando convênios com instituições e o sindicato reúne pessoas de um mesmo segmento para defender seus interesses profissionais, sociais, econômicos e políticos tendo como atribuição verificar a jornada ideal de trabalho, piso salarial, acordos anuais fazendo prevalecer direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O governo Costa e Silva, com a edição do AI-5, no ano 1968, passou a ter plenos poderes e a impor limites em tudo que se referia a questões trabalhistas, quando não, intimidava o Congresso para fazer modificações importantes na Constituição Federal (CF) de 1967, transformando-a no arcabouço legal do regime ditatorial reinante, com extinção dos partidos políticos, a suspensão das liberdades civis e a eleição indireta dos governantes do país.

No setor do trabalho, o Estado impôs um controle sobre as forças de lideranças sindicais que apoiavam os movimentos de trabalhadores e as lutas populares e sociais, simultaneamente, sinalizou uma aproximação aos dirigentes tradicionalmente conciliadores e setores conservadores oferecendo benesses para a sua manutenção à frente da burocracia sindical, mesmo que desprovidas de representatividade, legitimação política, mas, garantindo-os como representantes formais dos trabalhadores.

Esse ideário do regime ditatorial atingiu, principalmente, as direções sindicais que estavam acomodadas na estrutura oficial, usufruindo de privilégios que as diferenciavam dos trabalhadores aos quais oficialmente representavam aceitando estas propostas, que minimizavam seus poderes perante o Estado, de melhorar a vida do trabalhador, especialmente sobre questões salariais.

O autoritarismo do governo de Costa e Silva que repercutiu no ano 1968, momento no qual Estado passa a impor limites em referência a questões trabalhistas daquela época, sem limitação em relação ao seu poder e, por ser bastante forte, intimidava o Congresso para não ajudar a classe trabalhadora, dando a entender que o Estado poderia fazer modificações importantes na Constituição Federal de 1967 e, nesse mesmo tempo, manifestantes se

colocavam às ruas para protestos contra medidas arbitrárias que não os favoreciam, sendo assim, várias pessoas foram detidas por este comportamento (ALVES, 1989).

No que se refere aos setores organizados do mundo trabalho, o Estado impôs um controle férreo sobre as entidades e lideranças sindicais que apoiavam os movimentos que lutavam pelos direitos dos trabalhadores, realizando cassações, nomeando interventores e interferindo diretamente na representação formal destes trabalhadores.

Algumas forças sindicais não aceitaram esses desígnios que minimizavam sua capacidade de enfrentar a classe dominante de se posicionar perante o Estado com o intuito de melhorar a vida do trabalhador, especialmente, sobre as questões salariais e outros benefícios trabalhistas.

Em 1966, membros de diversos partidos, movimentos, sindicatos urbanos e rurais e o movimento estudantil, passaram a integrar a oposição ao governo, formando uma Frente Ampla com o apoio da sociedade em represaria a ditadura militar. Em consequência deste fato o Estado entendeu o movimento como uma ameaça ao governo, enquadrando-o como uma ameaça à segurança nacional.

De fato, com o avanço dos movimentos populares e o crescente questionamento das medidas políticas, econômicas e sociais adotadas pelo regime ditatorial, com o objetivo de conter essas mobilizações se estabeleceu no país uma "Doutrina de Segurança Nacional", que haveria de percorrer todo o período ditatorial, tinha inspiração no princípio de segurança norte-americano desenvolvido durante a chamada Guerra Fria e em estudos alargados por escolas militares brasileiras, mormente, preocupados com a ameaça interna, do inimigo interno pelos generais presidentes que estavam à frente do Estado.

Ao assumir a presidência em 1967, Castelo Branco em seu discurso relacionou a segurança do território brasileiro ao desenvolvimento da nação. Robert McNamara (*apud* COMBLIN, 1980, p. 65), reflete que “A segurança é desenvolvimento, e sem desenvolvimento não há segurança. Um país subdesenvolvido e que não se desenvolve não atingirá jamais algum nível de segurança, pelo simples motivo de que não pode despojar seus cidadãos de sua natureza humana”.

Em 1969 com a intensificação das arbitrariedades perpetradas pela ditadura, as movimentações de classes trabalhadoras e da sociedade em geral contrárias aos seus designios, a Lei da Segurança Nacional (LSN) se voltou bruscamente para o combate ao inimigo interno:

[...] no processo de transição governamental entre os presidentes Artur da Costa e Silva e Médici, assumiu uma junta militar que governa o Brasil em 1969, ano posterior ao AI-5 e contexto que colocou fortemente na cena política brasileira as organizações guerrilheiras, ao mesmo tempo em que é aprovada a Lei de Segurança Nacional (LSN), claramente voltada para combater o ‘inimigo interno’, passando a considerar como crime atos de propaganda que pudessem ‘ofender moralmente quem exerça autoridade, por motivos de faccionismo ou inconformismo políticossocial’. Além disso, considerava crimes passíveis de seis meses a dois anos de prisão, de acordo com o artigo 16 da LSN, para quem ‘divulgar (...) notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas’ (ALVES, 1989, p. 158).

Como é soberbamente conhecido este período de truculência e violência praticado durante a vigência da ditadura civil-militar no Brasil haveria de se estender por muito tempo, exigindo um enorme esforço e capacidade de luta, organização e mobilização da sociedade civil na sua superação e na instauração da democracia no país.

Nesse aspecto, do ponto de vista molecular, pelo o que podemos apurar nas conversas com os ativistas mais antigos da Associação dos funcionários públicos de Diadema (AFPD), desde o primeiro instante de sua criação e ao longo da década de 1970, essa entidade cumpriu um papel importante no acolhimento político e no estabelecimento de condições materiais daquelas pessoas que participavam e organizavam os movimentos populares que se constituíam em profusão pelas periferias da cidade, trazendo à tona as reivindicações pela regularização de loteamentos clandestinos, instalações de redes elétricas, de água e de esgotos, a instalação de postos de saúde e a criação de escolas e creches que pudessem atender ou crescente aumento da procura de matrículas voltadas para os filhos da classe trabalhadora.

2.1 Presença da União Nacional dos Estudantes (UNE) na história da educação brasileira

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada em 1938 e seu desempenho em lutas na história política nacional se firmou como de extrema importância em vários momentos, exercendo um papel de significativa força política e social, apoiando manifestações e ações dos estudantes brasileiros que se achavam injustiçados por ações do Estado. Sua atuação foi muito destacada no período que abrangeu os anos 1960, momento no qual o país vivia um momento delicado e conturbado, tanto político como econômico, rodeado pela insatisfação de várias classes de trabalhadores, onde os operários e trabalhadores rurais eram os protagonistas destas manifestações (GOETTERT, 2014).

Sendo assim, perseguição e repressão recaíam sobre estudantes, sindicalistas, trabalhadores e trabalhadoras e intelectuais, pois os mesmos não aceitavam as imposições do Estado, organizando manifestações, tendo como consequência uma violenta resposta do governo, culminando com o Ato Institucional número 5, o AI-5, de 1968 (GOETTERT, 2014).

Nas palavras de Goetttert (2014, p. 83), a “UNE procurava demarcar as suas posições ideológicas considerando, é claro, a diversidade interna dos grupos que a compunham, mas comungando com os ideais de transformação social (o que pouco tempo depois colocaria a entidade na mira dos ditadores)”.

Com a decretação do golpe civil-militar de 1964, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o movimento estudantil provaram do desprezo e o desrespeito governamental juntamente com várias entidades da sociedade civil, com a instauração da perseguição policial, a prisão, a tortura, o banimento, a morte e o desaparecimento de muitos dos seus militantes.

O ano de 1968 registrou uma série de manifestações, que colocavam nas ruas os protestos contra a ditadura civil-militar, dos trabalhadores contra as medidas arbitrárias que não os favoreciam, como também os “níveis salariais evidenciavam tendência similar ao declínio em termo de poder aquisitivo”. (ALVES, 1989, p. 112).

A ofensiva da oposição em contrário à desvalorização dos salários surge no bojo dos movimentos sociais de massa que, em 1968, procuram se estabelecer, para isso:

[...] três setores principais adquiriram força e coordenação suficiente para afetar em profundidade as estruturas políticas do país: o movimento estudantil, a dos trabalhadores e a Frente Ampla. Juntos, exerceram considerável pressão sobre o Estado, provocando um conflito interno sobre duas políticas alternativas: maior liberalização das diretrizes políticas, sociais e econômicas ou uma terceira e ainda mais ampla investida repressiva (ALVES, 1989 p. 115).

As manifestações registradas no Primeiro de maio da Praça da Sé, na capital paulista, as greves operárias de Osasco (SP) e Contagem (MG) sinalizavam o crescimento do descontentamento popular contra os governos ditatoriais.

A União Nacional dos Estudantes (UNE), mesmo proscria e posta na ilegalidade desde 1964, promoveu encontros clandestinos, encontros políticos que foram precursores para que as manifestações nas ruas a favor da educação principalmente, contra o assassinato do estudante Edson Luís pela polícia e no questionamento das decisões governamentais envolvendo os

professores que foram atingidos bruscamente por demissões e a intervenção da autonomia universitária (MÜLLER, 2014).

Os estudantes percebiam que sem os educadores a qualidade do ensino ficaria cada vez mais ineficaz. Ainda mais, os direitos dos estudantes iam se dizimando em relação a seus benefícios, com isto, os estudantes precisaram se unir para reivindicar estes direitos.

O papel da escola na ditadura civil-militar era percebido pelo Estado como um aparelho ideológico, em consequência desta forma de governo ter uma base de pensamento tecnocrático e autoritário, adotando várias medidas, fortalecidas por intermédios de reformas educacionais impactando na educação do país, havendo várias mudanças voltadas ao interesse do Estado, permitindo contrariedade à sociedade por intermédio de um modelo que usava controle total, impedindo a escola de desempenhar seus objetivos propostos para melhorar o ensino no Brasil.

A partir dos eventos registrados com a reforma Universitária de 1968, o movimento estudantil organizado pela UNE foi bastante impactado através de proibições de qualquer manifestação de cunho político, prejudicou o andamento de projetos que atuavam para uma reforma democrática da universidade. Os professores universitários e os estudiosos envolvidos almejando a reforma, por isto, foram os mais prejudicados, juntamente com a sociedade que buscava acesso as universidades. (BITTAR e BITTAR, 2012).

Sob o aspecto educacional o tecnicismo estava sendo introduzido, com o intuito de que os estudantes fossem preparados apenas que executassem determinadas funções e tarefas para alcançarem o melhor resultado em sua atividade produtiva.

Para os seus ideólogos do pragmatismo tecnicista, a educação é um processo mecânico, da mesma forma que se pode fabricar um carro pode-se fabricar um bom aluno por meio de controle dos processos. O entendimento era se houvesse controle no processo do professor ensinar, teria como resultado um bom aluno, seguindo manuais, métodos com muita burocracia educacional.

No ensino superior, as reformas de 1968 foram influenciadas pela noção tecnicista de organização e da perspectiva de se exercer o pleno controle das atividades acadêmicas e universitárias.

Desta mesma forma, teoria do capital humano, fazia a apologia dos ganhos de produtividade gerados pelo avanço do adestramento e a tecnificação das atividades daqueles que constituíam o conjunto do mundo trabalho. O ensino é voltado para alimentar o sistema capitalista econômico através do ensino tecnicista. O resultado do investimento do capital na

educação reflete na ampliação do lucro, favorecendo a demanda do sistema econômico. O capital humano é assim percebido pelos militares, a soma dos investimentos do indivíduo em aquisição em conhecimentos (capital este adquirido em sua quase totalidade nas escolas e universidades) e que a qualquer momento se reverte em benefícios econômicos para o próprio indivíduo.

O ano de 1968 fica na história como o ano de protestos da juventude. É preciso não esquecer que esse ano foi marcado por sérias crises e violentas manifestações estudantis em vários países. Esse movimento, em plano quase mundial, certamente tem suas repercussões no Brasil. Do ponto de vista interno, outros fatores conjugam-se e contribuem para reforçá-lo. De um lado, a situação econômica vivida pelo Brasil e os problemas dela decorrentes, de outro lado, a tendência à privatização do ensino superior, a cobrança de taxas nas escolas públicas e as anuidades, cada vez mais elevadas, nas instituições particulares também contribuem para agravar a situação. No plano político, o governo manobra com a pretensão de ampliar sua base de sustentação, tendo como resposta, apesar da repressão, a luta contra o regime (GUEDES, 1980, p. 52).

Em uma destas manifestações, ocorrida no dia 28 de março de 1968, o estudante secundarista Edson Luís de Lima e Souto foi morto pela polícia. As consequências desta morte foi uma onda de revolta e comoção que comoveu todo o país, emergindo muitos problemas políticos. Edson Luís, além de estudante, era pobre e lutava por uma vida melhor no Rio de Janeiro (FÁVERO, 2009).

A UNE no final do ano de 1968 foi gravemente ferida com a prisão centenas dos seus ativistas e a quase totalidade de seus líderes que participavam de um congresso clandestino em São Paulo, especificamente na cidade de Ibiúna. Por outro lado, as intervenções e repressão por parte da ditadura civil-militar atingiam os sindicatos com severidade inimagináveis. Sendo assim, todos aqueles que se opunham ao arbítrio do Estado, apresentando resistência de alguma forma, demonstrando forças, mergulharam em situações bem delicadas por diminuição de suas forças e, conseqüentemente a inexistência de programação de futuro (ALVES, 1989).

Com a decretação do Ato Inconstitucional nº 5 (AI-5), considerado um golpe dentro do golpe, a democracia não mais existia, e o Congresso ficou sem poderes, sendo fechado em certo momento do ano de 1968, reabrindo apenas em 1969, suprime-se os partidos e criando o bipartidarismo e um conjunto de desvios nas formas de representação (eleições indiretas, senadores biônicos etc.). Neste período a ditadura civil - militar se instalou no Brasil de forma mais dura, e o Estado era supremo, com autonomia em todas as decisões.

O decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, também chamado de “AI-5 das universidades”, foi um ato baixado pelo general Artur da Costa e Silva durante a ditadura com o intento de punir os professores, alunos e funcionários de universidades acusados de subversão ao regime com expulsão. Na prática, visava inibir a capacidade intelectual de uma geração de acadêmicos. O processo a que se submetia o acusado era sumário. Os professores atingidos ficavam impossibilitados de trabalhar em outra instituição educacional por cinco anos, ao passo que os estudantes ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos (Lei 477, 1969)

Diante do exposto, se formaram grupos nas instituições representadas por professores e alunos com a finalidade de entender de forma mais aprofundada a situação das universidades, envolvendo tudo que a cercava naquele momento, tanto as imposições do governo como também a situação que se comportava na questão política global, culminando com conclusão grupal que aumenta a consciência em torno da contestação da situação universitária que poderia intervir na contestação das estruturas dominantes na sociedade brasileira (FÁVERO, 2009).

2.2 A perspectiva de democratizar a educação

Com a perspectiva de transformar e democratizar as relações de ensino e aprendizagem, educadores de diversas áreas do conhecimento, passaram a discuti-las de uma forma mais ampla e participativa, baseada no princípio do direito universal à educação para todos, o estabelecimento da gestão democrática do ensino público, com autonomia pedagógica e administrativas das unidades escolares, requerendo participação nas decisões de políticas educacionais do país.

Diante deste contexto, falar de democratizar na educação no período da ditadura civil - militar, é entender que forças menores possam ser reconhecidas na cena da história, promovendo, engue-se sujeitos ativos e capazes de divergir as diretrizes gerais das políticas educacionais impostas pelo Estado, com expectativas de serem revistas naquele período, decisões em relação a política educacional como fragmentação dos sistemas de ensino e de centralização e tecnificação e outras.

Em meados dos anos 1970 iniciou-se um processo de abertura do debate sobre a educação brasileira e de crítica à Ditadura. Algumas universidades, escolas e entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), foram palcos dessa abertura. Porém, foi no final da década que a ampliação das lutas pela democratização criou um contexto favorável à reorganização no campo educacional. Importantes entidades e instituições surgiram nesse período e tiveram um papel decisivo nessas lutas. Saviani (SAVIANI, 2007, p. 402-403)

2.3 Notas sobre o sindicalismo do magistério no Brasil

A partir de meados da década de 1970, com o fortalecimento das organizações e dos movimentos reivindicativos da classe trabalhadora, sentiu-se necessidade de um sindicalismo voltado para uma esfera educacional. Um bom exemplo, de adesão ao movimento do Novo sindicalismo, é a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), que havia sido fundada em dia 13 de janeiro de 1945, ganha força, se reorganiza de maneira muito mais racional e traz, emitindo a todos os associados, uma nova forma de enfrentar o Estado visando os interesses dos educadores atuantes no Estado de São Paulo.

Reformulando-se por meio de uma maneira estratégica pela criação de sede e subsedes, representação específica por escola na capital e no interior paulista, a entidade passou a realizar vários congressos e assembleias e sua luta assume uma dimensão bem maior, não somente por salários, mas também pelo ensino gratuito e pelo fim da ditadura civil - militar. (CRUZ, 2008, p. 70).

As décadas de [19]80 e [19]90 foram consideradas por muitos como as décadas perdidas, em termos econômicos, pois não houve objetivamente, melhoria na distribuição de renda, nem na qualidade de vida dos brasileiros, mesmo assim essas décadas possibilitaram a reorganização do país. Atualmente temos a Lei 9394/[19]96, regendo a educação nacional. Essa lei também teve uma longa tramitação pelo Congresso. Não resolveu questões antigas das outras legislações da educação, como, ensino público e privado, e como sempre interesses corporativos, fisiologistas e clientelistas imperaram em detrimento da satisfação das necessidades educacionais da maioria do povo brasileiro. (CRUZ, 2008, p. 70).

Sendo assim, este foi o primeiro momento que o magistério sindical se mostra de forma explícita, período este que vai de 1970 a 1980, tendo em vista, que os professores se reorganizaram em associações surgindo outra vez o associacionismo. Criado com o objetivo em comum de lutar para término da ditadura civil-militar com o intuito de que a democracia aflorasse outra vez (MASSON, 1999).

Neste mesmo diapasão, a APEOESP, juntamente com a presença da União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), em Minas gerais (MG), do Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul (CPPERS) e, entre outras entidades, do Centro de Professores do Rio de Janeiro (CEP), constituiu um dos primeiros momentos em que o magistério sindical se mostra de forma explícita, tendo em vista, que os professores se reorganizaram para uma luta

que orquestrava o término da ditadura civil - militar e com o intuito de que a democracia aflorasse outra vez, induzindo ao principal objetivo de uma grande parte da classe do magistério, que era o combate a imensa desvalorização do trabalho docente que ocorria não apenas pelo arrocho salarial, mas pelas longas jornadas e pela precarização das escolas.

Não foi de outra forma que, com a:

[...] ocorrência de diversas greves neste período em praticamente todas as redes estaduais do país, somadas às pressões no curso da transição da ditadura militar para a democracia liberal relativa ao acesso à educação escolar, marcaram o período. (MASSON, 1997, p. 10).

Com a necessidade de uma organização mais específica, com o objetivo de ficar cada vez mais fácil de tratar questões educativas, surgiu a organização dos professores do ABC paulista que lutava por melhores condições de trabalho desde 1970, com a finalidade de no futuro possuir um sindicato que os representasse nas questões sociais e políticas educacionais desta região tão importante do Estado de São Paulo.

No que tange a presença do SINDEMA na luta pela democratização da educação pública básica de Diadema (SP), nos anos que se desdobraram deste importante ciclo de lutas sociais que percorreram o solo histórico do país, a partir da segunda metade da década de 1970, o professor Luís Paiva, nos trouxe alguns dos momentos mais marcantes dessa trajetória.

[...] o SINDEMA, ele participa de todos os processos de discussão política em nível nacional, então: reforma trabalhista, reforma previdenciária, também a questão da LDB, a questão de um terço. Então, por exemplo, a Lei 11.738, que é a lei de um terço, também do salário nacional dos professores. O SINDEMA vai estar na vanguarda cobrando. Quando no Congresso, por exemplo, do SINDEMA tem toda uma parte voltada à discussão das escolas, porque muitas vezes (...) então, por exemplo, Conselho Municipal de Educação vai ter representantes do SINDEMA, onde se discute a questão da legislação, a questão, por exemplo, do retorno agora da pandemia o SINDEMA teve uma participação fundamental para evitar que os professores voltassem durante a pandemia. Enquanto outros municípios já estavam retornando, Diadema continuou. Isso tem a ver com o PT, mas tem a ver também com a pressão da base. Na questão da educação o que a gente pode dizer? Que o SINDEMA, um ponto, por exemplo, que teve a questão do apostilamento do Ensino Fundamental que foi aí uma grana que era paga para o SESI. Assim que a direita ganha em 2012 as eleições, em 2013 eles querem colocar o sistema SESI. Então, querem colocar o sistema de apostilamento, tudo, e o SINDEMA vai organizar uma forte resistência à instalação desse apostilamento, dessa coisa de você tirar a liberdade acadêmica do professor. Então, vai ter muita crítica com relação a isso. E vai sofrer também por conta dessa crítica retaliação. Eu lembro que quando o prefeito foi lançar o projeto, ele alugou um clube, o maior clube de Diadema que é o clube Okinawa levou... mandou chamar todos os professores e foi apresentar o sistema SESI, aquele sistema de Datashow, tudo isso. Então o que a gente fez? Nós fomos com um carro de

som para frente desse clube, o Okinawa e começamos a falar contra distribuir material, tudo. O prefeito ficou tão irritado que ele rasgou o jornal e vários professores aplaudiram o prefeito, porque tinham passado também... a gente tinha vivido no ano anterior uma greve muito difícil com a administração petista que era do Mário Reali e tinha um setor que me girou para direita. Então... e que achavam que a saída era essa também, mas Diadema tinha um ótimo índice no IDEB, não precisava. Bom, ao fim das contas a prefeitura acabou transferindo para o SESI quase R\$ 10 milhões, enquanto que as escolas não tinham computadores, não tinham internet, não tinham assinatura de jornal, faltava até folha de sulfite, lápis, chovia dentro das escolas e a prefeitura dando milhões de reais para prefeitura. Uma outra coisa que a gente pode pensar também do ponto de vista do SINDEMA foi, por exemplo, a luta pelo FUNDEB. Então tem toda uma pressão, vários movimentos para você manter o FUNDEB e Diadema vai participar, o SINDEMA vai chamar paralisações, tudo. A questão do plano de carreira é uma conquista do SINDEMA, então em 2012 depois dos movimentos de greve que a gente teve, a gente conseguiu um plano de carreira que os professores evoluíam a partir do estudo. Então, por exemplo, você fazer uma pós, uma especialização passou a ter uma evolução na carreira, fazer um mestrado, fazer um doutorado, tudo isso se reverteu em ganho de qualidade de ensino para rede municipal e isso é uma conquista dos trabalhadores, dos que foram encabeçados e representados pelo SINDEMA. E, também, foi o SINDEMA que conduziu as assembleias que escolheram vários dos representantes dos trabalhadores para fazer as discussões do plano de carreira. Sem contar as questões de defesa também dos trabalhadores. É uma categoria majoritariamente feminina que tem que se dedicar a uma dupla jornada. Então, muitas além de cuidar da própria família, são chefes de família, ainda tem que cuidar dos pais, às vezes dos irmãos. E o governo do PT quis tirar na época, o que a gente chama de 142 que é uma licença, um abono, tipo um abono que a professora poderia tirar para estar cuidando, está perdendo menos do dia, o governo do PT quis tirar isso aí causou uma greve muito grande da categoria também, o SINDEMA esteve na direção. Então, você tem todas essas questões. Se pensar mais, a gente encontra outras, que eu lembre assim, são essas. (PAIVA, 2022, APÊNDICE II, p. 68)

No bojo do avanço do movimento que se convencionou chamar de Novo sindicalismo que surge no final da década de 1970, com “origem no setor moderno da economia, autonomia frente aos partidos e ao Estado, organização voltada à base e ímpeto reivindicativo direcionado para o interesse dos trabalhadores” (SANTANA, 1998, p. 9). Contrapondo-se ao velho sindicato que não possuía intimidade com sua base, ocasionando distanciamento e falta de interação, sem se importar com os interesses de classe, criando uma falta de desempenho as reivindicações urgentes às classes trabalhadoras, causando prejuízos aos interesses políticos globais (SANTANA, 1998).

2.4. A Central Única dos Trabalhadores (CUT)

O modelo econômico implantado pela ditadura civil-militar ao final da década de 1970 não conseguiu se segurar, e com isto veio a crise, dando sinais positivos para os brasileiros que a democracia voltaria e o AI-5 teria seu fim. Logo, em 1978 este ato inconstitucional terminaria,

sendo acompanhado pela anistia em 1979, surgindo com estes fatos a reorganização tanto na política quanto em partidos (MATTOS, 2009).

Novas greves de outras categorias surgem de 1979 a 1980, com maiores intensidades em relação às categorias anteriores, aumentando cada vez mais as classes e o volume das greves, vindo a colocar a classe trabalhadora do Brasil como uma classe que se fortificava cada vez mais. As greves do ABC paulista que iniciaram em 1978 contribuíram para o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e a CUT em 1983, que surge pela autenticidade dos sindicalistas metalúrgicos e seu relacionamento íntimo com as greves do ABC paulista, sendo compostos pelo Sindicato de São Bernardo do Campo e movimentos integrados pela população e intervenção do PT que foi crucial para seu surgimento (MATTOS, 2009; BORGES, 2018; CPDOC, 2018).

Mesmo que na década de 1980, o sindicalismo tenha perdido forças no mundo pela grande influência do capitalismo, no Brasil, a classe trabalhadora se fortaleceu com ascendência da força sindical, como em nenhum outro tempo, sendo o período mais significativo da história dos sindicatos no Brasil, uma vez que, o Novo Sindicalismo surge por intermédio da CUT, tendo como caráter criativo o movimento que englobaram muitas classes trabalhadoras pelas forças sindicais (SANTANA, 1998).

Como relatou o entrevistado SOUZA (2022), a CUT forneceu um apoio incondicional aos trabalhadores que se movimentava pelo SINDEMA que, como muitas outras categorias precisavam de incentivo, naquele momento tão delicado para os trabalhadores do Brasil. Sendo que, a união de todas as forças sindicais pela CUT, foi de extrema importância para o fortalecimento da classe da educação de Diadema que se erguia naquela ocasião por intermédio do SINDEMA.

As entidades sindicais dos trabalhadores vinculados aos servidores públicos tiveram importante e decisivo papel na fundação da consolidação política da Central Única dos Trabalhadores (CUT), quadro esse que, nas palavras de Domingos Tomaz de Souza, trouxe um forte impacto na trajetória SINDEMA:

A CUT para nós aqui foi fundamental, primeiro porque antes o sindicato não tinha... não era ligado a ninguém e a gente ficava, tipo assim, um filho desamparado, aí não tinha... a luta nossa era tipo uma luta individual, não tinha alguém para ajudar. E quando nós nos filiamos a CUT, nós já tínhamos nosso grupo que quando assumiu aqui já tinha interesse de se filiar. Chamamos a CUT até para fortalecer a luta. Porque a CUT a gente pode até discordar de um monte de coisa, eu discordo de um monte de coisa, mas a única entidade ainda que a gente pode dizer ainda que defende o trabalhador. E a CUT

veio para cá, nos ajudou muito. Até mesmo as reuniões com o governo, a CUT sentada na mesa junto com o governo para definir algumas questões. Até mesmo o governo de esquerda que estava lá a CUT sentava para dar linha, dizer: ‘Olha, os trabalhadores precisam. A situação nossa é essa’. E a CUT foi muito importante. Foi não. Foi não. É muito importante para nós aqui. É muito importante para os trabalhadores. (SOUZA, 2022, APÊNDICE I, p. 53)

2.5 Novos tempos para sindicalismo na educação, a criação do SINPRO-ABC

A luta contemporânea dos educadores brasileiros emergiu em meio a grande movimentação causada pela efervescência do Novo sindicalismo, que exercia grande influência sobre os trabalhadores, no bojo da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e da criação, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), organismos compromissados com a efetivação de ações políticas em escala nacional e efetiva inserção social.

O envolvimento e a presença das associações e sindicatos que atuam na esfera da educação com o chamado novo sindicalismo é muito grande e se encontra disseminado em todas as regiões país. Nesse aspecto, nestas páginas, localizamos a presença do Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (SINPRO-ABC), tendo em vista que o nascimento e a consolidação desta entidade contaram com o apoio material dos dirigentes do SINDEMA que, por razões de afinidades políticas e ideológicas, contribuíram de forma decisiva para a organização sindical dos professores que atuavam nas cidades do ABC paulista.

Em 1984 a Associação Profissional dos Professores do ABC (APRO-ABC) têm sua criação sacramentada, pouco mais tarde outro passo importante é dado por estes trabalhadores quando, em 13 de março de 1986, foi beneficiada com a carta sindical através do Ministério do Trabalho, uma consequência da luta contínua desta associação que foi premiado com a criação de um sindicato nomeando-se de SINPRO-ABC.

A primeira gestão que tinha como membros professores que faziam parte da extinta associação conseguiu realizar congressos que possibilitariam uma nova forma de requerer direitos que outrora eram exigidos por esta classe mais em forma de associação na década de 1980.

Em 1988 o SINPRO-ABC lança a campanha “Educar é um ato político, sindicalize-se também”, com o intuito de fazer mais presente a força sindical na educação com um cunho político para atrair mais força para o sindicato através de inclusão de novos membros e, a

campanha foi tão eficaz que aproximadamente 1000 novos membros ingressaram como membros do SINPRO ABC, fortalecendo cada vez mais este sindicato. (BAUER, et al, 2017).

No âmbito do ensino privado, um bom exemplo de organização para ser mencionado, se deu, a partir de em 1984, quando tivemos a criação da Associação Profissional dos Professores do ABC (APRO-ABC), depois de um processo iniciado em 1983 e que, para fins sua consolidação, se estendeu até 1985.

Pouco tempo depois, um novo e importante passo foi dado por estes docentes pelo fortalecimento da luta sindical quando, em 13 de março de 1986, os professores do ABC paulista conquistaram a carta sindical através do Ministério do Trabalho, uma consequência da luta contínua que culminou com a criação do SINPRO-ABC.

Ressalta-se que sua primeira gestão trazia professores que faziam parte da extinta associação, conseguiram realizar congressos que possibilitariam uma nova forma de requerer direitos que outrora eram exigidos pela categoria em forma de pautas reivindicativas informais em tempos idos.

Em 1988 o SINPRO-ABC lança a campanha “Educar é um ato político, sindicalize-se também”, com o intuito de fazer mais presente à força sindical na educação com um cunho político para atrair mais força para o sindicato através de inclusão de novos membros e, a campanha foi tão eficaz que aproximadamente 1000 novos membros ingressaram como membros da entidade, fortalecendo cada vez mais este sindicato. (BAUER, et al, 2017).

Com o aparecimento do SINPRO-ABC, se fortificou a luta dos profissionais de educação, conseguindo amparos legais para o exercício de suas atividades que se mantinham na ilegalidade durante muitas décadas nas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

2.6 As lutas dos trabalhadores em educação e os embates travados durante os governos democráticos

Com o fim do ciclo ditatorial instalado de forma golpista no Brasil a partir de 1964, as ações e os movimentos organizativos da classe trabalhadora em geral passaram a ter maior visibilidade e a interferir de forma ativa nos desígnios sociais e políticos do país.

No que diz respeito aos servidores públicos houve uma crescente participação das associações e dos sindicatos municipais, estaduais e federais na defesa dos interesses

corporativos dos seus representados, mas, também, muitas destas entidades se envolveram diretamente na urdidura de movimentos sociais e políticos de grande interesse nacional.

Na área da Educação, em centenas de municípios e em praticamente todos os estados da Federação, se registraram greves, passeatas, atos públicos e um conjunto diversificado de manifestações em defesa de melhores condições de vida e de trabalho para aqueles que atuam neste setor.

Por representarem as expectativas eleitorais da população brasileira no registro de mudanças substanciais na educação do país e sem desconsiderar o papel de outros governos, anteriores e posteriores a estes, apontamos algumas características do período de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e Dilma Rousseff que nos pareceram por demais emblemáticos da atuação dos sindicatos no interior deste momento histórico de características democráticas que estamos vivenciando.

O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) venceu as eleições, em 1994 e 1998, adotando uma política privatizante, se posicionando pelo neoliberalismo, preconizando a diminuição do Estado na economia do país, deixando-a a mercê das forças do mercado, o que trouxe muitos problemas políticos e sociais para os trabalhadores brasileiros.

Com isso, o incremento,

[...] pelo governo FHC, de um modelo político econômico centrado no neoliberalismo, tornou a relação entre capital e trabalho mais injusta no Brasil, favorecendo sobremaneira o primeiro. A criação de contratos temporários deixou o trabalhador e a trabalhadora desprovidos de qualquer direito, impedindo o acesso a qualquer benefício estipulado por lei. Foi uma imposição do projeto neoliberal com único resultado de baratear o custo do trabalho para o capital (GOETTERT, 2014, p. 99).

Como vimos, Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi eleito e governou o país durante dois mandatos sucessivos, entre 1995 e o ano de 2002. Sua eleição se deu como consequência das reformas e planos econômicos que foram realizados no período imediatamente anterior ao seu pelo presidente Itamar Franco, principalmente aqueles que diziam respeito ao combate à inflação e perspectivas de mudanças econômicas em nosso país.

Os anos do governo de FHC foram principalmente marcados por tentativas de avanços econômicos preocupados em estabelecer uma relação entre o crescimento e a estabilização financeira no país. Por conta disso, Fernando Henrique se escorou em planos de privatização e

diminuição dos gastos públicos, trazendo com isso, muitas vezes, o abandono de questões sociais de grande relevo e importância na sociedade brasileira.

Principalmente por conta do êxito e do grande apoio empresarial e midiático ao chamado Plano Real, Fernando Henrique não teve grandes dificuldades em obter um segundo mandato, vencendo as eleições de 1988 contra o seu principal oponente, Luiz Inácio Lula da Silva, ainda no primeiro turno.

Fernando Henrique, ao longo dos seus governos, em linhas gerais, procurou seguir um receituário de características neoliberais, diminuindo ao máximo a interferência estatal na economia, disseminando as privatizações e adotando uma política de liberalização do mercado para investimentos estrangeiros. Merece destaque, nesse sentido, a abertura que Fernando Henrique patrocinou para que as corporações estrangeiras pudessem fazer investimentos na educação brasileira, principalmente na expansão mercantil do ensino superior.

Houve grande mobilização social e política contra as medidas de caráter antissocial e de controle de gastos públicos durante a gestão de FHC, grandes mobilizações contra as privatizações e o corte de gastos públicos em todas as áreas foram registradas.

Na área da educação muitas greves e mobilizações com ocupações de prédios públicos, reitorias e questionamentos realizados por associações e sindicatos dos trabalhadores em educação também se registraram em grande multa. As políticas de privatização adotadas durante o período de Fernando Henrique tinham como principal objetivo atrair investimentos estrangeiros, estimulados por uma política de juros altos e do registro de déficits na balança comercial brasileira.

Com isso procurava-se atrair a entrada de capitais, porém, objetivamente, o grande volume de capitais que procuraram lucros fáceis e rápidos no Brasil, não trouxeram mudanças qualitativas no cotidiano da ampla maioria da população. A valorização política do real, contudo, garantiu a vitória de Fernando Henrique para o seu segundo mandato; muito embora os indicadores econômicos apontassem no período baixas taxas de crescimento, altos índices de concentração de renda, crescente desemprego, abandono das questões sociais mais candentes – como é o caso da educação básica, da reforma agrária e de outras problemáticas – que não foram atendidas durante os oito anos de governo de FHC.

No que tange às reformas agrárias, o período registrou grandes conflitos em diferentes regiões do país. Houve pouco avanço na distribuição de terras, fazendo com que o MST lançasse mão de um sem número de ações.

Houve também repressão contra esses movimentos. No oeste do Pará e outras regiões do país, muitos trabalhadores rurais foram assassinados, perseguidos presos ou exterminados durante o governo de FHC. Na educação básica os graves problemas persistiram. A universalização do acesso à escola, muitas vezes prometida durante os anos de FHC, não foi alcançada. Os índices alcançados foram pífios, principalmente no que se refere à qualidade do ensino e a valorização do trabalho docente. O analfabetismo, por exemplo, persistiu com altos índices registrados em todas as regiões do país.

As eleições de Fernando Henrique Cardoso, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não foram capazes de superar algumas graves problemáticas sociais durante o seu governo.

Questões de grande envergadura social, como são os casos da reforma agrária, da reforma urbana e da habitação, da educação pública e declínio significativo do analfabetismo, do combate à fome e da ampliação da oferta de trabalho não encontraram soluções duradouras durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, pelo contrário, suas ações se esmeraram em aprofundar políticas privatizantes e de caráter antissocial ao longo dos seus mandatos.

2.7 Os sindicatos em educação e seu relacionamento com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT)

O Brasil, aos fins do século XX, experimentou um momento de disputas políticas, conflitos sociais, e a emergência de uma série de problemáticas que faziam aflorar as péssimas condições de vida que uma ampla maioria da população brasileira então vivia.

Em 2002, no interior de uma acirrada disputa com os candidatos tradicionais e, principalmente, aquele que representava a sucessão de Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Lula venceu as eleições, trazendo consigo um conjunto de grandes esperanças e a perspectiva de operar transformações econômicas, políticas e sociais intrinsecamente vinculadas aos interesses históricos e imediatos das camadas populares e da classe trabalhadora do campo e da cidade em nosso país.

Nesse momento também, as eleições quase que gerais de 2002, trouxeram uma significativa vitória de candidatos aos parlamentos estaduais e federais da república com um

conjunto expressivo de deputados federais eleitos na chapa encabeçada por Lula. Muitos desses deputados, inclusive, haviam construído a sua trajetória política por intermédio de sua intervenção nas associações e sindicatos dos trabalhadores em educação espalhados pelos mais variados estados da federação.

O período de Lula trouxe um sem-número de expectativas e transformações, o envolvimento social de diferentes segmentos atuantes na sociedade civil e política brasileira, a participação de representantes da sociedade civil em geral.

Nesse aspecto, não foi por acaso, que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) negociou com o Estado Federal a partir de 2002, na gestão do Presidente Lula, para promover acordo com os sindicatos destes trabalhadores.

Nas palavras analíticas de Gindim (2013, p. 82), a

[...] CNTE atuou em duas frentes: negociou com o governo federal como representante dos trabalhadores em educação das redes estaduais e municipais; e, a partir de 2002, passou a promover a incorporação de sindicatos de trabalhadores em educação de base municipal. Para o congresso de 2011, treze sindicatos de base municipal tinham se incorporado à confederação. Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, em 2003, houve um acirramento das diferenças político-sindicalistas dentro do arco de correntes que participavam da CUT. No novo contexto político, algumas correntes passaram a promover agrupamentos sindicais alternativos, como a Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS e a Intersindical. Por outro lado, a Corrente Sindical Classista (CSC), que era a segunda força na CUT e cuja referência política (o PCdoB) era aliada do governo do PT, decidiu criar uma nova central sindical, a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). A CSC mantém o apoio ao governo do PT e dirige a CNTE numa aliança com Articulação Sindical. Nesse contexto, em muitas entidades, a discussão sobre o pertencimento a determinada central passou a ser um ponto polêmico do debate sindical. É importante ressaltar que a CSC tende a ter uma hegemonia bastante grande nas organizações que lidera, e que, conseqüentemente, a simples desfiliação à CUT (sem a filiação à CONLUTAS, nem à Intersindical, nem à CTB) indica a gravitação da ex-esquerda cutista, e não da CSC.

Em 2004, surgiu uma proposta de reforma sindical, que de antemão já havia possíveis normas, procedimentos e poderes em potencial para o funcionamento dos sindicatos que representariam as classes trabalhadoras como o reconhecimento dos sindicatos como representantes legais de classe, mais em contra partida a proliferação de vários sindicatos ficaria vetada, sob a submissão ainda do Estado, que por sua vez, proporcionaria por isto um sistema paralisado e com muita burocracia para que as coisas não aconteçam de maneira muito fácil para os sindicatos e para os trabalhadores.

Entretanto, algumas regalias ao sindicato seriam oferecidas como autonomias de criação pelo próprio sindicato de sedes fora do nível nacional, como municipal e estadual (BRASIL, 2004).

Em determinado período aconteceu a baixa da sindicalização no período de 2006 a 2013, nas gestões presidenciais de Lula e Dilma:

[...] ‘as taxas de filiação retratam importante movimento de esvaziamento do sindicalismo urbano, com crescimento da filiação rural’. [...] E isto aconteceu em decorrência do ‘crescimento estrondoso do número de empregos formais de má qualidade, e, também com o aumento das taxas de rotatividade [...], e reflete, nesse momento, mudanças na dinâmica do mercado de trabalho’ [...] mesmo com os sindicatos em estado de baixa, ainda, na Presidência de Dilma Rousseff, os mesmos se unem a movimentos sociais para ir à luta por várias pautas relacionadas aos trabalhadores brasileiros (CARDOSO, 2015, p. 04 e 07).

Com os governos do PT, as lutas por melhores condições de trabalho pelos profissionais da educação continuaram, uma vez que, os atos deste governo ficaram a desejar em relação ao que a classe pretendia obter, pois os trabalhadores estavam confiantes por entender que este governo pertencia a um partido onde seus membros foram pioneiros na luta por melhores condições de trabalho pelos brasileiros, mas foram decepcionados por esta atitude que não os favoreceu.

Desde o momento em que Partido dos Trabalhadores (PT) venceu as eleições de importantes cidades brasileiras, passando pelo registro de importantes vitórias para os governos de diferentes estados da federação, até alcançar a primazia de vencer contendas eleitorais para a presidência da república, as relações com os movimentos sociais, populares e sindicais se mostram muitas vezes tensas e conturbadas no que diz respeito ao papel desempenhado pelas suas lideranças com os representantes dos poderes executivos que, muitas vezes, tem origem e foram formados politicamente no seio destes movimentos.

Seção 3

Trajetória do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA) em defesa da melhoria das condições laborais e da qualidade da educação

A referida apresenta algumas características históricas de Diadema (SP), para um conhecimento, mesmo que panorâmico, sobre a cidade na qual se desenvolve a trajetória do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA), acompanhada de uma interrogação: por que nasceram os sindicatos?

A Associação dos Funcionários Públicos de Diadema (AFPD), fundada em 29 de agosto de 1968, foi à primeira entidade representativa dos funcionários públicos da Prefeitura de

Diadema (SP), ainda durante a vigência ditadura civil-militar, quando a organização sindical no serviço público era proibida, assunto este abordado nestas páginas.

Por conseguinte, fazemos uma apreciação da história do SINDEMA, relacionando-a com o papel dos sindicatos no apoio as classes trabalhadoras, em sua relação com o Estado e com a classe dominante na defesa dos direitos da força de trabalho e do questionamento das injustiças reinantes no mundo capitalista.

Desde a sua fundação e constituição, suas lutas e objetivos, nos marcos do associativismo, então, vigentes daquela época, até chegarmos aos episódios que se inscreveram na contemporaneidade desta importante entidade sindical dos funcionários públicos diademenses, especificamente aos pertencentes a Secretaria de Educação do Município, que mediante a organização e atuação do SINDEMA, conquistam seus direitos.

Sobre a importância social e o significado histórico da criação desta entidade, o professor Luís Paiva nos trouxe o seguinte posicionamento:

Bom, o SINDEMA foi criado em um período anterior ao meu ingresso nessa categoria. Mas ele se insere em um movimento em nível nacional de reconhecimento da luta sindical do setor público, porque até a Constituição de 1988 os funcionários públicos eram proibidos de formarem sindicatos, então somente associações. Então, na prática esse movimento que ocorre em várias categorias. Então, você tem APEOESP, você tem o Andes, você tem várias entidades que tinham um caráter sindical, mas que tinham um nome de associação, mas já tinham uma atuação sindical principalmente porque a década de 1980 foi marcada por hiperinflação, uma crise política bastante acentuada e uma forte atuação do movimento sindical. Então, você tem a CUT estimulando, você tinha as oposições sindicais, a década de 1980. Então o SINDEMA, ele vai surgir como uma necessidade, como uma conquista em nível nacional dos trabalhadores. Por que há a necessidade do SINDEMA? Porque é muito precária a situação dos trabalhadores, eles têm que lutar para conseguir reajuste, melhores condições de trabalho. Essas coisas que caracterizam também outras categorias. (PAIVA, 2022, APÊNDICE II p. 64- 65).

3.1 A cidade de Diadema (SP)

Em 1948 mediante a Lei nº 233 criou-se o Distrito de Diadema, a partir daí várias transformações que ocorreram na década de 1950 na região do Estado de São Paulo conhecida com ABCD paulista como abertura de estradas que trouxeram grandes indústrias multinacionais, industrialização, migrações, que culminaram com o crescimento das cidades e, conseqüentemente, novos loteamentos habitacionais, causando o despertar da política em direção à região na qual a cidade estava localizada, uma vez que em sua geografia se instalou empresas que produziam objetos complementares para as multinacionais.

Mediante a isto, havia o entendimento de que a mudança de distrito para município seria de extrema importância para o desenvolvimento da localidade (PORTAL DO SINDEMA, 2019).

Foi a conjugação de vários fatores que determinou a emancipação político-administrativa de Diadema, como a expansão urbana e industrial paulista em direção ao ABC, a articulação de políticos da localidade, como o professor Evandro Caiaffa Esquivel, com lideranças de influência no âmbito estadual, como o jurista Miguel Reale. A Vila Conceição liderou o movimento pela emancipação com a intensa participação dos seus moradores na Campanha da Emancipação. Aprovado o processo de emancipação pela Assembleia Legislativa, ocorreu o plebiscito no dia 24/12/1958. As pessoas residentes há mais de dois anos no local votariam a favor ou contra a emancipação. Participaram cerca de 300 eleitores e a emancipação venceu por pequena margem, apenas 36 votos. Em 1959, realizaram-se as primeiras eleições para os poderes Executivo e Legislativo do município de Diadema. Em 10/01/1960, com a posse do primeiro prefeito, vice-prefeito e vereadores, instalou-se oficialmente o novo município (PORTAL DO SINDEMA, 2019).

Ramos (2022), expõe mais informações sobre Diadema, falando de sua localização na área Metropolitana de São Paulo entre as cidades de São Paulo e São Bernardo do Campo. A população da cidade é formada na sua maioria por trabalhadores migrantes vindos de outras cidades próximas do Estado de São Paulo e de cidades do nordeste, trabalhadores estes sem qualificação profissional, com isto, conviviam com salários baixos. Se fixando na cidade em terrenos mais acessíveis e baratos, porém sem nenhum tipo de infraestrutura urbana.

Diadema integra a Região Metropolitana de São Paulo, formada por 39 municípios e está inserida na região do ABCD Paulista, composta por sete cidades. Está a 17km distante do marco zero de São Paulo, localizado na Praça da Sé. Diadema tem 30,7km², o que representa 4,94% de todo o território do ABCD e 0,01% do território estadual. A população de Diadema, estimada pelo IBGE para 1.º de julho de 2020, era de 426 757 habitantes, sendo o 14.º município mais populoso do estado e o 57.º do Brasil. A cidade é a 21ª economia do Estado de São Paulo (fonte: IBGE/2016) e a 67ª economia do Brasil (IBGE, 2016).

A cidade vivenciou relevante crescimento econômico, cultural e político, devido ao processo de industrialização do país, servindo como residência para o formidável aumento do contingente da população trabalhadora e para a instalação de pequenas, médias e grandes empresas, especificamente nas áreas mecano-metalúrgicas, química e do plástico (SANTOS, 2009).

Em linhas gerais, podemos dizer que “a cidade viveu um enorme crescimento em suas três primeiras décadas de existência, Diadema tinha 12 mil habitantes, em 1960, 79 mil em 1970, 228 mil em 1980 e 300 mil em 1990” (RAMOS, 2022, p. 42).

Desde a década de 1970, Diadema possui sua história agregada a história de politização e mobilização social ligada aos movimentos sociais e sindicais que surgiram na região de acordo com o Banco de Experiências de Planos Diretores Participativos (2017). E, desde 1980, o Estado luta por ações sociais voltadas para o combate da falta de moradia, que desde o século XXI, se apresenta como uma problemática social bem acentuada (RAMOS, 2022).

3.2 A educação em Diadema (SP)

A configuração administrativa da Prefeitura Municipal de Diadema (PMD) é formada pelo gabinete do prefeito e várias secretarias municipais que atende cada área de acordo com a especificação das necessidades do município. Uma dessas secretarias é a Secretaria de Educação responsável pelas escolas municipais de educação básica, englobando o ensino infantil (creches e pré-escolas), fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Movimento de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos (Mova). A área da educação especial conta com o Centro de Atenção a Inclusão Social (CAIS), visando a inclusão de alunos com deficiências nas escolas municipais e o atendimento da Escola de Educação Especial Olga Benário Prestes, voltada para o ensino na educação Infantil e fundamental I e II à comunidade surda. O município conta com 01 Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Contando com 61 escolas de Educação Básica e 40 creches conveniadas de acordo com a demanda de cada uma das suas regiões.

De forma abreviada, vamos apresentar as diferentes etapas do ensino municipal da cidade de Diadema, conforme faixa etária dos alunos, os programas e conselhos municipais.

No âmbito da cidade de Diadema (SP), a Educação Infantil é considerada a primeira etapa da Educação Básica, ofertando vagas de 0 a 3 anos nas escolas de período integral (creches), tanto em instituições da chamada rede direta, quanto de instituições da rede conveniada.

Conforme os documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Diadema (SP), os seus principais objetivos são os de alcançar o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, cognitivo, afetivo e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Essas práticas são intencionalmente planejadas,

[...] sistematizadas e avaliadas em um projeto político-pedagógico elaborado coletivamente e democraticamente com a participação da comunidade escolar e desenvolvido por professores

habilitados. Atualmente, o atendimento é realizado em 18 unidades escolares da rede direta e 28 unidades da rede conveniada, somando o atendimento de 7.570 crianças, em período integral de oito horas diárias. (PREFEITURA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

No início do ano letivo de 2023, a Prefeitura Municipal de Diadema (SP) nos informava que a escola possuía 20 Unidades Escolares de Ensino Fundamental regular que atendem 13.436 alunos a partir de 6 anos a completar até 31 de março do ano letivo em curso. Realçando que as inscrições seriam de caráter "permanentes nas Unidades Escolares e por meio da Secretaria de Educação Digital". (PREFEITURA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

Embora tenham se registrado alguns avanços na educação pública brasileira, com a incomoda presença de algumas mazelas que marcaram de forma perturbadora a história Educacional do país, como é o caso do analfabetismo e da evasão escolar, na cidade de Diadema (SP), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada a garantir os direitos educativos dessa numerosa população com mais de 15 anos e que ainda não concluiu o ensino fundamental.

Conforme pudemos apurar, na atualidade, “são 15 escolas de Educação de Jovens e adultos e cinco polos descentralizados (Nova Conquista, CMI, Associação 18 de Agosto, Centro POP e Sítio Joaninha), sendo 14 com fundamental I e II e uma com apenas fundamental II”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

Durante a coleta de dados e informações que realizamos sobre a realidade educacional de Diadema, nos chamou a atenção a existência do Centro de Atenção a Inclusão Social (CAIS) realiza um trabalho imprescindível para que os alunos desta da cidade possam estar incluídos nas escolas municipais envolvidos em "ações, diretrizes e políticas de Educação na perspectiva inclusiva desde 1993. A Educação Especial também conta com a Escola de Educação Especial Olga Benário Prestes com Educação Infantil, Fundamental I e II além de trabalhos direcionados à comunidade surda". (PREFEITURA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

A Secretaria de Educação Municipal, por meio do serviço Pedagógico Especializado, oferece:

- Serviço de itinerância;
- Assessoria e instrução em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
- Serviço de adaptação de material pedagógico especializado;
- Serviço de Formação Continuada para professores da rede municipal no foco da Educação Inclusiva;
- Centro de Atenção Pedagógico Especializado CAIS;

Serviço de Professor especializado atuando como interlocutor das atividades escolares, com formação em LIBRAS para acompanhamento de alunos surdos incluídos na rede municipal, para exercer as mediações pedagógicas necessárias à aprendizagem. Programas voltados à utilização de recursos pedagógicos acessíveis para alunos da rede municipal e/ou munícipes egressos de escolarização que adquiriram deficiência de forma tardia; Serviço de salas de recursos; Serviço de atendimento à Comunidade; Adequação de quadro de professores especializados em relação à demanda dos segmentos da Educação Básica; Interlocução com o Serviço Pedagógico Especializado nos casos de construções, reformas e ampliações das unidades escolares, para auxílio na avaliação de acessibilidade, mobiliários e equipamentos; oferta de espaços físicos adequados para a atuação de serviço pedagógico especializado itinerante, implantação e funcionamento das salas descentralizadas em espaços adequados para o seu funcionamento. (PREFEITURA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

A prefeitura Municipal de Diadema (SP), desde os fins da década de 1980, tem tido a preocupação de institucionalizar uma série de mecanismos de participação democrática no processo decisório do encaminhamento de suas ações governamentais, neste aspecto, na esfera educacional, foram regulamentados órgãos colegiados "que tem como Finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) do Município de Diadema" (PREFEITURA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

Fazem parte da gestão democrática da Educação Municipal de Diadema (SP), os seguintes organismos: o Conselho Municipal de Educação (CME), o Conselho Escolar, e o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) com as seguintes atribuições:

CME

Colegiado regulamentado de caráter mobilizador, consultivo, normativo, fiscalizador e deliberativo observada a legislação Municipal vigente, que integra o Sistema Municipal do Ensino contribuindo no âmbito de sua competência com as normatizações e execução do Plano Municipal de Educação.

Conselho Escolar

Órgão colegiado da escola pública composto por representantes da comunidade escolar e local com funções deliberativas, consultivas, avaliativas e fiscalizadoras no âmbito da unidade.

CAE

O Conselho de Alimentação Escolar é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento a execução do Programa de Alimentação Escolar e demais ações da área na educação (PREFEITURA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

Os órgãos responsáveis, os programas formativos e os cursos oferecidos pela municipalidade se distribuem da seguinte forma:

PROGRAMAS

Formações

O Departamento de Formação e Acompanhamento Pedagógico é responsável pela oferta de formação para a rede municipal de ensino, junto aos gestores, coordenadores pedagógicos, supervisores e professores bem como pela condução de projetos e acompanhamentos de cunho pedagógico. Durante o ano letivo são ofertados, exclusivamente aos professores da rede municipal, diversas capacitações buscando sua constante atualização.

Cursos:

- Musicalização para Bebês;
- Formação Continuada para a Rede Conveniada;
- Grupos de Trabalho para a discussão da Proposta Curricular;
- E-mai e Ler e Escrever.

UAB– Universidade Aberta do Brasil

O Polo da UAB está presente em Diadema há mais de uma década e desde então, incentiva projetos de formação online mantendo parceria com universidades públicas com cursos ofertados para a comunidade geral. (PREFEITURA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

Cidade na Escola

O programa Cidade na Escola tem por objetivo o desenvolvimento integral do aluno, promovendo o desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões, intelectual, afetiva, social e física. Atualmente o programa atende 20 escolas da rede municipal, sendo 18 em período integral e duas no período regular. Os alunos participam de diversas atividades a partir de macro campos de atuação. Para essa realização, a Secretaria de Educação mantém parcerias com o Circo Escola, Matéria Rima, Acer, Projeto Luca, Casa da Economia Solidária, Cia. Sopa de Comédia, Fundação Mapfre, Sebrae, Projeto Rondon, Fundo Social de Solidariedade, Futebol Net – Fundação Barcelona, Projeto Guri, Academia Lira Tae Kwon Do, Instituto Triângulo, Guarda Civil Municipal, entre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

Pelos documentos que localizamos e nas conversas que realizamos com os ativistas sindicais do SINDEMA, a preocupação pela melhoria da qualidade educacional oferecida a população é constante, envolvendo o incentivo aos seus afiliados para participarem dos seminários municipais de educação, ao se envolverem nas discussões preocupadas com a educação inclusiva e a participarem das sessões ordinárias da Câmara Municipal da problemática educacional. Estimula, também, que os mesmos se mobilizem pela realização de congressos educacionais e concursos públicos para a efetivação dos cargos da carreira docente.

3.2 Por que nasceram os sindicatos?

Os movimentos sindicais e classistas nascem do entendimento dos direitos que a sociedade capitalista nega aos trabalhadores na vida cotidiana, exigindo-lhes capacidade organizativa e de mobilização social com autonomia e independência de classe.

Na produção social da própria existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que

correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral. (MARX, 2008, p. 47).

Para Marx (2008, p. 25-26) “o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes”.

Na concepção de Marx e Engels “a história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2012, p.23). Na edição inglesa, do Manifesto do Partido Comunista, publicada em 1988, existe uma nota de Engels, falando sobre isto:

Isto é, toda a história *escrita*. Em 1847, a pré-história da sociedade, a organização social existente antes da história registada, era praticamente desconhecida. Desde então, Haxthausen descobriu a propriedade comum da terra na Rússia, Maurer provou que ela é o fundamento social de que partiram todas as raças Teutónicas da história, e a pouco e pouco verificou-se que as comunidades aldeãs são ou foram a forma primitiva de sociedade em toda a parte, da Índia à Irlanda. A organização interna desta primitiva sociedade Comunista foi posta a nu, na sua forma típica, pela descoberta culminante feita por Morgan da verdadeira natureza da gens e da sua relação com a tribo. Com a dissolução destas comunidades primevas a sociedade começa a diferenciar-se em classes separadas e finalmente antagónicas. Tentei reconstituir este processo de dissolução em *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats*, zweite Auflage, Stuttgart 1886 (ENGELS, 2010b, p. 77).

Ao trazermos para essas páginas, os excertos das obras clássicas marxistas, procuramos destacar que

[...] a capacidade do capital de se apropriar, de absorver, estruturas, movimentos, formas de expressão, etc., e torná-las ferramentas de sua própria autorreprodução. Isso porque, neste processo de transformismo do modo de produção capitalista, a incapacidade da burguesia de evitar a coletivização das demandas, seja através de associações estabelecidas, seja por ações clandestinas, levou os países capitalistas a regular a ação das agremiações de trabalhadores, trazendo-as à legalidade e impondo-lhes condições determinadas. Passavam assim a não mais as proibir, submetendo-lhes ao crivo da legalidade e da burocracia estatal. Aí, historicamente, inicia-se a segunda abordagem legal da regulação do sindicalismo, um protótipo ainda, que seria aperfeiçoada ao longo da história da luta de classes, mas que manteria, contudo, sua finalidade intacta (GUERREIRO, 2016, p. 21-2).

Sendo assim, o sindicato em sua essência, através de uma análise crítica, usa-se de toda a sua experiência para mediar lutas de classes, agregado pelo entendimento de que o trabalhador

está inserido em uma classe e, através dela, há uma organização através do suporte do sindicato para reivindicação de seus direitos (LUKÁCS, 2003).

Marx (2003, p. 78), afirma que os sindicatos são na realidade resistências que protegem e dão auxílio ao trabalhador perante aos ataques do mundo capitalista que confronta direto os direitos da classe trabalhadora:

[...] Fracassam geralmente por se limitarem a uma guerra de guerrilha contra os efeitos do sistema existente, em vez de simultaneamente ao tentarem mudar, em vez de usarem suas forças organizadas como uma alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para abolição última do sistema de salários.

Os interesses sociais, econômicos e políticos dos trabalhadores na sociedade capitalista jamais poderão alcançar a igualdade com aqueles que são usufruídos pela burguesia, na medida em que os privilégios alcançados por essa classe tem origem na exploração e no controle das forças produtivas e da forma como as relações laborais se organizam e se desenvolvem no interior do modo de produção capitalista, esta consciência do caráter estrutural da exploração do trabalho foi a que levou Karl Marx a desenvolver a sua teoria da mais-valia.

3.3 A criação e atuação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA)

A gênese do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA) foi por intermédio da Associação dos Funcionários Públicos de Diadema (AFPD), fundada em 29 de agosto de 1968, objetivando representá-los em várias questões relacionadas aos direitos laborais e aqueles relacionados ao bem-estar dos funcionários e seus familiares como organização de festas, atividades de lazer incluindo desporto e recreação (ANDERY et al., 2019).

A Associação dos Funcionários Públicos de Diadema (AFPD) se empenhava em dar o suporte para suprir as necessidades básicas dos servidores municipais, lembrando que não era facultada aos funcionários públicos a constituição de sindicatos para representá-los, formalmente, no Brasil, algo que deverá perdurar até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Conforme registrado em seus estatutos, a AFPD poderia ser constituída por funcionários e servidores, ativos e inativos da Administração Pública, a sua finalidade, além de representação de classe, um subterfúgio para burlar as restrições existentes, também se destinava à promoção

de festas e de atividades desportivas e recreativas, conforme nos afiançou um dos ativistas sindicais com o qual conversamos.

Nos anos 1980, no contexto da luta de classes que derrotou o regime ditatorial, e que teve o seu epicentro na região do ABCD paulista, a AFPD se somou ao conjunto dos trabalhadores, do campo e da cidade, que estavam na luta histórica por democracia e pela ampliação dos direitos individuais e coletivos que se alastrava por todo o país.

Com a Constituição de 1988, os servidores públicos conquistaram o direito à organização sindical. Em Diadema, dois meses após a promulgação da Constituição Federal, no dia 06 de dezembro de 1988, os trabalhadores e trabalhadoras da Prefeitura fundaram um sindicato independente e de luta. Foi constituída uma diretoria provisória para promover o registro do SINDEMA, filiação e convocação de eleição da diretoria definitiva.

Em 6 de dezembro de 1988, os funcionários da Prefeitura Municipal de Diadema tomaram a decisão de constituírem sua representação sindical, que foi registrada da seguinte forma, nas páginas do Diadema jornal.

Nessa assembleia, foi constituída uma diretoria provisória, que teria a função de promover o registro do Sindema, filiação e convocação de eleição da diretoria definitiva. Para a confecção do estatuto da entidade, foi utilizado como modelo o documento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, entidade sindical de referência nacional pela atuação combativa na ocasião. Assim, após somente dois meses de existência da Constituição de 1988, ocorreu a fundação do Sindema, legalizado em 14/12/1988. A partir dessa nova configuração, a antiga associação (AFDP) centralizou seus propósitos em ações desportivas e recreativas junto aos funcionários públicos de Diadema. O estatuto do Sindema estabeleceu como sua atribuição ‘para fins de estudos, coordenação, proteção e representação legal dos funcionários da Prefeitura e Câmara Municipal de Diadema, assim como a Empresa Municipal de Transporte Coletivo (ETCD)’. Em 06/12/1988 foi empossada a diretoria provisória do Sindema e, cinco anos depois, em 08/12/1994, a primeira diretoria eleita assumiu a direção da entidade sindical. A diretoria do Sindema é formada por cinco diretores e respectivos suplentes, com mandato válido por três anos e possibilidade de reeleição. Desde a fundação do sindicato até o ano de 2005, a diretoria era formada na maioria por funcionários da Secretaria de Obras e de Serviços Urbanos. Apesar de as reivindicações abrangerem todo o funcionalismo público da PMD, a maior representatividade desses departamentos era nítida. Uma hipótese para esse fato era a prioridade das gestões municipais estabelecida na execução de obras, em particular, de urbanização de favelas. Em 2005, com a eleição da diretoria que possuía integrantes de outras secretarias, como Saúde, Educação e Cultura, o Sindema aumentou a sua representatividade com integrantes de outras categorias profissionais. Em 2008, a categoria votou pela filiação do Sindema à CUT, revelando o campo político de articulação sindical. De acordo com informações do SINDEMA, em 2012, o órgão representava 7.000 servidores públicos, 10 dos quais 3.100 eram filiados ao sindicato. A estrutura do SINDEMA, em 2012, contava com 26 trabalhadores, distribuídos entre setores: Diretoria (composta por cinco diretores e respectivos suplentes), Secretaria, Assessoria e Departamento Jurídico, Financeiro, Recursos Humanos e Atendimento ao Público (Recepção). A direção do Sindicato possui mandato de três anos, com possibilidade de reeleição. Pode-se perceber, portanto, que

44% da categoria é sindicalizada, percentual significativo se for levada em conta que a sindicalização não é obrigatória e que o servidor sindicalizado é descontado mensalmente em 1% do salário base. Vale destacar que o Sindema foi um ator importante no processo de luta para a conquista das 30 horas semanais, além de ser um sindicato representativo das lutas locais, pautando a defesa dos interesses do funcionalismo público de Diadema, como campanhas salariais; efetivação de plano de cargos e salários na PMD; implementação do Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Diadema (Ipred) e melhorias nas condições de trabalho, nas quais se inseriu a redução da jornada de trabalho sem redução de salário (ANDERY et al., p. 69, 70-71, 2019).

A partir deste momento, a antiga associação AFPD centralizou seus propósitos em procurar superar ações desportivas e recreativas junto aos funcionários públicos de Diadema. A primeira diretoria eleita foi empossada em 8 de dezembro de 1994, tendo sido escolhido como o seu presidente, Anastácio Francisco dos Santos.

Pode-se afirmar que essa etapa associativa, na qual os funcionários se organizaram antes de surgir, o SINDEMA, foi de suma importância para que as classes saíssem da informalidade e se transladasse para uma força sindical que dispunha de mais argumentos na formalidade para lutar pelas causas destes trabalhadores.

Em linhas gerais, as organizações associativas surgiram com o intuito de auxiliar os trabalhadores a melhorar de vida, através da ajuda mútua almejaram alcançar uma maior expressão política e social no atendimento de suas reivindicações, ou seja, o “Associativismo é um instrumento vital para que uma comunidade saia do anonimato e passe a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica.” (BERTOLDO, 2015, p. 5).

Senar (2011, p. 10) em relação a este assunto nos adverte que:

Ao longo da vida em grupo, as práticas de cooperação tornaram-se comuns em nosso cotidiano, como uma ação coletiva espontânea, natural, mas em algumas situações, a formalização surge como uma necessidade de organização da atividade humana. Dentre outras formas de organização em associativismo, como cooperativas e sindicatos, temos as associações.

Sendo assim, as ações coletivas criadas de forma informal têm a necessidade de se formalizarem, para que pudessem ser legalizadas e com isto adquirissem mais forças para lutarem por seus direitos e, então surge as organizações formalizadas e entre elas o sindicato que se designa a melhorar as lutas por direitos requeridos pelos trabalhadores, que muitas vezes,

se sentiam desprotegidos, por percebiam que não tinham amparo legal perante suas reivindicações.

Valendo ressaltar que a diferença entre Associação dos Funcionários Públicos de Diadema (AFPD) e o SINDEMA é identificada na finalidade de cada um, uma representatividade mínima. A associação com a finalidade à promoção de festas e de atividades voltadas para o esporte e o Sindicato instituído para fins de estudo, coordenando e protegendo por intermédio de uma representação legal para funcionários municipais de Diadema.

Desde a fundação do sindicato, pelo menos, até o ano de 2005, a diretoria era formada na maioria por funcionários da Secretaria de Obras e de Serviços Urbanos de Diadema (SP). Apesar das reivindicações abrangerem todo o funcionalismo público da cidade, a maior representação de trabalhadores desses departamentos era nítida. Uma hipótese para esse fato era a prioridade das gestões municipais estabelecida na execução de obras e serviços urbanos, em particular, de urbanização de favelas.

Em 2005, com a eleição da diretoria que possuía integrantes de outras secretarias, como é o caso da Saúde, da Educação e da Cultura, o SINDEMA aumentou a sua representação e capilaridade junto a outros segmentos da categoria, ampliou a participação de mulheres em sua direção, tendo, inclusive, elegendo Kátia Alves Vassoler, pela primeira vez em sua história uma presidente à frente da entidade.

No ano de 2008, a categoria tomou a importante decisão de filiar o sindicato à Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros aspectos, por unificar a luta dos trabalhadores dos diferentes segmentos, apoiada nos princípios da liberdade, autonomia e independência do movimento sindical frente ao estado e partidos políticos.

O sindicato também tem se pautado no entendimento do direito à livre organização e sustentação da luta dos trabalhadores, pela construção dos próprios trabalhadores, com decisões tomadas coletivamente pelo conjunto dos munícipes nas instâncias estatutárias do sindicato, além da luta pelos pressupostos consagrados nas convenções 87 e 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no sentido de assegurar a tão ameaçada liberdade sindical e a negociação coletiva para toda classe trabalhadora brasileira do setor privado e do serviço público.

O SINDEMA tem uma atuação de destaque, tornando-se referência como aglutinadora e organizadora de lutas regionais dos servidores do ABCD e outros coletivos, como a realização

de plebiscitos populares, organização do Comitê da Frente Brasil Popular de Diadema, nas greves nacionais, tendo centralizado a organização de diversas lutas nacionais contra os ataques à classe trabalhadora.

O sindicato surge com a missão de lutar pelos direitos dos funcionários da Prefeitura Municipal de Diadema, uma vez que, os mesmos precisavam ter apoio para reivindicar seus direitos, pois sabiam que havia muita coisa incorreta em relação a questões trabalhistas. E, somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, estes funcionários conseguiram se organizar de forma sindical.

Na avaliação de Domingos Tomaz de Souza, as campanhas corporativas por melhores salários, defesa da carreira e a melhoria das condições de trabalho dos funcionários públicos de Diadema (SP), alcançaram um papel fundamental.

Primeiro você usou uma palavra muito interessante aí que é o seguinte, quando o servidor público vai buscar salário, não é só apenas salário. A gente vai buscar a questão de melhorias de condições de trabalho. Isso é a primeira proposta. Primeira coisa, condições de trabalho e lógico que todos precisam de salário digno para poder se locomover de um lugar para outro, para ter condições de ir para sua casa. Como é que eu posso enfrentar a sala de aula sabendo que na minha casa quando chegar lá, posso (...) a minha luz está cortada, ou senão um filho meu está passando necessidade? Então isso é fundamental. O salário é fundamental, mas as condições de trabalho também estão embutidas nessa linha, entendeu? (SOUZA, 2022, APÊNDICE I, p. 57).

Valendo ressaltar que, antes de 1988, não se poderia criar sindicatos no Brasil. Entretanto, este sindicato era voltado apenas ao funcionalismo da Prefeitura Municipal de modo geral para proteção e representação legal. Mais tarde este sindicato passou a representar também os setores da Educação, Saúde e outros. O SINDEMA possui 4084 membros filiados até março de 2023.

Desde a sua mais remota origem, o SINDEMA travou lutas em relação às questões dos funcionários públicos da Educação da cidade de Diadema (SP), desta maneira muito se tem por discutir em relação legislativa que engloba o estatuto do magistério e a questão da qualidade da educação, que devem estar em harmonia e atendam às necessidades profissionais dos educadores, pois sem a satisfação dos professores com seus direitos garantidos, a qualidade do ensino é comprometida, pois o homem vive não somente por recompensas abstratas, mais também pela recompensa concreta, como as condições de remuneração, para melhorar a qualidade de vida.

Entende-se também que os profissionais da educação são regulados por leis que não se empenha somente em direitos, como também em deveres conforme as diretrizes educacionais. Direitos que perante o estatuto do magistério são condições que deixam o educador em uma situação confortável em relação a benefícios e reconhecimentos, enquanto os deveres é algo que surge em consequência de seus direitos que está relacionado estritamente a qualidade da educação (SIMÕES, 2014).

O conjunto destas diretrizes pode motivar mais ou menos a atuação docente em suas tarefas cotidianas. Além disso, o estatuto do magistério tem grande alcance porque é formulado a partir de prescrições emitidas por órgão (Conselho Nacional de Educação - CNE) diretamente ligado ao Ministério da Educação, o que contribui para a equalização das práticas profissionais no território nacional. (SIMÕES, 2014, p. 27-28).

Sendo assim, através do Conselho Nacional de Educação (CNE), todo o direcionamento voltado ao trabalho docente é orientado conforme a diretrizes nacionais, no entanto, apesar da nacionalidade destas diretrizes, cada sistema educacional do país deve atender as necessidades conforme o cotidiano de cada lugar onde a educação se insere, introduzindo que a docência é uma profissão e que condições devem ocorrer para as atividades docentes, regidas pela Resolução CNE/CEB nº 002/2009, que está voltada a carreira do magistério, tendo como objetivo fazer uma correção entre os aspectos da profissão docência e os resultados relativos a qualidade constante do processo de ensino-aprendizagem.

Nesta resolução o artigo 4º, inciso II, fala de como se apresenta a manutenção dos cargos e, no artigo 5º, incisos VII e VIII está relacionado como se apresenta as condições de trabalho dos docentes, como a jornada de trabalho impactando desta forma a qualidade da educação (SIMÕES, 2014, p. 28).

Art. 4.º [...] II - acesso à carreira por concurso público de provas e títulos e orientado para assegurar a qualidade da ação educativa;

Art. 5º [...] VII - manter comissão paritária, entre gestores e profissionais da educação e os demais setores da comunidade escolar, para estudar as condições de trabalho e prover políticas públicas voltadas ao bom desempenho profissional e à qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade;

VIII - promover, na organização da rede escolar, adequada relação numérica professor educando nas etapas da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como número adequado de alunos em sala de aula nos demais anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, prevendo limites menores do que os atualmente praticados nacionalmente de alunos por sala de aula e por professores, a fim de melhor prover os investimentos públicos, elevar a qualidade da educação e atender às condições de trabalho dos educadores. (BRASIL, 2009);

Portanto, há uma relação sem precedência na histórica entre as condições de trabalho do magistério que envolve remuneração da carreira de cada educador, seguida pela satisfação, da profissão do docente com a qualidade de ensino, envolvendo questões que podem comprometer esta qualidade, impedindo que os educandos desfrutem do encantamento de aprender, principalmente no ensino público, uma vez que, sem a valorização dos profissionais da educação o processo de ensino aprendizagem pode ser comprometido, sendo assim, o plano de carreira deve prover aos servidores da educação melhorias contínuas como forma de garantir a qualidade do serviço público e ao mesmo tempo valorizar os servidores que forem avaliados positivamente.

Apesar de estar amparado constitucionalmente e ser de fato um dever do Estado, cumprir a imposição da Carta Magna do Brasil em relação aos benefícios para a classe da educação brasileira, os fatos percebidos, contemporaneamente, não estão em harmonia com a legislação em relação aos direitos, contemplando um jogo contraditório de valores, que em vez de visarem reconhecimento dos profissionais da educação por sua carreira e engajamento para dar o seu melhor em relação ao ensinar, se comprometendo em se qualificar, não há por parte do Estado políticas que façam ponte e permitam o desenvolvimento deste profissional, visando sempre, o reconhecimento por incentivos e salários dignos. (ROCHA, 2010).

Engajado nesta luta por melhores condições de trabalho para o funcionalismo público, o Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA), que tem sua gestão formada pelos próprios funcionários públicos municipais de diferentes áreas, da ativa ou não, se comprometem também pelas causas da educação. Vários serviços são oferecidos aos funcionários públicos municipais que englobam desde atividades jurídicas até a organização destes trabalhadores para reivindicarem seus direitos referentes a salários, contatos e negociação com a Prefeitura Municipal e outros.

E, por consequência da revisão do Estatuto do Magistério, pelo temor de direitos serem negados a estes profissionais, houve uma grande mobilização sindical pelo SINDEMA, objetivando que estes direitos permanecessem e sendo assim garantidos pela inclusão das diretrizes da Resolução CNE/CEB nº 2/2009, preservando com isto tudo que se conquistou no estatuto que garantia estes direitos (LEI Nº 71/1997).

A Secretaria de Educação é o órgão governamental responsável por elaborar e difundir as orientações sobre a educação escolar pública do município. Para isto, conta com um corpo técnico de profissionais, recursos financeiros e meios oficiais de divulgação de suas ações. Em Diadema, a Secretaria de Educação é responsável pela criação da política educacional. Na revisão do Estatuto do Magistério, em muitas ocasiões ficou clara a preocupação desse órgão governamental em fazer valer suas concepções, mas também a defesa dos interesses da administração pública, nem sempre consoantes aos do sindicato e aos das/os professoras/es. (SIMÕES, 2014, p. 35).

No que diz respeito à atuação do SINDEMA e os resultados que esta força sindical conseguiu perante as reinvenções durante sua história em defesa aos profissionais da educação, juntamente com outros profissionais de áreas distintas do funcionalismo público municipal da Cidade de Diadema (SP), vários resultados positivos foram alcançados até a publicação do Novo Estatuto do Magistério, como segue:

Todos os/as professores/as da rede municipal contratados/ as até a data da publicação do novo Estatuto (26/03/2012), no prazo máximo de 120 dias serão enquadrados no novo Plano de Carreira. Ou seja, poderão apresentar novos títulos e certificados, quer seja para o enquadramento por nível acadêmico, quer seja para o enquadramento por formação continuada. O enquadramento por nível acadêmico corresponderá à formação educacional e a graduação ou aos títulos acadêmicos obtidos até a data da publicação da Lei, na forma de formação em nível médio, formação em nível superior, formação em Pedagogia, Especialização *Latu Sensu*, Mestrado, Doutorado. Para o Enquadramento por Formação Continuada, além dos cursos, especializações e graduações ainda não computadas serão aceitos certificados de formação continuada à distância, com datas de realização anteriores a publicação da Lei. Estes cursos à distância estão relacionados no artigo 140 da Lei 353/2012. Após o Enquadramento Inicial no novo Estatuto, os certificados para mudança de nível (universitário, especialização, mestrado e doutorado) poderão ser apresentados a qualquer época. Também a segunda titulação acadêmica (nível universitário) e a segunda e terceira especializações *latu sensu* poderão ser apresentadas a qualquer tempo e cada qual corresponderá a duas letras. Já a progressão por formação continuada ocorrerá a cada 3 anos (com avaliação de desempenho) ou a cada 5 anos (sem avaliação de desempenho). Comissão validará evolução funcional do Magistério. Uma inovação do novo Estatuto do Magistério foi a criação da Comissão Permanente de Desenvolvimento Funcional dos Profissionais do Quadro do Magistério Público Municipal para a validação da evolução funcional, que deverá ser realizada de forma transparente, com regras claras e equânimes. A Comissão é paritária e será constituída por 10 (dez) membros, dos quais: 5 (cinco) membros eleitos pelos profissionais do Quadro do Magistério e 5 (cinco) membros indicados pela gestão municipal (JORNAL DO SINDICATO, 2018).

Uma luta de mais de 100 dias que precisou de uma força sindical extrema e responsável, que parte da realização da Assembleia de Aprovação da Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial, em 19 de fevereiro de 2018, o SINDEMA ressalta mais uma conquista:

[...] com muita disposição de LUTA, chegamos à conquista de um Acordo que impede o que seria um verdadeiro retrocesso em nossa história e avançamos também na defesa da nossa aposentadoria. Em Assembleia que contou com presença de servidores/as de todos os setores da Prefeitura de Diadema, foi aprovada em 29 de maio de 2018, a

contraproposta da Prefeitura de Diadema de Reajuste de 2,54 %, referente à Inflação ICV Dieese (março 2017 a fevereiro 2018), a partir de 01.05.2018 e Reajuste de 4,48% referente à Reposição da Inflação de 2017, a partir de 01.12.2018. Ainda de acordo com a proposta aprovada, o vale alimentação e vale refeição serão reajustados em 2,54%, a partir de 01.05.2018. Além da conquista da reposição da inflação de 2017 e 2018, a defesa do IPRED frente aos inúmeros ataques sofridos e o acúmulo sistemático de dívidas sobre dívidas, foi destaque na Assembleia que aprovou a Campanha em Defesa da Aposentadoria, pelo conjunto da categoria (JORNAL DO SINDICATO, 2018).

Outra grande conquista do sindicato foi a redução de jornada de trabalho voltada para a educação, especificamente para o nível superior, regulamentada pela Prefeitura Municipal de Diadema (PMD), em 22 de fevereiro de 2008, por intermédio da lei complementar municipal nº 260, que possibilitou que estes profissionais alcançassem uma grande vitória a redução de carga horária de trabalho de 40 para 30 horas semanais (FONTES e MECHI, 2019).

A redução da jornada de trabalho para os funcionários de nível superior da PMD foi resultado de lutas coletivas dos trabalhadores, de vários embates com a instituição empregadora, com destaque para a ocorrência de uma greve em 2007, que durou 17 dias. Observa-se a ambivalência das gestões petistas da cidade, nesse período: se por um lado incentivavam a organização popular dos moradores, o mesmo não ocorria em relação ao funcionalismo público, havendo fortes e duras pressões institucionais para a desmobilização da greve e das ações sindicais combativas (FONTES e MECHI, 2019, p 73).

Como é afirmado no JORNAL DO SINDICATO, exprime que o SINDEMA, é uma força sindical de grande capacidade por melhores condições de trabalho para seus afiliados, visando não somente o bem estar do funcionalismo público municipal, mais também a qualidade da mão de obra de todos trabalhadores para cada setor que presta serviços em várias áreas, que em 2005 os salários que estavam defasados, conquistou-se a reposição destes salários, conforme a inflação, impedindo que no futuro houvesse este tipo de situação, que repercutiria por toda vida profissional deste servidor. “As perdas salariais não têm impacto apenas no ano em que se realizam, mas se refletem em toda a vida profissional, em todos os nossos direitos futuros, inclusive na aposentadoria” (JORNAL DO SINDICATO, 2018).

Ao relatar o apoio que o SINDEMA ofereceu perante todas as lutas do magistério, nas palavras de Domingos Tomaz de Souza:

Eu acho que... eu quando for embora daqui vou levar esse legado comigo, que eu acho que foi a coisa mais importante que aconteceu. Porque o sindicato, ele construiu uma nova história na questão da educação. Ele participou em todos os momentos a luta, estatuto do magistério, nós participamos de todos os momentos dos professores, a gente estava lá junto com eles. É comprovado que a nossa... nós criamos um grupo de

base de professores que discutia estatuto, discutia essas mudanças, porque nós temos o estatuto do funcionário público no geral e além do estatuto do funcionário público, nós temos o estatuto do magistério que são coisas diferentes. E acho que... o sindicato participou de todas essas lutas. Para categoria foi importante e para a sociedade de Diadema foi mais importante ainda, porque houve mudança (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 56).

As reivindicações do magistério começam a ser apresentado em pautas do SINDEMA em Junho de 2010, pautas estas específicas para a educação, o que antes não existia definidas por docentes demonstradas nos encontros sindicais, com assuntos de grande importância para a classe como o início da revisão do Estatuto do Magistério, sendo escolhidos os docentes que teriam participação nos estudos deste tema. O jornal do sindicato ofereceu sua contribuição divulgando sobre a revisão do Estatuto e outros assuntos de interesse da educação do Município de Diadema (SIMÕES, 2014).

Em Relação ao Estatuto do Magistério a atuação do SINDEMA foi bastante relevante:

Em 2010 o SINDEMA, abordou o assunto ‘Estatuto do Magistério’ com a intenção de 1) – informar a categoria sobre a necessidade de alterações no plano de carreira em atendimento às normas propostas pela Resolução CNE/CEB Nº 002/2009; 2) incentivo à participação docente na discussão do documento (por meio de plenárias e plataforma virtual; 3) reivindicação frente à Secretaria de Educação para colocar em discussão pontos importantes para a categoria como equiparação salarial entre docentes atuantes nas várias modalidades de ensino e atenção aos critérios para evolução funcional; 4) incentivo à escolha de representantes por escola para participação nos encontros que debateriam o estatuto. Todas as iniciativas tiveram como argumento a valorização do trabalho docente (SIMÕES, 2014, p. 77).

Em relação a paralisação de todos os servidores municipais de Diadema, dos profissionais da educação que é o foco desta pesquisa científica, por melhores condições de trabalho, o SINDEMA, garante reposição desta paralisação do dia 24 de maio de 2018, como segue abaixo:

No dia 7 de junho, foi fechado Acordo entre a PMD e Direção do Sindema que garante a possibilidade de reposição das horas paralisadas no dia 24 de maio de 2018. Na Educação, a reposição poderá ser feita por meio de compensação através atividades e festividades escolares previstas ou acrescidas no Calendário Escolar e nas creches, a compensação poderá ocorrer através de Hora-Aula no contra turno, na complementação de jornada ou horas fracionadas (cobertura de hora de almoço ou saída médica de outro profissional). O Acordo prevê ainda que, tanto na Educação como nos demais setores, poderão ser utilizados Banco de Horas, Abono T.R.E., Faltas Abonadas para a reposição ou ainda compensação através de acréscimo a Jornada de Trabalho, a ser negociada com a chefia imediata (mediante acordo prévio / antecipado com a chefia imediata - não será aceito pelo sistema nenhuma hora a mais realizada sem autorização prévia). As horas paralisadas não acarretarão prejuízos para quaisquer gratificações (Abono Regência, PSF, GEA e GQTM – Gratificação por Qualificação do Trabalho Médico, Licença Prêmio e Férias). (JORNAL DO SINDICATO, 2018).

O SINDEMA presta seus serviços de assessoria jurídica em relação à Previdência do Servidor Municipal de Diadema, uma vez que, esta área é gerida pelo Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Diadema (IPRED), sendo responsável pela receita para aposentadorias e pensões dos funcionários. Entretanto, a Prefeitura Municipal, desde dezembro de 2016, representada pela Administração Municipal, deixou de repassar a parte patronal para o Instituto de Previdência, exceção feita apenas ao mês de dezembro/2017, quando o repasse foi efetuado em dia, sendo assim a PMD, adquiriu um acúmulo de dívida com o IPRED, com isso, a dívida da PMD com o IPRED até abril de 2018 chegou a R\$ 108 milhões (JORNAL DO SINDICATO, 2018).

E sem condições de pagamento à vista desta dívida a PMD, solicitou um parcelamento, sendo autorizado pela Câmara Municipal, mais que não custou barato aos cofres públicos, pois houve juros e atualização monetária em um prazo de 60 meses de acordo com a legislação vigente e normas estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social. (PORTARIA MPS Nº 402, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008)

Alves, Teixeira e Pereira (2017, p. 307), falam da preocupação em relação a ausência de pesquisas voltadas para questões sindicais na área da educação:

[...] é necessário estimular a realização de estudos empíricos rigorosos que possibilitem o acúmulo de conhecimentos a respeito das realidades concretas da organização sindical, seu papel de transformação da sociedade, a relação de autonomia do sindicato perante o Estado e outras instituições sociais, além de inúmeras outras questões que infernizam as mentes dos pesquisadores e de atores sociais. É gritante a ausência de pesquisas empíricas sobre sindicalismo em geral e sobre sindicalismo no setor da educação, orientadas por hipóteses solidamente fundamentadas em pressupostos teóricos.

Para os autores há uma grande necessidade de aumentar estudos em relação a sindicatos voltados para a questão educacional, quando eles citam que é gritante a ausência destes estudos empíricos, estão preocupados com a falta de informação em relação a esta questão e por falta de fundamentos teóricos em relação ao sindicalismo e sua autonomia voltados para a educação, por isso, salientam que é preciso estimular a realização destes estudos de forma empírica e rigorosa, fornecendo assim, conhecimentos que apresentem de forma real como estas organizações sindicais atuam e que benefícios estão oferecendo a educação perante suas

reivindicações ao Estado, se há melhoras ou não na educação brasileira em consequência da atuação destas organizações.

A investigação destas e outras questões são partes deste estudo, caberia ainda multiplicar a verificação da luta que é desenvolvida nas relações cotidianas dos sindicatos e do próprio SINDEMA, são reflexos na vida dos trabalhadores não só da educação mais de outras categorias de base.

3.4 Reuniões ordinárias e fontes documentais do SINDEMA

Para discursão e decisão sobre assuntos contendo questões educacionais, o SINDEMA realiza reuniões periódicas, juntamente com os docentes da rede municipal de Diadema, expondo sentimentos e reivindicações, visando melhorar a qualidade de trabalho e de vida dos docentes.

Em uma das reuniões do SINDEMA, do dia 15.03.2019, na ata de assembleia setorial, reunidos na sede do SINDEMA, professores da rede municipal de Diadema, com a seguinte pauta: jornada de 1/3 para jornada extraclasse; eleição de representante para compor a Comissão de Desenvolvimento Funcional e eleição de representantes para a Comissão de Eleição de Diretores (ANEXO I)

Como vimos, anteriormente, o Jornal do SINDEMA nos ofereceu um conjunto de informações preciosas para o conhecimento da luta sindical, sobre a efetivação das suas assembleias e reuniões sobre assuntos referentes ao magistério municipal, do encaminhamento de suas reivindicações e do seu relacionamento com a Prefeitura Municipal de Diadema (SP).

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: insistiu com representantes da Secretaria de Educação e do Governo Municipal sobre a importância da “escuta” dos trabalhadores e da criação de canais efetivos de diálogo com a categoria que tem cobrado gestão democrática da Educação em Diadema, reivindicação dos mais de 70 trabalhadores que participaram da primeira plenária da Educação realizada virtualmente pelo SINDEMA em 11 de fevereiro.

OPÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE JORNADAS PARA PROFESSORES: A opção de ampliação de oitava das jornadas, prevista também no Estatuto e reivindicação histórica de parte dos professores, deve ser também direito dos trabalhadores a ser implementado de fato na rede, de acordo com posicionamento defendido pelo SINDEMA para a redução das contratações precárias e para suprir a defasagem de profissionais do quadro do magistério.

INGRESSO DE PROFESSORES DO CONCURSO: Segundo dados apurados pelo SINDICATO, cerca de 130 professores aposentaram durante o ano de 2021. Embora estejam em andamento as convocações dos concursos realizados no ano passado para Professores de Ensino Fundamental, Artes e Educação Física, precisamos cobrar o compromisso assumido pela administração municipal com o Acordo Coletivo da Campanha Salarial 2021 que prevê que pelo menos 5% da folha de pagamento deve

ser ampliada com o ingresso de servidores concursados no quadro do funcionalismo municipal.

LEI DO PISO - 1/3 JORNADA: A implantação da lei do piso com a garantia de 1/3 da jornada de trabalho para hora atividade em todos os segmentos da Educação Municipal foi objeto de ação ganha na Justiça pelo SINDEMA e foi também pautada nas reuniões dos dias 22/02 e 03/03. Como o juiz concedeu um novo prazo para a Prefeitura apresentar um cronograma de implantação, a constituição de uma comissão paritária com representante dos professores, SINDICATO, da Secretaria de Educação e da SAGEP foi o encaminhamento proposto pelo SINDEMA e acordado com a Secretaria da Educação para viabilizar a participação dos servidores, através de representação, neste debate. A representação dos trabalhadores nesta comissão será através de representantes dos professores e representante do SINDICATO.

A Comissão se reunirá a cada 15 dias e os representantes dos servidores terão dispensa de ponto para a participação nas reuniões, de acordo com reivindicação do SINDICATO. A Assembleia Setorial da Educação será convocada e amplamente divulgada pelo SINDICATO para a eleição dos representantes dos professores que integrarão a Comissão (BOLETIM DO SINDICATO - SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA, 2022, p. 2)

A gestão democrática na educação porque parte dos seguintes princípios: os profissionais da educação participam na elaboração do projeto pedagógico na escola; há participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares.

Opção de ampliação de jornadas para professores é de grande importância pois, muitas vezes professores tem jornadas exaustivas de trabalho vindo a comprometer não somente o processo de ensino aprendizagem, mas também a saúde física e mental dos educadores.

Ingresso de professores em concurso é um seguro para os educandos, por terem mais benefícios e segurança em relação a função que exercem, ressaltando que, muitos professores trabalham mediante contrato de trabalho com nenhum incentivo e muito menos a valorização do serviço.

Lei do piso - 1/3 jornada, essa reivindicação foi ganha na Justiça pelos profissionais de educação do Município de Diadema, inserindo mais 1/3 para hora de atividade em todos os segmentos da educação se tornando um incentivo e motivando os educadores, mas a classe ainda espera que seja implantada pela Prefeitura.

Nesta edição do Jornal do Sindicato, o boletim enfatiza sobre a importância da escuta dos docentes sobre reivindicações novas ou que estão pendentes, ou que ainda falta entrar em pauta com finalidade de diálogos entre os educadores, indicando uma gestão democrática para contribuições essenciais para a uma educação eficaz, com questionamento sobre a opção de ampliação da jornada de trabalho para os docentes; ingressos de professores do concurso público, uma vez que, vários professores se aposentaram ficando uma lacuna de profissionais em sala de aula e a lei do piso 1/3 jornada que perante a justiça foi procedente, aguardando um cronograma pela prefeitura para implementação do benefício.

PAUTA: PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO E DIREITO A JORNADA FORMATIVA DE 1/3 – CUMPRIMENTO DA LEI DO PISO, AVANÇO DA TERCEIRIZAÇÃO, DESCONTO HTPC, HTPC REMOTO, ATESTADOS MÉDICOS, ASSÉDIO MORAL, CONDIÇÕES DE TRABALHO E ADOECIMENTO DAS AGENTES DE COZINHA E DEMAIS PAUTAS DA EDUCAÇÃO

GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO PELO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO E CONTRA O NOVO ENSINO MÉDIO DIA 26 DE ABRIL LUTA PELO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

- A Lei do Piso (11.738/2008) determina que “o piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais;
- A aplicação “no vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais bem como nos vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado”
- “O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica deve, por força da Lei, ser atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009”;
- O reajuste do piso salarial para os profissionais do magistério público da educação básica encontra-se no âmbito da política de valorização profissional prevista no Plano Nacional de Educação (PNE);
- A Portaria no 17/2023 do Ministério da Educação fixa em R\$ 4.420,55 o Piso Nacional do Magistério, válido para os professores de nível médio com jornada de até 40 horas em todo território nacional, equivalente R\$ 22,10 o valor hora;
- As Entidades Representativas dos Trabalhadores – Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (CONFETAM), Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado de São Paulo (FETAM-SP) tem orientado seus sindicatos filiados e todas as entidades representativas dos profissionais do magistério no país a lutarem pela implementação do piso nacional estabelecido para 2023, bem como sua vinculação nos planos de carreira;

EM DIADEMA:

- O valor da hora-aula previstas nas Tabelas Salariais A1 (nível médio) e A2 (Licenciatura diferente à Pedagogia) da Carreira do Magistério Municipal de Diadema encontram-se abaixo do valor fixado pelo Ministério da Educação para o piso nacional (R\$ 22,10 hora).
- Quadro comparativo demonstra que até 2021, o piso do magistério municipal (Tabela A1) estava acima do Piso Nacional fixado em lei. Em 2022, com o reajuste de 33,24%, o Piso Nacional do Magistério, foi para R\$ 3.845,63 - 40 horas semanais (valor/hora R\$ 19,23). Em Diadema, em outubro/2022, o valor hora da tabela A1 – 31 horas (para ingresso com ensino médio – magistério) equivale a R\$ 18,67.
- O SINDEMA já formalizou junto a Administração Municipal a reivindicação para pagamento imediato do Piso Nacional do Magistério, retroativo a janeiro como estabelece a Lei do Piso, e a adequação das demais Tabelas de Vencimentos do Magistério, de acordo com a Lei Complementar 353 de 26 de março de 2012 (Estatuto do Magistério Público Oficial de Diadema) para todos/as os/as professores/as da ativa e aposentados/as com paridade.
- A assembleia realizada em 22 de março aprovou a inclusão na PAUTA PRIORITÁRIA DA CAMPANHA SALARIAL 2023 o pagamento do PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO. (JORNAL DO SINDICATO, 2023, p. 3)

Em uma das edições mais recentes do Jornal, o relator fala da indignação dos professores que usa o termo calote em relação a benefícios que a Prefeitura não cumpriu como deveria ser,

somando a mais um desrespeito pela classe docente, uma modificação na forma de apontar Hora Aula que forneceria mais prejuízos aos professores.

Com mais este ataque aos direitos do magistério, a Prefeitura passa por cima do que está previsto nos artigos 28, 43 e 85 do Estatuto do Magistério (Lei Complementar 353/12):

Art. 28 - O professor titular que além de sua regência efetiva optar pelo exercício da função de substituto da educação básica, deverá exercer a respectiva função: I. suprimindo regências durante as ausências esporádicas dos professores ou auxiliando professor regente de acordo com normas estabelecidas pela direção da unidade escolar ou cumprindo atividades pedagógicas na unidade escolar.

Parágrafo único - O professor titular de que trata o caput fará jus:

- a. a ampliação da sua jornada de trabalho para 44h (quarenta e quatro horas semanais) em forma suplementar;
- b. ao recebimento por duas horas de atividades pedagógicas sendo uma hora atividade de formação na escola e uma hora em local de livre escolha.
- c. ao pagamento das horas-aulas que excederem à jornada de 44h (quarenta e quatro horas) semanais.

Art. 43 - Para fins do controle de frequência e registro das ausências, a jornada de trabalho diária do professor deverá ser organizada em partes correspondentes a: jornada básica de trabalho acrescida das horas de sua jornada suplementar, em havendo esta.

Parágrafo único - Para efeito de licença por atestado médico e deferimento de abono, será considerada a jornada de trabalho diária do professor, nos termos da legislação vigente.

Art. 85 - A jornada do professor titular no exercício de função de substituto será de até 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Parágrafo único - Serão pagas como horas-aulas, a quantidade de horas cumpridas pelo docente, que exceder o total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Agora é assim: a Prefeitura precisa que o/a professor/a amplie sua jornada básica de trabalho e assuma a Jornada Suplementar para além das 44 horas, mas não vai pagar as horas-aulas que excederem às 44 horas semanais quando este/a professor/a estiver de falta abonada, de licença por motivo de saúde, no recesso escolar e nem nos feriados e emendas de feriado!

Todos/as os professores/os que têm Jornada Suplementar além das 44 horas semanais serão prejudicados/as!

FAÇA AS CONTAS E VENHA PARA A LUTA!

No recesso escolar de julho, o/a professor/ que faz 14 horas-aulas por semana para falar sobre compor a Jornada Suplementar deixará de receber 31 horas! Um/uma professor/a em início de carreira com jornada básica de trabalho de 31 horas (Tabela A3 – Nível 3) deixará de receber cerca de R\$ 639,34 (JORNAL DO SINDICATO, 2023, p. 3)

As horas suplementares dos professores conforme o Estatuto do Magistério são seguradas por lei, e por isto, no caso acima relatado, a Prefeitura está retirando os direitos dos professores conquistados a tempo atrás, e com isto, o educador pode ficar sem motivação para ensinar. Quem perde neste caso, é o aluno, pois professores insatisfeitos podem comprometer o ensino do aluno. O sindicato por sua vez, precisa neste momento intervir, para que os direitos legais dos professores sejam devolvidos.

Percebe-se o empenho do SINDEMA junto as lutas por direitos dos educadores, lotados na Prefeitura Municipal de Diadema, acolhendo as reivindicações que são repassadas nas

reuniões e demonstrados nas mídias mediante ao Jornal do Sindicato, é bastante intenso, o que é de grande importância para os professores, uma vez que, que são representados na formalidade.

Seção 4

As vozes e as concepções políticas e sociais dos ativistas do SINDEMA

Na presente seção traçamos o perfil e apresentamos as concepções políticas e sociais dos ativistas do SINDEMA com o intuito de compreendermos a importância histórica desta entidade sindical na defesa dos interesses corporativos dos trabalhadores que atuam na prefeitura municipal de Diadema (SP), com destaque para o papel que desempenham em defesa da escola pública nesta cidade.

Com a finalidade de alcançarmos esses objetivos, entrevistamos Domingo Tomaz de Souza e Luís Roberto Bezerra de Paiva envolvidos no processo de construção da história do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA) e perseguiram o desvelamento dos seus desafios educacionais.

Domingo Tomaz de Souza nasceu na cidade baiana de Monte Santo, é casado, tem cinco filhos e 11 netos e aprecia ler bastante, pois "é importante para libertar a mente do ser humano. Está a nossa história aqui pessoal, família" (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 51). Seus estudos universitários foram realizados na Universidade Metodista, localizada em São Bernardo do Campo (SP), se formando em filosofia, também, frequentou o curso de teologia, "para basear um pouco a questão da religião, essa coisa toda de fé. Por isso eu fiz os dois para não perturbar minha mente. Mas dei aula um pouco no estado algumas vezes aí um pouco tempo, mas não exerci a função" (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 51).

Em sua juventude, Souza participou dos movimentos de transporte e do oferecimento da Alimentação nas escolas públicas no período noturno, "a gente não tinha alimentação nas

escolas, era bandeira de luta. A questão do transporte, alimentação. A questão do conteúdo escolar, que a gente lutava muito por isso, a questão de falta de professor de... quando faltava professor a gente vinha de longe, cansado e queria que tivesse todas as aulas. Essa era nossa reivindicação mais profunda. Essa era nossa bandeira de luta na escola, na época, que era uma época diferente de hoje. Era uma época um pouco reprimida, um pouco difícil. Mas nós conseguimos algumas vitórias" (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 52).

O seu ingresso na prefeitura de Diadema ocorreu em 1979 logo após ter chegado do Nordeste e Se somar aos Trabalhadores que estavam envolvidos na construção de uma praça pública, "hoje conhecida Praça da Moça, e aí eu fui embora. Quando foi em 1983, nós elegemos um prefeito nosso que chamava Gilson Menezes. Aí eles foram me chamar onde eu estava trabalhando para que eu viesse para poder ajudar, porque foi um momento difícil onde a direita não... achava e não perdia, perdeu e não queria ajudar o governo. Tentou destruir o governo, boicotar e tal, e chamou as pessoas que eram conhecidas dele, aliados dele para ajudar. Foi na época que eu vim para prefeitura de Diadema em 1983" (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 52).

No início de sua militância, Domingo Tomaz de Souza se envolveu com o movimento em moradia na cidade de Diadema, "uma cidade que era conhecida como cidade dormitório e nós... dormitório é a pessoa que dorme na cidade, mas não tinha indústria. E nós começamos a formar núcleos de moradia. Muita gente que vinha do Nordeste, Alagoas, Pernambuco, Bahia, toda a região do Nordeste, vinham para cá e muitos não tinham moradia. Então, a gente começou a fazer moradia, algumas moradias provisórias aí, e teve um embate com a prefeitura que não permitia. E Diadema hoje é considerada uma cidade enorme, grande, com muitos núcleos, porque a luta dos trabalhadores... e eu comecei com a moradia. Até mesmo um companheiro que foi vereador, companheiro Boni, companheiro Boni, de moradia, que é para mim é um dos principais... realizações de moradia aqui na cidade. Essa foi a minha militância em um primeiro momento" (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 54).

Souza participou dos primórdios da construção do SINDEMA, com a promulgação da Constituição de 1988 e a institucionalização do direito dos funcionários públicos se organizarem em sindicatos se engajou imediatamente nesse intento: "Nós começamos a construir um sindicato para nós, para a questão das reivindicações, das lutas, condições de trabalho, salários, e aí foi feito em 1988, nós começamos a organizar a população, os moradores, e quando foi em 1983-1984... em 1988 a gente já tinha um sindicato formado com direção. E a primeira direção nossa foi em 1988, ela se formou em e fizemos a nossa sede aqui em 1998.

Em 1998 nós tivemos uma sede aqui no sindicato aqui, nós temos uma sede própria" (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 54).

Luís Roberto Bezerra de Paiva nasceu na cidade de São Paulo em 1964, foi metalúrgico e trabalhador do setor rodoviário, sempre atuou no movimento sindical dessas categorias e somente aos 36 anos de idade ingressou na universidade, "como eu sou militante, eu acabei optando pela área de história. Então, pelo salário que eu ganhava não dava para pagar uma universidade. Então, eu fiz um cursinho e acabei entrando na USP, e aí fiz 4 anos na USP. E depois prestei alguns concursos e acabei entrando em Diadema, que é o próprio município onde eu já trabalhava também em uma empresa de ônibus. E, desde então, 2006, eu trabalho como professor de história da Educação de Jovens e Adultos. Tive uma curta passagem de 3 anos com educação bilíngue português e libras, também em Diadema, também na EJA, no Ensino Fundamental. Mas atualmente estou só a noite na EJA" (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 63).

Paiva começou a atuar na prefeitura municipal de Diadema (SP) em 2006 e imediatamente com o movimento sindical dos Servidores Públicos desta cidade com a compreensão de que o "SINDEMA não é um sindicato só de professores, ele é um sindicato multissetorial, então ele tem companheiros da saúde, companheiros da área de obras e fiscalização, do administrativo. Ele tem mais de 200 equipamentos no município e todos os trabalhadores estão filiados, aqueles que não são terceirizados, são filiados ao SINDEMA" (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 64).

No computo geral das conversas que registramos, chama-nos a atenção a preocupação desses militantes em valorizar a carreira daqueles que se dedicam ao fazer educacional, procurando oportunizar processos de progressão funcional de tal sorte que o trabalho na escola pública seja algo que esteja condizente e os estimulem na construção do seu projeto de vida e de sociedade.

Lembrando sempre que na sociedade em que vivemos nem sempre os servidores públicos tem a sua trajetória profissional valorizada, pelo contrário, o mais comum é que vivenciem toda sorte de privações salariais, a precarização do trabalho e, no caso dos professores, a imposição de jornadas extenuantes e o crônico despreço dos governantes com a escola pública no Brasil. A preocupação em combater o descrédito dos servidores públicos que foi patrocinada pelo avanço das políticas neoliberais se mostram de maneira convincente quando existe o reconhecimento de que

[...] esse período foi um período muito difícil no movimento sindical, porque foi um período de refluxo, tanto que quem vai estar na vanguarda para derrubar o governo Collor é o setor assim de classe média. São os estudantes, os ‘caras pintadas’. Você tinha tido um influxo do movimento sindical nesse período. É um momento que começa a se instalar as políticas neoliberais. Então, você tem um processo de instalação de desemprego estrutural, ou seja, ele não recua. A gente vai ter isso muito claro aqui no ABC que diversas fábricas começam a fechar. Começa a ter um processo de abertura. Então, o movimento sindical vai se ressentir disso e vai se enfraquecer. Diadema é uma cidade dormitório. Ela não é uma cidade com grandes fábricas. O maior contratante de Diadema é a própria prefeitura, que está atualmente com 5.500 funcionários, fora os terceiros essas coisas. Mas o que você vai ter? Diadema é uma cidade dormitório, ela tem uma altíssima densidade demográfica, até pouco tempo atrás era a segunda maior densidade demográfica do país, tinha quase 13 mil habitantes por quilômetro quadrado e agora ela é a terceira, acho que ela perde para cidade de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense e para uma outra cidade que acho que é Taboão, uma cidade da região oeste da grande São Paulo, que é a segunda maior densidade demográfica. Então Diadema hoje é a terceira. Então, os movimentos de terra, de ocupação sempre foram a grande alavanca em Diadema e não tanto o movimento sindical. Então, você tem vários bairros que são formados a partir de movimentos de ocupação e depois transformação em núcleos sociais, e aí começa toda uma luta: luta pelo asfalto, luta pela escola, luta pela creche, luta por uma linha de ônibus, luta pela eletrificação, luta pelo reconhecimento da divisão. Então, tem tudo isso em Diadema que uma boa parte das lideranças estão vinculados. Que organizações vão surgir nesse processo? Os conselhos. Então o Diadema vai ter muitos conselhos de base. E esses conselhos por ter uma participação muito forte, eles vão estar inseridos também em várias partes do... em várias estruturas do município e também em nível sindical. Então, a gente pode pensar assim, quando eu estava na área (...) no período de rodoviário, a gente tinha um conselho, Conselho de Transportes. Então, a passagem de ônibus para ser aumentada ela não dependia só do Executivo e do Legislativo. Ela tinha que ser aprovada no Conselho de Transporte que tinha um representante dos trabalhadores, representantes dos bairros, eleitos em cada bairro e o conselho, ele era deliberativo, ele decidia se podia ou não ter aumento. Com o tempo o PT vai (...) conforme vai guinando a direita, ele vai mudando o caráter do conselho que passa a ser um conselho consultivo aí não serve mais nada. Mas isso é para mostrar também a questão das eleições dos diretores de escola também se insere nesse quadro de conselhos, dessa democracia direta, participativa, na questão da transparência. Então, Diadema vai ter um pouco disso. Em nível sindical a empresa metalúrgica que era mais forte em Diadema na década de (...) início de 1990 ela quebra e ela vai se transformar em uma cooperativa ao longo da década de 1990. Foi uma luta que o movimento sindical encabeçado pelos metalúrgicos vai levar e vai formar a Conforja que é uma empresa assim. Mas é esse processo de muitos desempregados e que vai acabar refletindo na fragilização do movimento sindical (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 70).

Esse quadro crônico e de recorrente dificuldades realça ainda mais a importância do SINDEMA na defesa dos interesses coletivos dos professores, mas sem se esquecer de que também se pauta na luta pela garantia de melhores condições para o desenvolvimento dos estudos das crianças, na defesa do trabalho daquelas pessoas que atuam nas unidades escolares e no conjunto dos Servidores que se mostram indispensáveis para que se possa alcançar a qualidade de ensino no âmbito desta importante municipalidade paulista.

Pelo o que pudemos apurar, com a realização destas entrevistas, na história do SINDEMA sempre houve o compromisso desta entidade com a escola pública imbuídos da Concepção de que a autonomia intelectual e a atuação ética dos servidores públicos seriam quesitos indispensáveis no trato das funções públicas que a carreira docente exige, razão pela

qual a defesa política de que o ingresso desses profissionais deveria se dar por meio de concursos públicos e da normatização das regras de progressão ao longo da vida funcional, evidentemente, não desprezando a experiência e a dedicação dos Servidores públicos que atuam na educação municipal de Diadema (SP).

Estamos cientes de que as experiências familiares, estudantis e profissionais contribuem afirmativamente com o envolvimento destes ativistas com o compromisso de interferir nos desígnios da realidade educacional brasileira. Essa consciência se manifesta nos momentos em que somos levados a operar a necessária reflexão de que

[...] você nunca consegue nada sem luta. Tudo na vida você precisa lutar. Lutar, mas sabendo lutar. Sabendo o que você está fazendo, entendeu? Eu acho que isso para mim é fundamental. Eu vou estar sempre lutando em defesa do trabalhador. Muitas vezes você... dá vontade e você fala assim: ‘Puxa vida, eu vou desistir de tudo’, mas não pode desistir, porque tem um que critica, mas lá na frente tem um que vai lhe apoiar. E esse é o papel nosso aqui na sociedade, eu acho o papel de qualquer um. Eu sempre falo assim: ‘Olha, se eu como trabalhador, eu como trabalhador, se eu não tenho condições de fazer o enfrentamento, buscar um recurso a mais no meu salário para que eu possa levar para minha casa, para os meus filhos, eu não deveria existir mais, porque se eu não luto pelos meus filhos quem vai lutar?’ Então, eu vou lutar sempre, o ser humano sempre tem espaço para ele lutar. Sabendo lutar, com respeito, mas não abaixar a cabeça, nunca (SOUZA, APÊNDICE 1, 2022, p. 57).

A compreensão dos processos de formação política e sindical dos nossos entrevistados traz à tona a importância de ouvirmos e de valorizarmos a concepção daqueles que atuam e exercem a sua liderança imersos na realidade laboral propriamente dita.

Bom, o SINDEMA, ele participa de todos os processos de discussão política em nível nacional, então: reforma trabalhista, reforma previdenciária, também a questão da LDB, a questão de um terço. Então, por exemplo, a Lei 11.738, que é a lei de um terço, também do salário nacional dos professores. O SINDEMA vai estar na vanguarda cobrando. Quando no Congresso, por exemplo, do SINDEMA tem toda uma parte voltada à discussão das escolas, porque muitas vezes... então, por exemplo, Conselho Municipal de Educação vai ter representantes do SINDEMA, onde se discute a questão da legislação, a questão, por exemplo, do retorno agora da pandemia o SINDEMA teve uma participação fundamental para evitar que os professores voltassem durante a pandemia. Enquanto outros municípios já estavam retornando, Diadema continuou. Isso tem a ver com o PT, mas tem a ver também com a pressão da base. Na questão da educação o que a gente pode dizer? Que o SINDEMA, um ponto, por exemplo, que teve a questão do apostilamento do Ensino Fundamental que foi aí uma grana que era paga para o SESI. Assim que a direita ganha em 2012 as eleições, em 2013 eles querem colocar o sistema SESI. Então, querem colocar o sistema de apostilamento, tudo, e o SINDEMA vai organizar uma forte resistência à instalação desse apostilamento, dessa coisa de você tirar a liberdade acadêmica do professor. Então, vai ter muita crítica com relação a isso. E vai sofrer também por conta dessa crítica retaliação. Eu lembro que quando o prefeito foi lançar o projeto, ele alugou um clube, o maior clube de Diadema que é o clube Okinawa levou... mandou chamar todos os professores e foi apresentar o sistema SESI, aquele sistema de Datashow, tudo isso. Então o que a gente fez? Nós fomos com um carro de som para frente desse clube, o Okinawa e começamos a falar contra, distribuir material, tudo. O prefeito ficou tão irritado que ele rasgou o jornal e vários professores aplaudiram o prefeito, porque tinham passado também... a gente tinha vivido no ano anterior

uma greve muito difícil com a administração petista que era do Mário Reali e tinha um setor que me girou para direita. Então... e que achavam que a saída era essa também, mas Diadema tinha um ótimo índice no IDEB, não precisava. Bom, ao fim das contas a prefeitura acabou transferindo para o SESI quase R\$ 10 milhões, enquanto que as escolas não tinham computadores, não tinham internet, não tinham assinatura de jornal, faltava até folha de sulfite, lápis, chovia dentro das escolas e a prefeitura dando milhões de reais para prefeitura. Uma outra coisa que a gente pode pensar também do ponto de vista do SINDEMA foi, por exemplo, a luta pelo FUNDEB. Então tem toda uma pressão, vários movimentos para você manter o FUNDEB e Diadema vai participar, o SINDEMA vai chamar paralisações, tudo. A questão do plano de carreira é uma conquista do SINDEMA, então em 2012 depois dos movimentos de greve que a gente teve, a gente conseguiu um plano de carreira que os professores evoluíam a partir do estudo. Então, por exemplo, você fazer uma pós, uma especialização passou a ter uma evolução na carreira, fazer um mestrado, fazer um doutorado, tudo isso se reverteu em ganho de qualidade de ensino para rede municipal e isso é uma conquista dos trabalhadores, dos que foram encabeçados e representados pelo SINDEMA. E, também, foi o SINDEMA que conduziu as assembleias que escolheram vários dos representantes dos trabalhadores para fazer as discussões do plano de carreira. Sem contar as questões de defesa também dos trabalhadores. É uma categoria majoritariamente feminina que tem que se dedicar a uma dupla jornada. Então, muitas além de cuidar da própria família, são chefes de família, ainda tem que cuidar dos pais, às vezes dos irmãos. E o governo do PT quis tirar na época, o que a gente chama de 142 que é uma licença, um abono, tipo um abono que a professora poderia tirar para estar cuidando, está perdendo menos do dia, o governo do PT quis tirar isso aí causou uma greve muito grande da categoria também, o SINDEMA esteve na direção. Então, você tem todas essas questões. Se pensar mais, a gente encontra outras, que eu lembre assim, são essas (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 72).

Como vimos, anteriormente, mesmo submetidos a perseguições e a tentativa do controle tirânico de suas atividades, se registrou a existência de estudantes e professores preocupados em se mobilizar pelas transformações sociais potencializarem os direitos da cidadania no Brasil...

Como bem sabemos, os mecanismos de cooptação política e econômica são muito presentes no universo sindical, nos ajudando a entender a constituição de burocracias que aceitam passivamente dogmas e valores da classe dominante, amortecendo os conflitos e as dicotomias existentes entre o capital e o trabalho, razão pela qual a atenção com essas lideranças nos ofereceram uma excelente oportunidade de nos aproximarmos da atuação daqueles que expressam uma consciência das tarefas que são necessárias, tanto na defesa dos interesses corporativos e imediatos dos trabalhadores que representam, quanto no envolvimento com a construção de um projeto histórico de superação do modo de produção capitalista.

Seus relatos de experiências, reproduzidos na íntegra na presente dissertação, traduzem a vontade e atuação daquelas pessoas que participam do cotidiano do movimento sindical e se mobilizam permanentemente e com denodo pela organização da categoria que almejam representar, trazendo suas concepções sobre as questões políticas e sociais mais candentes da contemporaneidade.

É uma (...) já é uma coisa bem antiga da gente. Aqui nós falamos assim: ‘Quando nós estamos juntos, somos mais fortes. Se você estiver junto você é mais forte’. Então, eu sempre falo: ‘Olha, pegue uma folha de papel e rasgue ela. Mas pegue essa folha de papel e dobre em 4-5 partes e tenta rasgar. Fica mais duro’. Então, eu sempre falo: ‘os trabalhadores quando estão juntos, eles são mais fortes.’ E é o lema que nós usamos aqui. ‘Sindicato forte está sempre junto’. Aqui tem sempre uma (...) no nosso material sempre tem alguma coisa que fala: ‘Juntos somos mais fortes’. Nesse jornal aqui não tem não, mas você vai levar um jornal aqui e vai estar sempre falando. Funcionário junto, organizado são mais fortes, ninguém derruba (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 57).

Essa tomada da consciência interfere na ação prática de Paiva e Souza, são o substrato mais essencial da intervenção que realizam no SINDEMA, magnetizando a importância do trabalho pedagógico invisível que realizam na socialização da cultura e do conhecimento como instrumentos imprescindíveis das mais profundas e necessárias transformações sociais.

Afinal de contas, contribuir com a construção de

[...] uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; e, portanto, transformá-las em bases de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio’ filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1999, p. 95-96).

No seio da sociedade burguesa, os trabalhadores não se furtam de almejar a sua presença nas instituições do Estado, constituindo partidos políticos e se envolvendo diretamente no âmago da sociedade política, mas, é no interior das entidades sindicais que aprendem o Abc das táticas organizativas e afluem sua formação política, tomam a consciência dos interesses estratégicos da classe a qual pertencem e contribuem com o nascimento da democracia socialista.

Considerações finais

A construção e a fundação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA) estão inseridas em um processo histórico que se convencionou chamar de transição democrática brasileira. Em meados da década de 1970, o Brasil experimentava uma série de acontecimentos e episódios políticos e sociais de grande magnitude. O engajamento social da juventude e dos trabalhadores, principalmente, organizados em movimentos políticos e sociais, associativistas e sindicais, se relacionava com campanhas de forte componente crítico à ditadura civil - militar vigente. Um exemplo marcante nesse processo histórico foi a Campanha de Anistia aos presos políticos do regime instaurado em 1964, pela convocação de Assembleia Nacional Constituinte, legalização dos partidos políticos e retomada das eleições presidenciais.

Nesse mesmo período ainda se registravam as presenças de grupos de esquerda armados, vinculados às perspectivas foquistas, como também ações truculentas das forças repressivas do Estado. Nesse contexto, por exemplo, ocorreram os assassinatos de Fiel Filho, em 1976, e de Santos Dias, em 1979, como também a invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 22 de agosto de 1977, durante o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), pelas tropas da Polícia Militar. À frente da violenta ação estava o coronel Erasmo Dias, então, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Esse momento histórico, marcado por grandes e efervescentes mobilizações sociais, também registrou o advento do que se convencionou chamar de novo sindicalismo e que se constituiu autodenominados autênticos. Essa foi uma perspectiva de atuação sindical que procurou romper com a estrutura burocratizada do sindicato de estado, preconizando a possibilidade de organização independente e autônoma dos trabalhadores do Brasil.

Esses movimentos atravessaram o país de norte a sul, tendo como centro de gravidade política entidades como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, os

Petroleiros de Paulínia, os bancários de Porto Alegre e São Paulo, os professores de Minas Gerais. Além da independência em relação ao Estado, essas entidades preconizavam mecanismos de organização horizontal e a criação de uma Central Única dos Trabalhadores que tivessem a capacidade de aglutinar as lutas e as reivindicações específicas e gerais da classe trabalhadora no país.

Nesse percurso, toda uma série de esforços organizativos foi sendo, gradativamente, construída. Realizações de encontros de oposição, congressos de trabalhadores e articulações com os movimentos populares e sociais trouxeram à tona e para a cena política não apenas reivindicações específicas – que não eram esquecidas –, mas também reivindicações de cunho político e social que marcavam esse tempo de transição experimentado pela sociedade brasileira nos fins da década de 1970 e início dos anos 1990.

De fato, nos primórdios da década de 1990, o governo Collor trouxe o agravamento da crise brasileira, com a suas inúmeras e bombásticas tentativas de incrementar o projeto neoliberal entrou em confronto com os interesses mais elementares da qualidade de vida da classe trabalhadora, agravou o cenário econômico e as condições sociais se deterioravam rapidamente, enquanto o capital financeiro ampliava os seus ganhos e a concentração de renda aumentava ainda mais no país.

Os pacotes econômicos do governo Collor seguiram a opção conservadora pela recessão, pelo desemprego e pelo arrocho salarial, em escala similar daquelas registradas nos estertores da ditadura civil-militar brasileira.

Numa conjuntura de ampliação desenfreada da miséria social e da concentração da renda nacional, quais foram às estratégias de resistência adotadas pelo movimento associativista e sindical dos funcionários públicos de Diadema (SP)?

A resposta que procuramos oferecer é a de que atuação do SINDEMA se insere nas buscas do movimento sindical brasileiro de tentar superar o confinamento político e ideológico ditado pelos preceitos de liberais, procurando estabelecer laços com outras entidades, efetivando ações de alcance local, estadual e nacional com o intuito de barrar esses preceitos.

A perspectiva de privatização das políticas sociais tem origens muito remotas no Brasil sendo necessário estarmos atentos aos esforços de organização e atuação coletiva que procuram questioná-la política e historicamente.

No âmbito da resistência local, a presença do SINDEMA tem contribuído com o processo de aperfeiçoamento e valorização dos funcionários públicos em Diadema (SP), tendo se posicionado, em diferentes momentos da história, em torno da defesa da melhoria das condições de trabalho, como na organização da mobilização e da luta contra a retirada dos direitos duramente alcançados pelas diferentes categorias profissionais representadas no seu interior e que são vitais para todos aqueles que vivem do próprio trabalho no mundo capitalista!

Referências bibliográficas

ALVES, I. C. P; TEIXEIRA, S. M. dos S; PEREIRA, F. B. A. **Associativismo**: abordagem teórica e seus princípios. ISSN 2179-5649 VIII JICE, 2017.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). 5ªed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANDERY, M. A. P. A. et al., YURI M. F., MECCHI, P. (org.). **História e lutas sociais**: a classe que trabalha em movimento. São Paulo: EDUC, Brasília: CAPES, 2019.

BAUER, C. *et al.* (org.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. volume 3, Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

BERTOLDO, J. **Cartilha Associativismo. Incubadora social. Santa Maria – RS**. 2015. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/513/2020/08/CARTILHA-ASSOCIATIVISMO.pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.

BITTAR, M; BITTAR, M. **História da educação no Brasil**: a escola pública no processo de democratização da sociedade. Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, July-Dec., 2012.

BOLETIM DO SINDICATO. Especial educação / março 2022 em defesa do serviço público de qualidade. Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema. Disponível: https://sindema.org.br/maso/uploads/jornais/jornal_210.pdf. Acesso: 05 maio de 2023.

BORGES, P. M. **Trabalhadoras do Brasil, uni-vos**: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – uma história escrita sob uma perspectiva de gênero. Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social para Obtenção do Título de Mestre. Niterói, agosto de 2018.

BRASIL. **Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953**. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. **Decreto – Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, [1969]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19/04/2023.

BRASIL. **Estatuto do Magistério Público do Município de Diadema**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/d/diadema/lei-complementar/1997/7/71/lei-complementar-n-71-1997-dispoe-sobre-a-instituicao-do-estatuto-do-magisterio-publico-do-municipio-de-diadema-e-da-outras-providencias>. Acesso: 28 de set. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008**. Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento das Leis no 9.717, de 1998 e no 10.887, de 2004. Brasília: Diário Oficial, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/legislacao-dosrpps/portarias/arquivos/2020/portaria-mps-no-402-de-2008-atualizada-ate-19agor2020.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 8.035/2010. Cria o Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. **Relatório final da comissão de sistematização do fórum nacional do trabalho**. 2004. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-10-reforma-sindical-reflexoes-sobre-o-relatorio-final-do-forum-nacional-do-trabalho>. Acesso em: 10 abr. 2008.

BUENO, B. B. **Os fundamentos da doutrina de segurança nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro contemporâneo.** *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 1, 47-64. 2014.

CARDOSO, A. M. **Dimensões da Crise do Sindicalismo Brasileiro.** Cad. CRH, Salvador, v. 28, n. 75, p. 493-510, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/n7T4KCgy6HtkPpWDddGSSfH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2022.

COMBLIN, J. **A Ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COSTA, M. do S. C; OLIVEIRA, A. C. S.; FIGUEIREDO, R. J. L. **Associativismo.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC, 2013.

CPDOC, **Acervo Digital. Dicionários. Verbete Temático: Central Única dos Trabalhadores.** Fundação Getúlio Vargas Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/central-unica-dostrabalhadores-cut> > acesso em: 02/03/2023.

CRUZ, H. L. **Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica.** 2008. 302 p. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, Brasília.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à edição de alemã de 1883. *In*: MARX, Karl; ENGELS, **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010a. (Coleção Marx-Engels).

FÁVERO, M. de L. de A. **A UNE em tempos de autoritarismo.** 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FELICETTI, V. L. **Comprometimento do estudante: um elo entre aprendizagem e inclusão social na qualidade da educação superior.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para obtenção de Título de Doutor. Porto Alegre, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GINDIN, J. **Sindicalismo dos trabalhadores em educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011)**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013. Editora UFPR.

GOETTER, J. D. **Introdução à história do movimento sindical**. 3ª Edição, 1ª Reimpressão, Brasília, DF CNTE/ESFORCE, 2014.

GUERREIRO, H. da R. O. **Direito e a organização da classe trabalhadora: a problemática da legalidade na luta sindical**. Universidade Federal do Rio Grande, FURG Faculdade de Direito, FaDir, Curso de Direito, 2016.

SINDEMA, JORNAL DO SINDICATO. **Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema**. Em defesa do serviço público de qualidade. Disponível em: https://sindema.org.br/maso/uploads/jornais/jornal_2023.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2023.

JORNAL DO SINDICATO. **Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema**. Disponível em: https://sindema.org.br/maso/uploads/jornais/jornal_2023.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2023.

JORNAL DO SINDICATO. **Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema**, 2018. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=JORNAL+DO+SINDICATO,+Sindicato+dos+Funcion%C3%A1rios+P%C3%BAblicos+de+Diadema%2C>. Acesso em: 30 set. 2022.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARCONE, M. de A. & LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Centauro, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MASSON, M. A. C. **Hegemonia, educação e as lutas sindicais dos profissionais da educação no Brasil**. Rio de Janeiro, 1997.

MIRANDA, K. A. **As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo a ruptura com a CUT**. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

MÜLLER, A. **No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes**. Dimensões. vol. 32, 2014, p. 128-147. ISSN: 2179-8869.

PAIVA, L. **História do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SP) (SINDEMA) e os seus Desafios Educacionais**. 15.06.2022. Entrevistadores: SALES, Dorilene; BAUER, Carlos. São Paulo, 2022. Apêndice II (p. 60 a 70).

PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA. Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/historia-2019/>. Acesso em: 03.04.2023.

RAMOS, J. de S. **A Busca por Educação Emancipatória na Cidade de Diadema: reflexões, experiências, caminhos e possibilidades**. Tese (Doutorado) Apresentada a Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras para Título de Doutor. Araraquara, 2022.

ROCHA, M. C. **Carreira, remuneração e a política de valorização do trabalho docente no Brasil**. 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-0501201>. Acesso em: 02 out. 2022.

SANTOS, J. D. V. dos. **Lutas por moradia na cidade de Diadema (1983- 1996): cooptação política e acomodação de conflitos do capital**. Dissertação (Mestre em Educação) – Curso em Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores.

SENAR – **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**. Associações rurais: práticas associativas, características e formalização. - Brasília: SENAR, 2011.

SIMÕES, J. de S. Vozes Docentes: **O Estatuto do Magistério Municipal de Diadema (SP) e a qualidade da educação**. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação Programa de Pós-graduação em Educação. São Paulo, 2014.

SOUZA, D. T. de. **História do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SP). (SINDEMA) e os seus Desafios Educacionais**. 18.05.2022. Entrevistadores: SALES, Dorilene; BAUER, Carlos. São Paulo, 2022. Apêndice II (p. 49 a 59).

TESCH, R. **Qualitative research: analysis types and software tools**. Basingstoke: The Falmer Press, 1990.

YURI, M. FONTES; MECHI, P. (org.) **Histórias e lutas sociais: a classe que trabalha em movimento**. São Paulo, 2019, Editora da PUC-SP. São Paulo : EDUC, Brasília : CAPES, 2019.

Apêndices

Apêndice A – Entrevista com Domingos Tomaz de Souza

Dorilene e Carlos Bauer - A primeira pergunta tem como objetivo levantar questões pessoais para que possamos conhecê-lo, tais como seu nome completo e como você ou amigos gostam de chamá-lo; cidade em que nasceu, se tem filhos, hobbies, como cozinhar, praticar esportes, predileção literária etc.

Meu nome é Domingo Tomaz de Souza, eu nasci em uma cidade chamado Monte Santo, Estado da Bahia. Eu sou casado, tenho 5 filhos. Tenho 11 netos. E eu gosto de esporte, eu gosto de leitura. Na verdade, eu gosto muito de leitura, eu gosto de ler bastante, é importante para libertar a mente do ser humano. Está a nossa história aqui pessoal, família (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 51).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - quando e como foi o processo de escolha do seu curso universitário? Em que instituição você estudou e como se deu o processo de formação acadêmica?

Eu estudei na Metodista. Foi aqui em Rudge Ramos, São Bernardo. Eu fiz filosofia, é onde eu me formei e onde eu estudei. A única coisa que eu não exerço é a função por causa do outro trabalho, mas eu fiz pela questão pessoal, porque comecei a fazer filosofia, e aí eu também sou formado... eu também tenho um curso de teologia. Até para basear um pouco a questão da religião, essa coisa toda de fé. Por isso eu fiz os dois para não perturbar minha mente. Mas dei aula um pouco no estado algumas vezes aí um pouco tempo, mas não exerci a função (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 51).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Você participou do movimento estudantil? Quais eram as principais bandeiras do movimento estudantil do seu tempo de estudante?

Na época que eu estudei já faz um período, a gente lutava muito pela questão do transporte, que a gente não tinha transporte; a questão da alimentação nas escolas para noite, a gente não tinha alimentação nas escolas, era bandeira de luta. A questão do transporte, alimentação. A questão do conteúdo escolar, que a gente lutava muito por isso, a questão de falta de professor de...

quando faltava professor a gente vinha de longe, cansado e queria que tivesse todas as aulas. Essa era nossa reivindicação mais profunda. Essa era nossa bandeira de luta na escola, na época, que era uma época diferente de hoje. Era uma época um pouco reprimida, um pouco difícil. Mas nós conseguimos algumas vitórias (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 52).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Como e quando se deu o seu ingresso no mundo do trabalho educacional e particularmente na Prefeitura Municipal de Diadema?

Eu trabalhei e entrei na Prefeitura Diadema, no primeiro momento entrei em 1979 quando estava se construindo uma praça. Aí eu deu... uma empresa, eu trabalhei nessa empresa, vim do Nordeste, já fazia alguns anos e fui trabalhar nessa empresa para fazer a praça hoje conhecida Praça da Moça, e aí eu fui embora. Quando foi em 1983, nós elegemos um prefeito nosso que chamava Gilson Menezes. Aí eles foram me chamar onde eu estava trabalhando para que eu viesse para poder ajudar, porque foi um momento difícil onde a direita não... achava e não perdia, perdeu e não queria ajudar o governo. Tentou destruir o governo, boicotar e tal, e chamou as pessoas que eram conhecidas dele, aliados dele para ajudar. Foi na época que eu vim para prefeitura de Diadema em 1983 (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 52).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Ao longo de sua carreira, quais foram os principais desafios enfrentados no ensino dos jovens estudantes?

Ah, eram muitos. A gente teve... na minha época era um momento difícil nas escolas. As escolas, o conteúdo escolar, a questão do ambiente escolar, o espaço. A gente não tinha uma área de lazer, a gente não tinha uma... não tinha as condições para você desenvolver o seu trabalho, uma biblioteca boa, a gente não tinha... hoje não, hoje tem computador, tem tudo, a gente... era muito difícil, livros caros, a gente não conseguia. Biblioteca não comprava para a gente estudar. Essa foi a dificuldade maior da sala de aula (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 53).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Do ponto de vista teórico quais são as referências fundamentais que estão presentes na construção do seu trabalho pedagógico?

Aquela... para mim uma das coisas importantes é a questão do caráter. A questão dos princípios. E são coisas para mim fundamentais. A questão do caráter da pessoa para mim, a formação. Por isso eu gosto muito quando eu pego a história da filosofia, que eu gosto muito, quando você pega, você vê a história de Sócrates que é um atrás do outro. Você vê que o próprio Platão não nega a história de Sócrates, ele diz o seguinte: “Discordo de meu mestre”, mas relembra a história do seu mestre, então isso para mim, a questão de lealdade, não negar os princípios para mim é fundamental (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 53).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - E os estudantes o que diziam de suas aulas? Faziam críticas, reclamavam temas, eram passivos, enfim, como eles se comportavam no dia a dia da sala de aula?

O pouco tempo que eu dei aula eu sempre ensinei meus alunos que eles fossem críticos. Eles não tinham que concordar com tudo que eu falasse, eles tinham que pesquisar, eles tinham que buscar informação. Eu sempre falava, eu sempre disse, eu sempre falava para eles que eu estava levando informação eles tinham que buscar aquelas informações se eram verídicas, se eram verdade, até para não criar uma sociedade, aquela sociedade que tudo que você fala ela balança a cabeça, não. Isso é uma sociedade crítica, pessoas críticas que construíssem a sua história (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1 p. 53).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Conte-nos um pouco sobre a sua militância sindical. Como ela começou e quais foram os principais embates que porventura tenhas participado.

O primeiro movimento que eu participei foi de moradia. Diadema é uma cidade que era conhecida como cidade dormitório e nós... dormitório é a pessoa que dorme na cidade, mas não tinha indústria. E nós começamos a formar núcleos de moradia. Muita gente que vinha do Nordeste, Alagoas, Pernambuco, Bahia, toda a região do Nordeste, vinham para cá e muitos não tinham moradia. Então, a gente começou a fazer moradia, algumas moradias provisórias aí,

e teve um embate com a prefeitura que não permitia. E Diadema hoje é considerada uma cidade enorme, grande, com muitos núcleos, porque a luta dos trabalhadores... e eu comecei com a moradia. Até mesmo um companheiro que foi vereador, companheiro Boni, companheiro Boni, de moradia, que é para mim é um dos principais... realizações de moradia aqui na cidade. Essa foi a minha militância em um primeiro momento (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 54).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Como e por que o SINDEMA foi criado?

E aí, eu vou retornar um pouco mais atrás, quando eu estava falando do sindicato porque a Constituição de 1988, ela permitiu que fosse formado o sindicato. Antes nós participávamos da associação dos funcionários públicos, e aí depois nós, em 1988 foi autorizado a fazer o sindicato. Nós começamos a construir um sindicato para nós, para a questão das reivindicações, das lutas, condições de trabalho, salários, e aí foi feito em 1988, nós começamos a organizar a população, os moradores, e quando foi em 1983-1984... em 1988 a gente já tinha um sindicato formado com direção. E a primeira direção nossa foi em 1988, ela se formou em e fizemos a nossa sede aqui em 1998. Em 1998 nós tivemos uma sede aqui no sindicato aqui, nós temos uma sede própria (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 54).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Como você avalia a conjuntura em que o SINDEMA foi criado? Quais eram os principais desafios que estavam colocados para a organização associativista dos professores de Diadema?

No primeiro momento, o sindicato, ele era mais ligado ao trabalhador braçal. Como o coletor de lixo, professor. O professor e a saúde participavam, mas não era o grupo forte. Quando nós parávamos a prefeitura que tinha uma greve, alguma coisa, quem parava na verdade eram os trabalhadores braçais. A turma braçal que parava. Professor não quase não participava, e aí quando começou a terceirização nós fomos obrigados a mudar a forma de se posicionar em relação a questão do professor, mostrar para o professor a importância dele estar aqui. Mostrar a importância que ele tinha, porque tinham muitos naquela época que eram professores, mas eles tinham um pouco a mentalidade de pequeno burguês. Isso é muito ruim. Isso era terrível, porque eles achavam que tinha um carrinho achavam que era ricos. E aí, nós começamos a

mostrar para eles que não! Eles precisavam mostrar o outro lado, então eles começaram a se filiar, a participar e o enfrentamento foi maior porque os governos não aceitavam. Os governos não aceitavam e nós começamos a brigar. Brigar pelas condições de trabalho na sala de aula, que muitas vezes não é o... a escola não é um depósito, você leva a criança e põe lá, a escola é um local que tem que dar condições para o trabalhador, para o funcionário, para o professor dar aula, você tem que ter uma cozinha decente, ter um funcionário para limpar... uma coisa gostosa. É esse o trabalho. E os professores se engajaram e hoje, o sindicato nosso hoje, na data de hoje, ele é mais formado com professor e funcionários da saúde. É o nosso forte aqui. Nós temos aqui hoje mais de 4 mil associados. É o único sindicato da região que tem uma quantidade de associados que nem nós temos. Quem mantém o sindicato aqui é só o associado. 4 mil e poucos associados nós temos. Mais de 50% (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 55).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - As entidades sindicais dos trabalhadores vinculados aos servidores públicos tiveram importante e decisivo papel na fundação da consolidação política da CUT. Qual é o balanço histórico que você faz da presença do SINDEMA no interior dessa trajetória?

A CUT para nós aqui foi fundamental, primeiro porque antes o sindicato não tinha... não era ligado a ninguém e a gente ficava, tipo assim, um filho desamparado, aí não tinha... a luta nossa era tipo uma luta individual, não tinha alguém para ajudar. E quando nós nos filiamos a CUT, nós já tínhamos nosso grupo que quando assumiu aqui já tinha interesse de se filiar. Chamamos a CUT até para fortalecer a luta. Porque a CUT a gente pode até discordar de um monte de coisa, eu discordo de um monte de coisa, mas a única entidade ainda que a gente pode dizer ainda que defende o trabalhador. E a CUT veio para cá, nos ajudou muito. Até mesmo as reuniões com o governo, a CUT sentada na mesa junto com o governo para definir algumas questões. Até mesmo o governo de esquerda que estava lá a CUT sentava para dar linha, dizer: “Olha, os trabalhadores precisam. A situação nossa é essa”. E a CUT foi muito importante. Foi não. Foi não. É muito importante para nós aqui. É muito importante para os trabalhadores (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 56).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Você nos poderia falar do início de sua militância política das organizações de esquerda que participou e a importância dessas no seu processo de formação humana e na compreensão crítica da realidade social?

Posso sim, eu fui... eu estive aqui no sindicato, mas antes em 1992 nós já tínhamos um estatuto, (ininteligível) um estatuto criamos a CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, foi a única região do Brasil que tinha um presidente de CIPA eleito. Todas as CIPAS de todo, de qualquer indústria o presidente é do patrão. E aqui nós fizemos o contrário, fizemos um estatuto nosso aqui que dizia o seguinte, agora mudaram. Mudaram alguns anos atrás que o prefeito saiu aí e mudou, que dizia o seguinte: “O cipeiro mais votado seria o presidente”. Eu tive o prazer de começar... de ser candidato e ganhar como presidente, foi quando eu comecei sentir a necessidade dos trabalhadores. A questão dos conselhos do trabalho, o sofrimento de cada um deles aí dentro do setor, sem muitas vezes um transporte descente para... aqui nós estávamos há alguns anos atrás a gente andava aqui que nem fosse pau de arara, em um carro de madeira com bancos de madeira, até teve uma companheira nossa que faz parte da direção aqui, que caiu do caminhão. Caiu aqui perto do viaduto, ela se machucou. Então, eu fui cipeiro, e aí a minha militância começou por aí. Quando eu fui cipeiro eu comecei a sentir necessidade, foi quando me convidaram para fazer parte do sindicato, no qual eu tive muito orgulho de poder fazer parte. Lógico que teve um período que fui cortado, porque teve uma época da militância aqui que eu estava no sindicato e eu fui expulso do sindicato, por causa das minhas defesas. Defesa do trabalhador, defesa das condições de trabalho, e tem governo que não aceita isso. E nessa época o governo se uniu aí com o golpista aí e me afastou. Eu e outro companheiro que fazia parte porque a gente ainda bati de frente. E ele não gostava disso. Então, eu tive orgulho de fazer parte dessa história (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 56).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Existe alguma questão ou posicionamento que gostaria de registrar nesse depoimento?

Não, eu... o que eu sempre vou te falar e deixar registrado até para os estudantes, para os jovens é que a luta... você nunca consegue nada sem luta. Tudo na vida você precisa lutar. Lutar, mas sabendo lutar. Sabendo o que você está fazendo, entendeu? Eu acho que isso para mim é fundamental. Eu vou estar sempre lutando em defesa do trabalhador. Muitas vezes você... dá vontade e você fala assim: “Puxa vida, eu vou desistir de tudo”, mas não pode desistir, porque

tem um que critica, mas lá na frente tem um que vai lhe apoiar. E esse é o papel nosso aqui na sociedade, eu acho o papel de qualquer um. Eu sempre falo assim: “Olha, se eu como trabalhador, eu como trabalhador, se eu não tenho condições de fazer o enfrentamento, buscar um recurso a mais no meu salário para que eu possa levar para minha casa, para os meus filhos, eu não deveria existir mais, porque se eu não luto pelos meus filhos quem vai lutar?”. Então, eu vou lutar sempre, o ser humano sempre tem espaço para ele lutar. Sabendo lutar, com respeito, mas não abaixar a cabeça, nunca (SOUZA, APÊNDICE 1, 2022, p. 57).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Por fim, existe algum poeta, alguma canção, verso, um pensamento ou uma frase que você acha importante constar como epígrafe dessa entrevista?

É uma... já é uma coisa bem antiga da gente. Aqui nós falamos assim: “Quando nós estamos juntos, somos mais fortes. Se você estiver junto você é mais forte”. Então, eu sempre falo: “Olha, pegue uma folha de papel e rasgue ela. Mas pegue essa folha de papel e dobre em 4-5 partes e tenta rasgar. Fica mais duro”. Então, eu sempre falo: “Os trabalhadores quando estão juntos, eles são mais fortes.”, E é o lema que nós usamos aqui.” “Sindicato forte está sempre junto”. Aqui tem sempre uma... no nosso material sempre tem alguma coisa que fala: “Juntos somos mais fortes”. Nesse jornal aqui não tem não, mas você vai levar um jornal aqui e vai estar sempre falando. Funcionário junto, organizado são mais fortes, ninguém derruba (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 57).

2ª parte

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Em 1988, logo após a Constituição, como ocorreu a fundação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema, SINDEMA?

Ah, nós era da associação dos funcionários públicos e reuniu os trabalhadores para que fizesse um sindicato, porque a associação era mais considerada para lazer, divertimento, futebol, festas e o sindicato era mais ligado para luta, questão de salário, condições de trabalho e reuniu um

grupo de funcionários e começamos a discutir a questão da fundação do sindicato. Tivemos alguma divergência, alguns problemas com a associação que ela achava que se o sindicato fosse criado ela perderia sócio, perderia a manutenção dela, mas não aconteceu. Nós nos reunimos depois de 2 anos, fizemos o estatuto do sindicato e criamos o sindicato, fizemos uma junta provisória e fizemos o sindicato e para a luta foi importante (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 58).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Em linhas gerais o que podemos dizer da presença do SINDEMA na luta pela democratização da educação pública básica de Diadema? Quais foram os momentos mais marcantes dessa trajetória?

Eu acho que... eu quando for embora daqui vou levar esse legado comigo, que eu acho que foi a coisa mais importante que aconteceu. Porque o sindicato, ele construiu uma nova história na questão da educação. Ele participou em todos os momentos a luta, estatuto do magistério, nós participamos de todos os momentos dos professores, a gente estava lá junto com eles. É comprovado que a nossa... nós criamos um grupo de base de professores que discutia estatuto, discutia essas mudanças, porque nós temos o estatuto do funcionário público no geral e além do estatuto do funcionário público, nós temos o estatuto do magistério que são coisas diferentes. E acho que... o sindicato participou de todas essas lutas. Para categoria foi importante e para a sociedade de Diadema foi mais importante ainda, porque houve mudança (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 58).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Como a sua geração de dirigentes e participantes do SINDEMA entendem o significado das campanhas corporativas por melhores salários, defesa da carreira e melhores condições de trabalho?

É fundamental. Primeiro você usou uma palavra muito interessante aí que é o seguinte, quando o servidor público vai buscar salário, não é só apenas salário. A gente vai buscar a questão de melhorias de condições de trabalho. Isso é a primeira proposta. Primeira coisa, condições de trabalho e lógico que todos precisam de salário digno para poder se locomover de um lugar para outro, para ter condições de ir para sua casa. Como é que eu posso enfrentar a sala de aula sabendo que na minha casa quando chegar lá, posso... a minha luz está cortada, ou senão um

filho meu está passando necessidade? Então isso é fundamental. O salário é fundamental, mas as condições de trabalho também estão embutidas nessa linha, entendeu? (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 59).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - A realização do primeiro congresso do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema – SINDEMA, constituiu-se no resultado de um amplo processo de preparação, discussão e o envolvimento de parcela considerável dos ativistas sindicais do serviço público municipais de Diadema. Do ponto de vista organizativo, como se deu a preparação deste congresso?

Foi um ano. Um ano nós e uns setores com material exclusivamente falando sobre o congresso, chamando a participação dos trabalhadores, tirando comissões, nós tínhamos aqui todos os dias, toda semana, um dia com os trabalhadores de cada setor para discutir a questão do congresso. E foi esse chamamento desses trabalhadores, a consciência da importância do congresso... que para nós o congresso é importante, por quê? Porque não era a participação apenas de meia dúzia, era a participação do trabalhador como um todo. E foi feito o congresso aqui, lá na CUT, ali em Piraporinha, onde a gente contou com muita gente. Nós tínhamos na época lá foi... a prefeitura tinha quase 7 mil funcionários nós tínhamos, contamos ali durante o período todinho quase 4 mil trabalhadores, discutindo. Fizemos sala... fizemos sala... grupo de trabalho onde cada um fazia suas propostas trazer para o grande debate, para o grande fórum para juntar. Aquelas propostas que se casavam, a gente ia casando com a outra e ia {admirando} e aquelas que não tinha acordo a gente levava para o voto, os trabalhadores votavam. Então, para mim foi importantíssimo, porque foi a participação de todos os trabalhadores no processo (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 59).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Quando o congresso foi realizado?

Em 2019. Agora em 2022 nós vamos ter o nosso segundo congresso. O primeiro foi em 2019 e o segundo é agora depois de 3 anos fazer agora o segundo congresso 2022. Vamos ter o nosso congresso. Já estamos trabalhando sobre o chamamento dos trabalhadores, sobre essa organização. Aquele congresso que primeiro foi feito esses trabalhadores acabaram ficando aqui um representante da categoria nos seus setores, não é que fez o congresso e eles sumiram.

Não, esses trabalhadores continuam vindo aqui toda semana trazendo as demandas do setor que está, porque são representantes, foram tirados no voto no congresso os representantes de cada segmento (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 60).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Quais foram as entidades que apoiaram e assumiram a corresponsabilidade pela convocação e organização do evento? Qual era o número aproximado de trabalhadores que o SINDEMA representava na base?

Na época do congresso nós tínhamos na base 3... quase 4 mil trabalhadores. Tinha 3.600 trabalhadores. Na época do congresso nós tínhamos 3.600 trabalhadores no congresso e participaram várias entidades. Nós participamos, aqui teve a CUT que nos ajudou muito. Foi fundamental. Teve alguns professores que vieram aqui para dar aula de graça sobre a questão de congresso, sobre a importância do congresso. Então, teve ajuda de vários setores da sociedade para nos ajudar, para nos orientar, entendeu? O próprio DIEESE veio aqui também para dar formação. A gente tinha uma aula aqui de formação política para pessoa entender a importância do congresso. Então, foi muito bom. Teve várias entidades. A CUT principalmente que ajudou muito (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 60).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - A criação da setorial da educação foi discutida neste primeiro congresso do SINDEMA?

Sim. Esses trabalhadores, professores, nossos colegas, eles foram tirados dessas comissões justamente esse grupo faz parte dessa... o grupo que tirou em 2019, ele faz parte até hoje dessa organização nas escolas e além disso a gente, tipo assim, a gente não perdeu a... não é porque criou que a gente não vai no setor, a gente vai toda semana nas escolas, formação pedagógica a gente vai lá, vai debater com os trabalhadores, conversar, buscar orientação, porque o sindicato nosso não é um sindicato de mesa, de sala. É um sindicato de base, um sindicato que vai no setor, vai conversar, vai ver a reivindicação de cada um, esse é o nosso sindicato, o sindicato dos trabalhadores e não apenas em relação a questão do funcionalismo público. A gente está em todas as áreas. Estamos na área da educação, a questão da habitação, na questão dos movimentos populares, moradia. Nós estamos sempre lá ajudando aquilo que pode. E levando

uma mensagem, fazendo um jornal, organizar os trabalhadores para a importância desse movimento. Isso é muito bom, que é a questão da sociedade. Isso para nós é importante. Nosso sindicato foi criado dessa forma (SOUZA, 2022, APÊNDICE 1, p. 61).

Apêndice B – Entrevista com Luís Paiva

Dorilene Sales e Carlos Bauer - A primeira pergunta tem como objetivo levantar questões pessoais para que possamos conhecê-lo, tais como seu nome completo e como você ou os amigos gostam de chamá-lo. Cidade em que nasceu, se tem filhos, hobbies como cozinhar, praticar esporte, predileção literária etc.

Então, meu nome é Luís Roberto Bezerra de Paiva, nasci em 9 de novembro de 1964. Sou natural aqui de São Paulo, resido aqui também. Meus amigos me chamam de Paiva. E, nossa, é

tanta coisa. Hobby eu gosto de cinema, gosto de beber. Ler um pouco. Um pouco isso. De predileção literária em geral livros de história, gosto de cozinhar, esporte só nadar e pedalar, essas coisas (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p.62).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Como... quando e como foi o processo de escolha do seu curso universitário, em que instituição você estudou e como se deu o seu processo de formação acadêmica?

Bom, eu voltei a estudar bem tarde, estava já com 36 anos, eu era metalúrgico, depois acabei sendo demitido, fui trabalhar em rodoviários, sempre envolvido com movimento sindical. Então, quando você é militante, você tem que fazer uma avaliação do tempo... você tem que estar sempre pensando para que categoria que você vai, porq. Que vira e mexe você é demitido por perseguição, essas coisas. Então, eu comecei já com 36. Além dessas questões de permanência em local de trabalho, tudo, tinha a questão da idade, porque pela atividade que eu tinha como eletricitista eu teria praticamente mais 20 anos, 15 anos de mercado de trabalho e a tendência é o salário ir caindo e ficar cada vez mais difícil a recolocação, até porque essa área de manutenção está muito envolvida com a terceirização. Então são empresas, {gatas} que trabalham com isso. Então, já voltei para estudar e como eu sou militante, eu acabei optando pela área de história. Então, pelo salário que eu ganhava não dava para pagar uma universidade. Então, eu fiz um cursinho e acabei entrando na USP, e aí fiz 4 anos na USP. E depois prestei alguns concursos e acabei entrando em Diadema, que é o próprio município onde eu já trabalhava também em uma empresa de ônibus. E, desde então, 2006, eu trabalho como professor de história da Educação de Jovens e Adultos. Tive uma curta passagem de 3 anos com educação bilíngue português e libras, também em Diadema, também na EJA, no Ensino Fundamental. Mas atualmente estou só a noite na EJA (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 63).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Quais eram as principais bandeiras do movimento estudantil do seu tempo de estudante?

Então, eu fui estudante na década de 1980, finalzinho da ditadura. Então, a gente ainda tinha um controle de uns organismos formados pela ditadura civil- militar, não existia história, não

tinha sociologia, filosofia era se eu não me engano uma matéria que era estudo dos problemas sociais e estudos sociais. coisa assim. E, então, a gente queria ter um grêmio livre, porque era o centro cívico que tinha. A gente queria acabar com os uniformes, porque também era imposto pela ditadura e de forma geral a gente queria mais espaço, mais participação. Principalmente depois do início da retomada das greves em 1978, 1979. Eu era bancário também, teve greve na minha categoria, eu era estudante, mas era office boy. Então, acabei me aproximando mais do movimento sindical diretamente pelo Sindicato dos Bancários e pelo Sindicato dos Bancários eu acabei indo militar no movimento estudantil já secundarista na UMES. Então, uma das coisas que a gente pleiteava também era o reconhecimento das entidades. Mas você ainda tinha muitos companheiros que acabaram sendo presos. Eu mesmo fui levado para o DOPS. Isso já no finalzinho da ditadura, m. Mas tinha uma repressão ainda forte, bem ativa no movimento estudantil (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 63).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Houve algum tipo de enfrentamento com os golpistas de 1964 que marcou a sua vida de estudante?

Não, nesse período não. Nessa o... eu começo a militar em 1981 e 1982, então nesse momento não tem. A gente está em um processo de abertura lenta, gradual e progressiva lá com o Figueiredo nesse momento, mas você tinha os órgãos de repressão atuando. Então, por exemplo, uma vez eu saí da escola, tinha eu e uma colega e a gente foi raptado. Aí foi levado pelo serviço secreto da Polícia Civil para Guarulhos, e aí embebedaram a gente e tudo e falaram que a gente tinha que abandonar a escola, abandonar a cidade porque senão a gente ia desaparecer. Na época, eu fazia parte de uma organização e a gente achou que isso aí era um blefe. E acabamos permanecendo e não aconteceu nada. Mas era comum esse tipo de coisa para assustar militante e tudo, a gente teve gente infiltrada no movimento estudantil, que eram policiais, jovens e a gente acabou descobrindo. Então, tinha... como já tinham se passado muitos anos, na prática você não tinha grandes defensores do golpismo. Mas a máquina de repressão do Estado continuava atuando (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 64).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Quando e como se deu seu ingresso no mundo do trabalho educacional e particularmente na Prefeitura Municipal de Diadema?

Então, em Diadema eu ingresso em 2006, como eu já disse a partir de um concurso que eu tinha prestado em 2005 ou 2004, eu ainda estava cursando o bacharelado de história quando eu prestei o concurso. E como demora para chamar eu pude encerrar o curso, tirar o diploma e foi o tempo suficiente. Aí acabei saindo da empresa que eu trabalhava como eletricitista, que era uma empresa de ônibus, na atuação de rodoviário e acabei migrando para o movimento docente. Mas é um sindicato que ele é o SINDEMA. O SINDEMA não é um sindicato só de professores, ele é um sindicato multissetorial, então ele tem companheiros da saúde, companheiros da área de obras e fiscalização, do administrativo. Ele tem mais de 200 equipamentos no município e todos os trabalhadores estão filiados, aqueles que não são terceirizados, são filiados ao SINDEMA (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 64).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Quais as principais características do trabalho docente nesse período? Antes de chegar ao papel de dirigente sindical, você selecionava para qual etapa do ensino? Você consegue se lembrar do conteúdo e a forma que utilizava para disseminar o conhecimento entre os jovens?

Então, os primeiros três anos de 2006 a 2009, eu trabalhei com alunos surdos. Então eu tive que ganhar proficiência em libras, coisa que eu não tinha. Então, eu tive que fazer vários cursos, tudo, para trabalhar com isso. E, então, essa parte aí abriu uma questão também sobre autodeterminação das pessoas surdas, as pessoas com deficiências e abriu toda a questão também para um mundo que eu não conhecia, que era da cultura surda. Então, os surdos, eles vivem uma luta pelo reconhecimento da sua língua que é a Língua Brasileira de Sinais, que somente no governo do Lula reconheceu, mas que na prática eles ainda continuam tentando conquistar espaços. Então, ter intérpretes em sala de aula, tem intérpretes em repartições públicas, principalmente hospitais, Poupatempo. Nunca tem um intérprete, nem nada. Então, eles trabalhavam muito a questão dos direitos nesse período, porque você tem que trabalhar os conteúdos que são significativos. Eu lembro que a gente chegou a fazer um abaixo-assinado pela instalação de intérpretes nos hospitais de Diadema. Passamos esse abaixo-assinado na comunidade surda e também nos familiares dos alunos e acabamos fazendo uma passeata dos alunos até a Câmara para entregar para o presidente da Câmara, e aí conseguimos fazer uso da tribuna livre, que é um recurso que é disponibilizado para os cidadãos em Diadema, pleiteando

essa reivindicação dos alunos. Infelizmente isso não foi para frente. Acabou não indo. Mas era uma das formas. Então, o conteúdo trabalhado em sala, ele estava muito vinculado as questões do presente. Então, por exemplo, quando falava da Idade Média, quando falava, por exemplo, da Antiguidade, da luta dos escravos, quando falava da organização dos homens pobres, quando trabalhava a questão da escravidão sempre vinculando com algo no presente para fazer sentido, ser significativo (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 65).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - E os estudantes, o que diziam de suas aulas? Faziam críticas, falavam sobre temas, eram passivos, enfim como se comportavam no dia a dia da sala de aula?

Então, com os surdos, eles me ensinavam muito. Então, por exemplo, sinais. Então, eu tinha que estar aprendendo sinais e tinha uma troca aí, porque a gente... eu trabalhava os conteúdos e eles iam me ensinando os sinais. De uma crítica, avaliação assim, não diretamente, nunca teve um espaço próprio para isso, nunca pensei em fazer isso com os surdos nesses primeiros anos. Eu lembro de que os... por ser um professor de história e de antes, anteriormente a mim, não ter um professor de história, então os conteúdos de história passaram a ser abordados por um especialista. Então, eu lembro que os colegas estão falando que era diferente, que os alunos comentavam e eu trabalhava bastante com filmes. Filmes temáticos, então esses filmes normalmente eu ia fazendo a interpretação em libras e fazendo a explicação. Então, surgiam perguntas, porque você acaba colocando o aluno em contato com outras situações e outras épocas, outros costumes. E vários filmes eu utilizei também a questão da surdez para demonstrar a questão da luta dos surdos na França, nos Estados Unidos, em outros países. Isso (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 66).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Sua presença na história da educação está profundamente marcada pela trajetória do movimento dos funcionários públicos da cidade paulista de Diadema. E suas perspectivas de organização associativista e sindicais. Conte-nos um pouco sobre a sua militância sindical, como ela começou e quais foram os principais embates que por ventura tenhas participado.

Quando eu ingressei na prefeitura eu já conhecia a maior parte dos companheiros que militavam, porque eu já estava há 11 anos na área de área de rodoviário em uma empresa pública também de Diadema. Então eu já tinha feito várias greves, tinha feito parte da comissão de garagem. Então, paramos várias vezes o centro, tivemos vários enfrentamentos. (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 66).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Como e por que o SINDEMA foi criado?

Bom, o SINDEMA foi criado em um período anterior ao meu ingresso nessa categoria. Mas ele se insere em um movimento em nível nacional de reconhecimento da luta sindical do setor público, porque até a Constituição de 1988 os funcionários públicos eram proibidos de formarem sindicatos, então somente associações. Então, na prática esse movimento que ocorre em várias categorias. Então, você tem APEOESP, você tem o Andes, você tem várias entidades que tinham um caráter sindical, mas que tinham um nome de associação, mas já tinham uma atuação sindical principalmente porque a década de 1980 foi marcada por hiperinflação, uma crise política bastante acentuada e uma forte atuação do movimento sindical. Então, você tem a CUT estimulando, você tinha as oposições sindicais, a década de 1980. Então o SINDEMA, ele vai surgir como uma necessidade, como uma conquista em nível nacional dos trabalhadores. Por que há a necessidade do SINDEMA? Porque é muito precária a situação dos trabalhadores, eles têm que lutar para conseguir reajuste, melhores condições de trabalho. Essas coisas que caracterizam também outras categorias (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 66).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Como você avalia a conjuntura em que o sindicato foi criado? Em que o SINDEMA foi criado? Quais eram os principais desafios que estavam locados para a Organização Associativista dos Professores de Diadema?

Então, eu não tenho como responder isso, porque eu não estava na categoria nessa época. Nessa época eu era metalúrgico na Scania. Trabalhava na... em metalúrgico mesmo, e aí depois fui trabalhar um tempo, quando eu fui demitido porque eu era cipeiro eu fui trabalhar como motoboy durante 3 anos e depois... (...) E depois disso migrei para o setor rodoviário, girei para o setor rodoviário e fiquei 11 anos lá. Então, eu não participava da luta docente no final da

década de 1990. Então, nesse período eu não sei dizer, eu indico pessoas que estavam na categoria que é, por exemplo, a companheira Mara, que estava nesse período, acompanhou, porque é um período que a gente teve várias conquistas então, por exemplo, a eleição para diretor de escola, ela surge nesse período. Então, em Diadema você tem eleição para diretor e vice, e aí tem uma participação, é tripartite o voto, tem peso dos funcionários, peso dos professores e peso das famílias. Então, são conquistas desse período. Você tem em 1997 também, o primeiro estatuto dos funcionários públicos, e um processo de fortalecimento da educação. É o período que a LDB também vai estar sendo aprovada e instalada, mas quem tem propriedade para falar isso é quem estava na categoria (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 67).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - E a primeira greve organizada pelo SINDEMA, o que pode ser dito desse movimento?

Olha, eu não sei qual foi a primeira greve do SINDEMA. Não sei, porque eu sei que quando eu estava em rodoviário na ITCD teve algumas tentativas de paralisação do SINDEMA. Então, eu não sei dizer. Quando eu ingresso em 2006, qual que era o contexto que se passava no SINDEMA? O SINDEMA, ele vinha em um processo de golpe, então a administração petista, ela tinha dado um golpe no setor que era de oposição, era um setor... podia se dizer assim que era de direita, mas não é não era um setor cutista, que estava na base, então o PT articula um golpe e toma a direção do sindicato, mas não democraticamente. Eles fazem uma cooptação de um dirigente e a partir dessa cooptação eles atrelam o sindicato à administração. Em 2005, se eu não me engano, 2004 teve eleição, várias chapas. Eu estava em rodoviário, mas a gente ajudou nessa época a chapa da CUT, que era encabeçada pela companheira Cássia Vassoler, que era uma assistente social, hoje já aposentada e eles conseguem ganhar. Eu lembro que o pessoal da Força Sindical ameaçou, o pessoal estava armado, foi uma eleição muito difícil, mas que ao fim, ao cabo a chapa da CUT, ela vence. Isso em 2005 ou 2004. Quando é em 2006 eu ingresso na prefeitura, já tem essa nova direção no SINDEMA e é um processo de enfrentamento com o prefeito da época que era o José Felipe. Então, a gente tem enfrentamento. Em 2007 logo no início do semestre saiu uma greve. Eu lembro que tinham vários companheiros que eram novos, tinham ingressado também no concurso e uma boa parte não aderiu à greve desses mais novos por conta do estágio probatório. No meu caso não, eu ingressei, porque as pessoas já me conheciam, não teria também como eu não ingressar nessa greve. Aí participei,

foram 23 dias de greve, ao final a gente acabou tendo que também fazer uma vigília no pessoal da GCM que também aderiu à greve depois o prefeito queria demitir 47 deles, a gente fez uma vigília lá dentro, ocupamos a base, sei que essas demissões acabaram sendo revertidas, a greve foi vitoriosa, mas com uma boa parte da administração foi muito dura. A gente recorreu a vários setores do PT, a vários setores da CUT, várias instâncias sindicais para tentar pressionar o prefeito também, mas estava difícil. E a gente conseguiu parcialmente o que a gente estava reivindicando. Eu não lembro mais o que foi. Então, essa foi a primeira greve que eu peguei, foi uma greve muito boa com bastante participação. Isso (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 68).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Existe alguma questão ou posicionamento que gostaria de registrar nesse depoimento? Sobre a CUT, sobre os trabalhadores, sobre o sindicato.

Em Diadema a gente tem... foi o primeiro município a ser administrado pelo PT, mas você tem muitos quadros, muitos bons companheiros, mas talvez por ter ocupado várias vezes a administração o processo... o partido passou por um processo de burocratização e que vários quadros que o próprio prefeito... os prefeitos, só o primeiro prefeito tinha uma experiência sindical que foi o Gilson Menezes, os demais vieram da estrutura partidária, burocrática. Então, tecnocratas que têm uma dificuldade de se relacionar. Não somente com os trabalhadores, mas muitas vezes também com os setores da população. E acabam perdendo o capital político, tudo se desgastando, muitas vezes fortalecendo não polos de esquerda mais críticos, mas fortalecendo também polos de direita dentro e fora da categoria. Então, Diadema tem essa particularidade (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 69).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Como a vanguarda do sindicalismo diademense se comportou no combate às políticas econômicas e sociais adotadas pelo governo Collor?

Então, esse período foi um período muito difícil no movimento sindical, porque foi um período de refluxo, tanto que quem vai estar na vanguarda para derrubar o governo Collor é o setor assim de classe média. São os estudantes, os caras pintadas. Você tinha tido um influxo do movimento sindical nesse período. É um momento que começa a se instalar as políticas neoliberais. Então, você tem um processo de instalação de desemprego estrutural, ou seja, ele

não recua. A gente vai ter isso muito claro aqui no ABC que diversas fábricas começam a fechar. Começa a ter um processo de abertura. Então, o movimento sindical vai se ressentir disso e vai se enfraquecer. Diadema é uma cidade dormitório. Ela não é uma cidade com grandes fábricas. O maior contratante de Diadema é a própria prefeitura, que está atualmente com 5.500 funcionários, fora os terceiros essas coisas. Mas o que você vai ter? Diadema é uma cidade dormitório, ela tem uma altíssima densidade demográfica, até pouco tempo atrás era a segunda maior densidade demográfica do país, tinha quase 13 mil habitantes por quilômetro quadrado e agora ela é a terceira, acho que ela perde para cidade de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense e para uma outra cidade que acho que é Taboão, uma cidade da região oeste da grande São Paulo, que é a segunda maior densidade demográfica. Então Diadema hoje é a terceira. Então, os movimentos de terra, de ocupação sempre foram a grande alavanca em Diadema e não tanto o movimento sindical. Então, você tem vários bairros que são formados a partir de movimentos de ocupação e depois transformação em núcleos sociais, e aí começa toda uma luta: luta pelo asfalto, luta pela escola, luta pela creche, luta por uma linha de ônibus, luta pela eletrificação, luta pelo reconhecimento da divisão. Então, tem tudo isso em Diadema que uma boa parte das lideranças estão vinculados. Que organizações vão surgir nesse processo? Os conselhos. Então o Diadema vai ter muitos conselhos de base. E esses conselhos por ter uma participação muito forte, eles vão estar inseridos também em várias partes do... em várias estruturas do município e também em nível sindical. Então, a gente pode pensar assim, quando eu estava na área... no período de rodoviário, a gente tinha um conselho, Conselho de Transportes. Então, a passagem de ônibus para ser aumentada ela não dependia só do Executivo e do Legislativo. Ela tinha que ser aprovada no Conselho de Transporte que tinha um representante dos trabalhadores, representantes dos bairros, eleitos em cada bairro e o conselho, ele era deliberativo, ele decidia se podia ou não ter aumento. Com o tempo o PT vai... conforme vai guinando a direita, ele vai mudando o caráter do conselho que passa a ser um conselho consultivo aí não serve mais nada. Mas isso é para mostrar também a questão das eleições dos diretores de escola também se insere nesse quadro de conselhos, dessa democracia direta, participativa, na questão da transparência. Então, Diadema vai ter um pouco isso. Em nível sindical a empresa metalúrgica que era mais forte em Diadema na década de... início de 1990 ela quebra e ela vai se transformar em uma cooperativa ao longo da década de 1990. Foi uma luta que o movimento sindical encabeçado pelos metalúrgicos vai levar e vai formar a Conforja que é uma empresa assim. Mas é esse processo de muitos desempregados e que vai acabar refletindo na fragilização do movimento sindical (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 70).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Em linhas gerais, o que podemos dizer da presença do SINDEMA na luta pela democratização da educação pública básica de Diadema? Quais foram os momentos mais marcantes dessa trajetória?

Bom, o SINDEMA, ele participa de todos os processos de discussão política em nível nacional, então: reforma trabalhista, reforma previdenciária, também a questão da LDB, a questão de um terço. Então, por exemplo, a Lei 11.738, que é a lei de um terço, também do salário nacional dos professores. O SINDEMA vai estar na vanguarda cobrando. Quando no Congresso, por exemplo, do SINDEMA tem toda uma parte voltada à discussão das escolas, porque muitas vezes... então, por exemplo, Conselho Municipal de Educação vai ter representantes do SINDEMA, onde se discute a questão da legislação, a questão, por exemplo, do retorno agora da pandemia o SINDEMA teve uma participação fundamental para evitar que os professores voltassem durante a pandemia. Enquanto outros municípios já estavam retornando, Diadema continuou. Isso tem a ver com o PT, mas tem a ver também com a pressão da base. Na questão da educação o que a gente pode dizer? Que o SINDEMA, um ponto, por exemplo, que teve a questão do apostilamento do Ensino Fundamental que foi aí uma grana que era paga para o SESI. Assim que a direita ganha em 2012 as eleições, em 2013 eles querem colocar o sistema SESI. Então, querem colocar o sistema de apostilamento, tudo, e o SINDEMA vai organizar uma forte resistência à instalação desse apostilamento, dessa coisa de você tirar a liberdade acadêmica do professor. Então, vai ter muita crítica com relação a isso. E vai sofrer também por conta dessa crítica retaliação. Eu lembro que quando o prefeito foi lançar o projeto, ele alugou um clube, o maior clube de Diadema que é o clube Okinawa levou... mandou chamar todos os professores e foi apresentar o sistema SESI, aquele sistema de Datashow, tudo isso. Então o que a gente fez? Nós fomos com um carro de som para frente desse clube, o Okinawa e começamos a falar contra, distribuir material, tudo. O prefeito ficou tão irritado que ele rasgou o jornal e vários professores aplaudiram o prefeito, porque tinham passado também... a gente tinha vivido no ano anterior uma greve muito difícil com a administração petista que era do Mário Reali e tinha um setor que me girou para direita. Então... e que achavam que a saída era essa também, mas Diadema tinha um ótimo índice no IDEB, não precisava. Bom, ao fim das contas a prefeitura acabou transferindo para o SESI quase R\$ 10 milhões, enquanto que as escolas não tinham computadores, não tinham internet, não tinham assinatura de jornal, faltava até folha de sulfite, lápis, chovia dentro das escolas e a prefeitura dando milhões de reais para

prefeitura. Uma outra coisa que a gente pode pensar também do ponto de vista do SINDEMA foi, por exemplo, a luta pelo FUNDEB. Então tem toda uma pressão, vários movimentos para você manter o FUNDEB e Diadema vai participar, o SINDEMA vai chamar paralisações, tudo. A questão do plano de carreira é uma conquista do SINDEMA, então em 2012 depois dos movimentos de greve que a gente teve, a gente conseguiu um plano de carreira que os professores evoluíam a partir do estudo. Então, por exemplo, você fazer uma pós, uma especialização passou a ter uma evolução na carreira, fazer um mestrado, fazer um doutorado, tudo isso se reverteu em ganho de qualidade de ensino para rede municipal e isso é uma conquista dos trabalhadores, dos que foram encabeçados e representados pelo SINDEMA. E, também, foi o SINDEMA que conduziu as assembleias que escolheram vários dos representantes dos trabalhadores para fazer as discussões do plano de carreira. Sem contar as questões de defesa também dos trabalhadores. É uma categoria majoritariamente feminina que tem que se dedicar a uma dupla jornada. Então, muitas além de cuidar da própria família, são chefes de família, ainda tem que cuidar dos pais, às vezes dos irmãos. E o governo do PT quis tirar na época, o que a gente chama de 142 que é uma licença, um abono, tipo um abono que a professora poderia tirar para estar cuidando, está perdendo menos do dia, o governo do PT quis tirar isso aí causou uma greve muito grande da categoria também, o SINDEMA esteve na direção. Então, você tem todas essas questões. Se pensar mais, a gente encontra outras, que eu lembre assim, são essas (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 72).

Dorilene Sales e Carlos Bauer - Como a sua geração de dirigentes do SINDEMA entendem o significado das campanhas corporativas por melhores salários, defesa da carreira e melhores condições de trabalho?

É, eu não me considero dirigente, eu sou um companheiro de base, sou um quadro médio assim da base. E o que é que a gente entende? Que você não tem como dissociar qualidade de ensino de condição de trabalho. Elas estão associadas. E diferentemente das categorias sindicais privadas, quando você defende melhoria de salário, você está defendendo melhor nível de ensino, porque o professor vai ter mais condição de, por exemplo, ele ter... é inegável que um professor se ele tem que ficar trocando de trabalho o tempo todo, porque ele não é estável, ele não tem estabilidade, ele não consegue desenvolver um trabalho de longo prazo, acompanhar por exemplo, uma turma. E é muito legal quando você tem um professor que ele começa na

quinta série, no sexto ano e vai até o nono ano acompanhando aquela turma, porque ele conhece a história, conhece os pais. Tudo isso é importante. Para um burocrata não, um professor simplesmente está lá para apresentar os conteúdos e depois verificar qual foi o grau de absorção daquilo dali, então um burocrata tem essa visão. Para quem trabalha na educação sabe que não. Então, as greves e os movimentos por melhores condições de trabalho, por melhores salários, elas acabam... eles acabam se refletindo em melhor nível de ensino, porque eles oferecem mais estabilidade para questão da educação, uma permanência no quadro geral, como a questão do plano de carreira que vai estimular que os professores invistam na sua formação e por um outro lado também, quando um professor ganha um salário melhor, ele não precisa trabalhar em duas, três redes. Ele pode se dedicar a uma rede só. Isso é uma questão, por exemplo, que a categoria bate que é a questão de dedicação exclusiva. A gente defende, por exemplo, que o professor que se dedica exclusivamente à rede de Diadema, ele deveria ganhar, por exemplo, um plus, um valor a mais, porque é uma dedicação exclusiva a mesma coisa que a gente vê em algumas universidades públicas do Brasil e de outros países da América Latina. E são alguns exemplos (PAIVA, 2022, APÊNDICE 2, p. 72).

Apêndice C - Roteiro de Entrevistas

Roteiro de entrevistas contextualizadas com ativistas sindicais e políticos, que participaram da História do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA) e os seus desafios Educacionais (1968-2019)

Dorilene Sales & Carlos Bauer

Introdução

As perguntas apresentam uma contextualização prévia dos períodos demarcados, entre o final da década de 1970 e início dos anos 1990. Elas são dirigidas aos participantes do processo de construção da História do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA) e os seus Desafios Educacionais (1968-2019).

A construção e fundação do SINDEMA estão inseridas em um processo histórico que se convencionou chamar de transição democrática brasileira. Em meados da década de 1970, o Brasil experimentava uma série de acontecimentos e episódios políticos e sociais de grande magnitude. O engajamento social da juventude e dos trabalhadores, principalmente,

organizados em movimentos políticos e sociais, associativistas e sindicais, se relacionava com campanhas de forte componente crítico à ditadura - civil militar vigente. Um exemplo marcante nesse processo histórico foi a Campanha de Anistia aos presos políticos do regime instaurado em 1964, pela convocação de Assembleia Nacional Constituinte, legalização dos partidos políticos e retomada das eleições presidenciais.

Nesse mesmo período ainda se registravam as presenças de grupos de esquerda armados, vinculados às perspectivas foquistas, como também ações truculentas das forças repressivas do Estado. Nesse contexto, por exemplo, ocorreram os assassinatos de Fiel Filho, em 1976, e de Santos Dias, em 1979, como também a invasão da PUC-SP em 22 de agosto de 1977, durante o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), pelas tropas da Polícia Militar. À frente da violenta ação estava o coronel Erasmo Dias, então secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Esse período, marcado por grandes e efervescentes mobilizações sociais, também registrou o advento do que se convencionou chamar de *novo sindicalismo* e que se constituiu autodenominados *autênticos*. Essa foi uma perspectiva de atuação sindical que procurou romper com a estrutura burocratizada do sindicato de estado, preconizando a possibilidade de organização independente e autônoma dos trabalhadores do Brasil.

Esses movimentos atravessaram o país de norte a sul, tendo como centro de gravidade – política e não geográfica – entidades como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, os Petroleiros de Paulínia, os bancários de Porto Alegre e São Paulo, os professores de Minas Gerais. Além da independência em relação ao Estado, essas entidades preconizavam mecanismos de organização horizontal e a criação de uma Central Única dos Trabalhadores que tivessem a capacidade de aglutinar as lutas e as reivindicações específicas e gerais da classe trabalhadora no país.

Nesse percurso, toda uma série de esforços organizativos foi sendo implementada. Realizações de encontros de oposição, congressos de trabalhadores e articulações com os movimentos populares e sociais trouxeram à tona e para a cena política não apenas reivindicações específicas – que não eram esquecidas –, mas também reivindicações de cunho político e social que marcavam esse tempo de transição experimentado pela sociedade brasileira nos fins da década de 1970 e início dos anos 1990.

ENTREVISTADO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Dorilene Sales & Carlos Bauer - Agradeço sua predisposição para colaborar com a construção do nosso trabalho acadêmico, que está empenhado em recuperar a história dos movimentos políticos, associativistas e sindicais dos trabalhadores em educação, como também em procurar preservar a memória dos seus ativistas.

Solicitamos que, após sua revisão, autorize a utilização do seu nome próprio e a divulgação dos resultados escritos nesse registro nas pesquisas acadêmicas, artigos e livros que realizamos e publicamos.

ENTREVISTADO 1

I BLOCO DA ENTREVISTA – QUESTÕES PESSOAIS

A contextualização dessas perguntas e suas respectivas respostas serão utilizadas, principalmente, na Introdução da dissertação).

Dorilene Sales & Carlos Bauer – A primeira pergunta tem como objetivo levantar questões pessoais, para que possamos conhecê-lo, tais como: o seu nome completo e como você ou os amigos gostam de chamá-lo; cidade em que nasceu; se tem filhos; hobbies como cozinhar, praticar esportes, predileção literária etc.

ENTREVISTADO 1-

- Quando e como foi o processo de escolha do seu curso universitário, em que instituição você estudou e como se deu o seu processo de formação acadêmica?

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Você participou do movimento estudantil?**

Quais eram as principais bandeiras do movimento estudantil do seu tempo de estudante?

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **No período de estudante você também trabalhava?**

Sentia alguma diferença em relação aos colegas que não tinham qualquer relação objetiva com o mundo do trabalho?

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Houve algum tipo de enfrentamento com os golpistas de 1964 que marcou sua vida de estudante?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Quando e como se deu o seu ingresso no mundo do trabalho educacional e, particularmente, na prefeitura municipal de Diadema?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Quais as principais características do trabalho docente nesse período?**

Antes de chegar ao papel de dirigente sindical, você lecionava para qual etapa do ensino fundamental?

- Você consegue se lembrar do conteúdo e a forma que utilizava para disseminar o conhecimento literário junto aos alunos?

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **E o livro didático, era utilizado? Havia outros recursos didáticos com os quais você estava familiarizado e gostava de trabalhar?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Ao longo de sua carreira quais foram os principais desafios enfrentados no ensino de X aos jovens estudantes?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Do ponto de vista teórico, quais são as referências fundamentais que estão presentes na construção do seu trabalho pedagógico?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Ao reexaminar e analisar, de forma retrospectiva, sua carreira como professor de X é possível identificar se os seus ensinamentos estavam mais vinculados a uma visão linear e tradicional no trato dessa disciplina ou a uma compreensão de ruptura e problematizadora da realidade social que também pode ser desenvolvida no bojo do conhecimento que você lecionava?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Quais eram os conteúdos que julgava mais pertinentes socializar com seus alunos? Você tinha alguma predileção por esse ou aquele tópico da matriz curricular**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **E os estudantes, o que diziam de suas aulas, faziam críticas, reclamavam temas, eram passivos, enfim, como se portavam no dia a dia da sala de aula?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Sua presença na história da educação está profundamente marcada pela trajetória do movimento dos funcionários públicos da cidade paulista de Diadema e suas perspectivas de organização associativistas e sindicais. Conte-nos um pouco sobre a sua militância sindical, como ela começou e quais foram os principais embates que, porventura, tenhas participado?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Como e por que o SINDEMA foi criado?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Como você avalia a conjuntura em que SINDEMA foi criado, quais eram os principais desafios que estavam colocados para a organização associativista dos professores de Diadema (SP)?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Quais foram às atividades organizadas pelo SINDEMA nos seus primeiros anos de existência que marcaram a história dessa entidade?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **E a primeira greve organizada pelo SINDEMA, o que pode ser dito desse movimento?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Em sua gênese, houve campanhas de filiação ao SINDEMA, qual era o seu mote?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Nas origens do pelo SINDEMA foram realizados congressos, quais eram as principais tendências políticas que atuavam no interior da associação?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Em linhas gerais, qual foi a importância do SINDEMA no interior do movimento sindical brasileiro e no processo de organização e desenvolvimento da CUT? Em sua opinião, qual é o papel que essa entidade tem desempenhado na história dos trabalhadores brasileiros?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **As entidades sindicais dos trabalhadores vinculados aos servidores públicos tiveram um importante e decisivo papel na fundação e consolidação**

política da CUT. Qual é o balanço histórico que você faz da presença do SINDEMA no interior dessa trajetória?

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – E a CUT, o que pode ser dito da história dessa central que foi, nos fins do século XX, a mais importante e combativa organização sindical que os trabalhadores brasileiros foram capazes de construir?

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – No momento de construção do SINDEMA, os servidores públicos se consideravam trabalhadores ou prevalecia à concepção de que constituíam uma pretensa classe média da sociedade?

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – Você nos poderia falar do início de sua militância política, das organizações de esquerda que participou e a importância dessas no seu processo de formação humana e na compreensão crítica da realidade social?

Dorilene Sales & Carlos Bauer – Existe alguma questão ou posicionamento que gostaria de registrar nesse depoimento?

Dorilene Sales & Carlos Bauer – Por fim, existe algum poeta, alguma canção, um verso, um pensamento, ou uma frase que você ache importante constar como epígrafe dessa entrevista?

ENTREVISTADO 1-

II BLOCO DA ENTREVISTA – CONTEXTUALIZAÇÃO E QUESTÕES PARA SEREM UTILIZADAS NA SEÇÃO O CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E POLÍTICO DA FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA (SINDEMA)

Como é de conhecimento de todos nós, o governo Collor trouxe o agravamento da crise brasileira, com a suas inúmeras e bombásticas tentativas de incrementar o projeto neoliberal entrou em confronto com os interesses mais elementares da qualidade de vida da classe trabalhadora, agravou o cenário econômico e as condições sociais se deterioravam rapidamente, enquanto o capital financeiro ampliava os seus ganhos e a concentração de renda aumentava ainda mais no país.

Os pacotes econômicos do governo Collor seguiram a opção conservadora pela recessão, pelo desemprego e pelo arrocho salarial, em escala similar ou ainda pior do aquelas registradas nos estertores da ditadura civil-militar brasileira.

Numa conjuntura de ampliação desenfreada da miséria social e da concentração da renda nacional, quais foram as estratégias de resistência adotadas pelo movimento associativista e sindical dos funcionários públicos de Diadema (SP)?

ENTREVISTADO 1-

O combate ao projeto neoliberal foi de fundamental importância na busca da superação da crise econômica e social instalada pelos sucessivos governos brasileiros no período da chamada transição democrática.

Houve um grande esforço e muita capacidade política e organizativa dos trabalhadores em promover amplas e massivas mobilizações para assegurar a conquista e a manutenção dos direitos sociais no plano da luta imediata e reativa, mas, também, de procurar intervir, do ponto de vista estratégico, nos assuntos políticos nacionais.

O estímulo a mobilização popular era entendido como vital para melhorar as condições de vida da ampla maioria da população trabalhadora e para a formulação de uma alternativa classista de transformação da sociedade brasileira.

Dorilene Sales & Carlos Bauer – Como a vanguarda do sindicalismo diademense se comportou no combate as políticas econômicas e sociais adotadas pelo governo Collor?

ENTREVISTADO 1-

III BLOCO DA ENTREVISTA – CONTEXTUALIZAÇÃO E QUESTÕES PARA SEREM UTILIZADAS NA SEÇÃO A ORGANIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA (SP)

Com a adoção de uma série de reformas e medidas privatizantes estruturais em sintonia com o ideário neoliberal, o governo Collor, com o uso indiscriminado de recursos estatais e o amplo apoio empresarial, procurou estabelecer laços orgânicos no campo sindical, produzindo aquilo que foi chamado à época de sindicalismo de negócios ou de resultados.

Dorilene Sales & Carlos Bauer – Quais foram as principais realizações e como poderíamos dimensionar a importância histórica da fase associativista da entidade?

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – A partir da segunda metade da década de 1970, houve momentos de repressão política aos integrantes da Associação dos funcionários públicos de Diadema (SP)

De que forma isso ocorreu?

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – Quando e como se deu o surgimento da Associação dos funcionários públicos de Diadema (SP)?

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Houve a presença dos membros Associação dos funcionários públicos de Diadema (SP) no processo de transformação da entidade e, sindicato? Que eram essas pessoas e o que poderia ser destacado dessa participação?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Com a decretação e a realização de uma greve em (citar a data), a AMP sofreu intervenção do governo municipal? O que significou para a entidade essa arbitrariedade governamental nos desígnios da entidade?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **A aprovação do primeiro Estatuto do Magistério em Diadema (SP) foi resultado de alguma manifestação pública ou movimento grevista?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **De que forma, a Associação dos funcionários públicos de Diadema (SP) participou dos movimentos pela redemocratização do país?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Quando houve a aprovação congressual de filiação da entidade à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O que representou esse gesto político na história da entidade?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Em 1988, logo após a Constituição, como ocorreu a fundação do Sindicato dos funcionários públicos de Diadema (SINDEMA)?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – Em linhas gerais, o que podemos dizer da presença do SINDEMA na luta pela democratização da Educação Pública Básica de Diadema (SP), quais foram os momentos mais marcantes dessa trajetória?

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – Como a sua geração de dirigentes do SINDEMA entendem o significado das campanhas corporativas por melhores salários, defesa da carreira e melhores condições de trabalho?

ENTREVISTADO 1-**IV BLOCO DA ENTREVISTA – CONTEXTUALIZAÇÃO E QUESTÕES PARA SEREM UTILIZADAS NA SEÇÃO SOBRE A FUNDAÇÃO DO SINDEMA**

Dorilene Sales & Carlos Bauer – A realização do 1º Congresso do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA) constituiu-se no resultado de um amplo processo de preparação, discussão e o envolvimento de parcela considerável dos ativistas sindicais dos serviços públicos municipais de Diadema (SP).

Dorilene Sales & Carlos Bauer – Do ponto de vista organizativo, como se deu a preparação deste congresso?

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – Quando o congresso foi realizado?

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Qual foi o local e com quais condições de infraestrutura se deu a realização do congresso?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Qual foi o temário congressual?**

Em seus aspectos políticos, quais foram os principais passos que foram dados para garantir a realização do congresso?

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Quantos delegados aproximadamente foram eleitos e quais foram os critérios de representatividade adotados pelos organizadores do congresso?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Quais foram as entidades que apoiaram e assumiram a corresponsabilidade pela convocação e a organização do evento? Qual era o número aproximado de trabalhadores que o SINDEMA representava na base?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Quais foram as correntes políticas e o que suas teses defendiam no debate congressual? Houve a publicação de um caderno com as propostas que seriam discutidas ao longo de suas atividades?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Houve a realização de eventos prévios, congressos ou encontros setoriais, assembleias preparatórias ao encontro?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Como os delegados foram eleitos? A democracia e a proporcionalidade das representações foram garantidas?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **As forças políticas que eram contrárias a direção do sindicato participaram do evento? Quais eram as suas principais consignas?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **É possível dimensionar o número ou a porcentagem dos trabalhadores em educação (funcionários, professores, diretores, supervisores etc.) que se envolveram nas discussões defendendo ideais e propostas para a organização e a efetivação do sindicato?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **A criação da Setorial da Educação foi discutida neste 1º Congresso do SINDEMA?**

ENTREVISTADO 1-

Dorilene Sales & Carlos Bauer – **Qual é papel e a importância do Setorial da Educação no interior do SINDEMA?**

Anexos

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

ANUÊNCIA DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE LUÍS PAIVA

Prezado Luís Paiva,

Gostaríamos de convidá-lo para participar voluntariamente da pesquisa que estamos realizando sobre a História do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA) e os seus desafios Educacionais (1968-2019).

Este estudo tem como objetivo analisar questões que permeiam as transformações ocorridas no período a história que se convencionou chamar de transição democrática brasileira.

Em meados da década de 1970, o Brasil experimentava uma série de acontecimentos e episódios políticos e sociais de grande magnitude. O engajamento social da juventude e dos trabalhadores, principalmente, organizados em movimentos políticos e sociais, associativistas e sindicais, se relacionava com campanhas de forte componente crítico à ditadura civil - militar vigente. Um exemplo marcante nesse processo histórico foi a Campanha de Anistia aos presos políticos do regime instaurado em 1964, pela convocação de Assembleia Nacional Constituinte,

legalização dos partidos políticos e retomada das eleições presidenciais. Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento de estudos e iniciativas destinadas a valorização e o desenvolvimento educacional no Brasil.

A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de entrevista com funcionários públicos da prefeitura municipal de Diadema (SP) que desempenharam suas funções laborais, entre desde o final da década de 1970 até os meados dos anos 2010, considerando questões relacionadas ao objetivo desta investigação. Cumpre informar que é resguardada ao professor a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu curso.

Os riscos de exposição dos participantes nessa pesquisa serão minimizados através do total garantia de sigilo, assegurando sua privacidade. As gravações em áudio serão usadas unicamente para organização, tratamento e análise das informações pelo pesquisador e utilizadas somente para esta pesquisa em questão. Após o término da pesquisa, os arquivos de áudio e as transcrições das gravações permitidas se tornarem públicas serão devolvidas aos participantes que tiverem interesse de recebê-las.

Está pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação. Informamos que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias. Se forem necessários maiores esclarecimentos, nos colocamos à disposição dos participantes deste estudo por meio do telefone: 55 11-4661 3649 ou por intermédio dos e-mails: carlosbauer@uni9.pro.br

Carlos Bauer e Dorilene Silva Sales, responsáveis por esta pesquisa.

São Paulo, data, mês e ano da entrevista.

Luís Paiva

Assinatura

Dorilene Silva Sales

Assinatura

Carlos Bauer, responsável pela pesquisa

Assinatura

Anexo B - Ata de Reunião do Sindema



ATA DE ASSEMBLEIA SETORIAL DA EDUCAÇÃO 15/03/2019
ESCOLHA DE REPRESENTANTE DOS/AS PROFESSORES/AS NA COMISSÃO DE
DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL E OUTROS

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, reuniram-se na sede do SINDEMA, professores/as da rede municipal de ensino de Diadema, para apreciação e deliberação sobre a seguinte pauta: encaminhamentos em relação Jornada de Um Terço para Atividades Extraclasse, prevista na Lei do Piso; eleição de representante para compor a Comissão de Desenvolvimento Funcional e eleição de representantes para a Comissão de Eleição de Diretores/as. A Direção do Sindema informou sobre o andamento da ação judicial que o Sindicato dos Funcionários Públicos ingressou contra a Prefeitura de Diadema a fim de que seja implantada a Jornada de Um Terço para atividades Extraclasse e fez a leitura das últimas manifestações da Administração Municipal neste processo. Os/as professores/as presentes se manifestaram contestando às alegações da Prefeitura no processo. Os /as professores/as informaram que, na rede municipal de Diadema, somente os /as professores/as que estão atuando na Creche e Professores/as da EJA I e EJAII, estão cumprindo a Jornada prevista em lei. Afirmaram ainda que o direito está sendo assegurado dentro de alguns segmentos e não na jornada do professor em si – para exemplificar essa situação, foram citados casos de professores/as que na última remoção, em 2018, tiveram que mudar de segmento de atuação e perderam o ‘direito’ a Jornada de Um Terço. Os/as professores de Arte e Educação Física da rede municipal que tem jornada de 20 horas semanais, se manifestaram também no sentido de que não tem a regularização da jornada de trabalho, conforme assegurado pela Lei federal 11.738/2008, com a implementação de um terço da jornada para atividades extraclasse. O caso dos/as professores/as que têm jornada de 25h, e foram impedidos de transitar por outros segmentos na última remoção e impedidos de ampliar suas jornadas para 31h, foi outra situação relatada pelos/as presentes. Outro agravante para essa situação é a não aplicação da Jornada de Um terço para todos/as os/as professores/as foi a violação do princípio da isonomia criada após a última remoção da rede realizada no final do ano passado, quando muitos professores de 31 horas passaram para escolas de Educação parcial, situação que fez com que dentro de uma mesma escola alguns/algumas professores/as tenham o direito a aplicação de 1/3 da jornada e outros não. Outro aspecto contestado pelos presentes foi a alegação da Prefeitura de que foi “permitido através da remoção/2018, aos professores de 22 horas, alterarem sua jornada para 25 ou 31 horas”, já que na prática essa possibilidade não se estendeu para todos/as. A pesquisa que a Secretaria de Educação promoveu dentre os/as professores/as logo no início de fevereiro sobre o interesse do/a professor/a ampliar a Jornada de Trabalho também gerou na rede de ensino a expectativa de que fosse pautada esta possibilidade, sem que até o presente momento esta Secretaria tivesse dado qualquer retorno ao professorado sobre os resultados desta consulta. Foi lembrado ainda pelos participantes que todos os municípios da região do ABC já cumprem a Lei do Piso e asseguraram aos/as seus/suas professores/as a Jornada prevista na Lei do Piso. Face aos problemas relatados, foram deliberados os seguintes encaminhamentos: desencadear processo de escolha de representantes por escolas até o dia 29 de março para intensificar a mobilização; agendar nova reunião com representantes de todas as escolas com data indicativa para o dia 05 de abril de 2019; criação de campanha nas redes cobrando da Administração Municipal a implantação de 1/3 da Jornada para todos/as até 22 de março; agendamento de Mesa Setorial da Educação para pautar os problemas relatados e cobrar o cumprimento da Lei. Dando continuidade aos assuntos pautados para essa Assembleia Setorial, foi eleita a seguinte representante dos/as professores/as para integrar a Comissão de Desenvolvimento Funcional: **Maria Luiza Santos Lones**. brasileira solteira Professora Educação Básica I. RG 30.865.707-x



CPF. 219.694.908-61, residente à Rua Armando Backx, 571, apto. 34, Bloco 4, São Bernardo do Campo, CEP 09811-410, celular 11 98173-7046, e-mail: malu_lopes1@hotmail.com. A eleição de representantes para integrar a Comissão de Eleição de Diretores/as foi o último assunto tratado. Foram eleitos/as os/as seguintes representantes/as: **Mislene Inocêncio Pereira**, brasileira, solteira, Professora Educação Básica I, RG. 32.260.234 SSP/SP, CPF. 222.817.408-46, EMEB Profa. Anette Melchiorretto, Celular 1198215-2942, e-mail mislene_pereira@yahoo.com.br; **Leonarda Barbosa Luna**, brasileira, divorciada, Professora de Educação Básica I, R.G. 35.226.358-1, CPF 224.001.988-37, EMEB Tiradentes, Celular 11 97021-5759, e-mail lunalettras@hotmail.com; **Ana Paula do Rosário Luiz**, brasileira, divorciada, Professora de Educação Básica I, RG. 34.529.160 SSP/SP, CPF. 143.814.158-09, EMEB Tom Jobim, Celular 11 96427-4064, e-mail anapmd72@hotmail.com; **Zildete Mendes da Silva**, brasileira, solteira, Professora de Desenvolvimento Integral, RG. 35.943.350-9, CPF. 445.327.175-15, EMEB Albino Freitas, Celular 011 95869-4688, e-mail zildetemendes@hotmail.com. Foram ainda indicados para integrar a Comissão para Eleição de Diretores/as os/as seguintes representantes do Sindicato dos Funcionários Públicos: **Mara Neide Ferreira Linhares Hora**, brasileira, casada, Professora de Educação Básica I, R.G. 13.808.662-X / SSP-SP, CPF nº 022.992.308-90, Celular 97512-1518, e-mail maraneidemaroca@gmail.com; **Florípes de Aguiar Kikutí**, brasileira, casada, Professora de Desenvolvimento Integral, RG. 15.438.773-3 SSP/SP, CPF. 080.231.708-13, Celular 96041-7116, e-mail floripes.aguiar@gmail.com; **Ritchie Soares Barbosa Martins**, brasileiro, casado, Professor Educação Básica I, RG. 30.012.365 SSP/SP, CPF. 338.746.538-62, Celular 96992-0589, e-mail ritchie.soares@gmail.com. Nada mais a relatar, eu, Roseli Aparecida de Souza, subscrevi esta Ata.


ROSELI APARECIDA DE SOUZA
 Secretária Geral


JOSE APARECIDO DA SILVA
 Presidente do Sindicato dos Funcionários
 Públicos de Diadema

Anexo C - Jornal Tribuna do Servidor

TRIBUNA
Servidor
 O maior jornal do servidor público
 para quem luta por melhores condições de trabalho

ASSEMBLÉIA COM A VITÓRIA DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO DE DIADEMA
21 de Novembro é a data histórica para a categoria



Os servidores públicos do município de Diadema se reuniram para a Assembleia Geral da Associação dos Servidores do Município de Diadema.



Presidente Bento Soares pôde ser visto na ocasião a disposição da mesa que preside os trabalhos.

1º Ponto de pauta: Destituição de Diretores

Os servidores públicos do município de Diadema se reuniram para a Assembleia Geral da Associação dos Servidores do Município de Diadema. O primeiro ponto de pauta foi a destituição dos diretores da entidade, por não terem cumprido com suas funções e por não terem representado a categoria.



Um discurso o Presidente falou sobre a importância da destituição dos diretores da entidade e pediu para que todos os servidores votassem a favor da destituição dos diretores.



Os servidores votaram a favor da destituição dos diretores da entidade e a votação foi unânime.



Os servidores votaram a favor da destituição dos diretores da entidade e a votação foi unânime.

Depois disso, o Presidente falou sobre o futuro da entidade e pediu para que todos os servidores continuassem trabalhando juntos para melhorar as condições de trabalho.

Anexo D - Jornal do Sindicato

MARÇO/2023

EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

JORNAL DO SINDICATO

Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema

CONFETAM 

SERVIDORES MUNICIPAIS DE DIADEMA DÃO INÍCIO À CAMPANHA SALARIAL 2023 COM APROVAÇÃO DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES E PLANO DE LUTAS



LUTA PELO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

• A Lei do Piso (11.738/2008) determina que “o piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais;

• A aplicação “no vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais bem como nos vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado”

• “O piso salarial profissional nacional do magistério público da edu-

• No 22 de março, Dia Nacional em Defesa da Aplicação do Piso nas Carreiras dos/as Trabalhadores/as em Educação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em conjunto com a CUT, CONFETAM, FETAM e os sindicatos filiados, realizaram mobilizações em todo país em defesa da valorização profissional de quem trabalha na educação básica pública;

EM DIADEMA:

• O valor da hora-aula previstas nas Tabelas Salariais A1 (nível médio) e A2 (Licenciatura diferente à Pedagogia) da Carreira do Magistério Municipal de Diadema encontram-se abaixo do valor fixado